

Eric Gustavo Cardin

Laranjas e Sacoleiros na Tríplice Fronteira:
um estudo da precarização do trabalho
no capitalismo contemporâneo

Cascavel - PR

2011

© 2011, EDUNIOESTE

Capa e Diagramação
Renata Roteski

Ficha Catalográfica elaborada por: Marilene de Fátima Donadel
CRB 9/924

C267L Cardin, Eric Gustavo
Laranjas e sacoleiros na tríplice fronteira : um estudo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo / Eric Gustavo Cardin.— Cascavel : EDUNIOESTE, 2011.
136 p.

Originalmente apresentada como dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Araraquara (SP), 2006

ISBN:978-85-7644-229-5

1. Capitalismo 2. Trabalho – Condições 3. Trabalho informal 4. Setor informal (Economia) 5. Tríplice fronteira – Sacoleiros 6. Exclusão social

CDD 20. ed. 306.36
331.798098162

Impressão e Acabamento
Editora e Gráfica Universitária - EDUNIOESTE
Rua Universitária, 1619 - E-mail : reitoria.edunioeste@unioeste.br
Fone (45) 3220-3026- Fax (45) 3324-4590
CEP 85819-110 - Cascavel -PR Caixa Postal 701

The logo consists of the letters 'ABEU' in a stylized, bold, sans-serif font. Below the letters, the full name 'Associação Brasileira das Editoras Universitárias' is written in a smaller, standard font.
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

À Aline e Pedro.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unesp/Araraquara por possibilitarem o surgimento de ricas discussões que, em alguma medida, estão presentes na pesquisa realizada e, conseqüentemente, nesta publicação. Também não poderia esquecer os colegas de trabalho da Faculdade União das Américas e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, por compreenderem e suprirem a minha ausência em muitas reuniões, eventos e aulas ao longo de meu processo de qualificação.

Sou grato às contribuições, críticas e sugestões realizadas pelos professores que compuseram minha banca de qualificação e de defesa durante o mestrado em Sociologia, Professor José Antônio Segatto, Professor José dos Reis Santos Filho, Professora Fátima Cabral e Professora Vera Navarro. Do mesmo modo, agradeço ao meu primeiro orientador, Professor Jorge Lobo Miglioli, pela objetividade, educação e respeito e a minha atual orientadora, Professora Maria Orlanda Pinassi, pela atenção, dedicação e paciência.

Carinhosamente sou grato ao companheiro Roberto Barros pela amizade e companheirismo e ao Antônio de Pádua Bosi, por estar sempre pronto para atender os meus pedidos de socorro, que por sinal não foram poucos. Para finalizar, gostaria de explicitar a grande importância que meus pais tiveram para o desenvolvimento desta pesquisa. Os mesmos foram indispensáveis para o meu avanço dentro de um contexto marcado pelos mais diferentes problemas. Seria errôneo não falar o quanto alguns poucos amigos foram tolerantes com o meu mau humor e pacientes com a minha impaciência César, Sanes, Giovane e Aline muito obrigado! A esta o meu agradecimento é dobrado pelo afeto e cumplicidade.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Número de moradores de Foz do Iguaçu	P. 42
Tabela 02 – Interlocutores por sexo e faixa etária	P. 83
Tabela 03 – Interlocutores por sexo e ocupação	P. 85
Tabela 04 – Distribuição dos ônibus por Estado de origem	P. 90

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Avenida San Blas depois da reforma urbana	P. 24
Foto 02 – Usina Hidrelétrica de Itaipu	P. 42
Foto 03 – Camelôs de Ciudad Del Este	P. 68
Foto 04 – Fiscalização da Receita Federal na Aduana Brasileira na fronteira com Ciudad Del Este	P. 77
Foto 05 – Trabalhadores atravessando a Ponte da Amizade	P. 93

SUMÁRIO

1 – Prefácio	P. 10
2 – Introdução	P. 17
3 - A região da Tríplice Fronteira e o capitalismo contemporâneo	P. 23
3.1 – O mundo do trabalho e a política	P. 30
3.2 – Algumas considerações sobre o problema da exclusão social	P. 38
3.2.1 – Os fatores endógenos no desenvolvimento da pobreza na Tríplice Fronteira	P. 40
3.2.2 – A pobreza e a exclusão social	P. 45
3.3 - A pobreza e as novas formas de empregabilidade	P. 49
4 - Revolução passiva, labor e modos de viver: a formação das práticas de trabalho no contexto da reestruturação produtiva	P. 55
4.1 – A construção do trabalhador	P. 56
4.2 – A reestruturação produtiva e os modos de viver	P. 64
4.3 – O descaminho e a fiscalização na fronteira	P. 74
5 – Organização social e individualidade entre os <i>sacoleiros e laranjas de Foz do Iguaçu/PR</i>	P. 82
5.1 – Quem são os trabalhadores informais na fronteira?	P. 83
5.2 – A precarização do eu e o desenvolvimento da individualidade e da concorrência. P.	96
5.3 – Organização coletiva e espontaneismo	P. 102
5.4 – Considerações Finais.....	P. 115
6 – Fontes	P. 117

Prefácio

Eric Cardin enfrenta um tema espinhoso. Sua pesquisa sobre *laranjas* e *sacoleiros* se desenvolve sobre um corte de tempo presente ainda inacabado, e isto torna difícil qualquer estudo sobre o processo de constituição desses sujeitos históricos. Sabe-se por Eric que esses trabalhadores têm um estatuto social e político que, além de recente, tende a ser marginalizado, clandestino e sazonal. Primeiro, por óbvio, porque transportar e revender clandestinamente mercadorias importadas são práticas ilegais, embora muitas vezes legítimas. Por este motivo, são escolhas realizadas num contexto apertadíssimo (ou até mesmo ausente) de alternativas para o trabalho. Segundo, porque o comércio de fronteira tem grande parte de sua lógica determinada pelo Estado, de modo que políticas cambiais e fiscais, por exemplo, são fatores que fazem agigantar ou encolher o trânsito de mercadorias entre países. Portanto, viver destas atividades é um negócio arriscado, incerto e geralmente visto como provisório, o que torna a constituição destes sujeitos, do ponto de vista sociológico e histórico, algo bastante difícil.

Além disso, ao lidar com *laranjas* e *sacoleiros* há também o desafio de discutir as relações destes sujeitos com as mudanças acontecidas no mundo do trabalho, muitíssimo examinadas pela literatura especializada em diversos de seus aspectos, sendo o crescimento da informalidade e da precarização do trabalho a dimensão de maior interesse para Eric. A entrada neste problema de complexo entendimento é feita em boa companhia. A discussão com uma pertinente literatura marxista, certamente ajuda Eric a dialogar com Marx no que se refere ao tempo presente, indagando o mouro sobre a feição atual do capitalismo e o significado de atividades como as que são animadas por *laranjas* e *sacoleiros*. Sobre esta questão (entender as formas do trabalho no capitalismo contemporâneo), destaco um problema histórico que o estudo de Eric possibilita refletir: o que representa a expansão de atividades e ocupações informais e precárias no tempo presente.

Trabalho informal e precário tem sido constituinte das experiências recentes da classe trabalhadora. Neste livro, há uma interpretação sólida e coerente acerca das mudanças mais salientes e visíveis que vêm marcando o mundo do trabalho. Mas é preciso atentar para o risco (indesejável) de substituir a realidade social vivida pelos conceitos que são forjados para apreendê-la e explicá-la. É o caso do par informal e precário. As experiências históricas que suportam tais conceitos e que geralmente são tratadas e articuladas pela literatura interessada

têm uma historicidade que nutre as teorias e as interpretações que são erguidas como esforço de compreensão da atualidade. Nesta direção, é preciso contabilizar que a historicidade de “informal” e “precário” tem suportes e investimentos intelectuais distintos. Se o primeiro conta com uma robusta teoria desenvolvida desde os anos 1970, o segundo encontra-se menos estruturado em termos tanto históricos quanto sociológicos. Em parte, porque “precário” vem sendo geralmente utilizado para descrever (mais do que analisar) sentimentos de perdas percebidos e relatados pelos trabalhadores, principalmente por meio de referências à desconstituição do trabalho concebido nos moldes “fordistas”, com regras estabelecidas e alguma perspectiva de segurança e estabilidade. Por exemplo: a falta de um estatuto formal no mundo do trabalho impede que *laranjas* e *sacoleiros* (os primeiros mais do que os segundos) se organizem e se expressem politicamente nos termos clássicos da história da classe trabalhadora, isto é, em sindicatos, com direitos sociais reconhecidos.

Neste livro o leitor encontrará uma abordagem bem organizada e esclarecedora sobre a dinâmica histórica que vem transmutando (na definição de Luiz Antônio Machado Silva) o trabalho “livre” protegido em trabalho “livre” sem proteção (Silva, 2002). A origem desta mudança repousa no aprofundamento da crise de acumulação de capital vivida desde os anos 1970. Eric Cardin acolhe esta interpretação e a faz dialogar com as experiências de *laranjas* e *sacoleiros* que trabalham na fronteira de Foz do Iguaçu com o Paraguai. Suas trajetórias ocupacionais são narrativas densas sobre a reestruturação do capitalismo nestes tempos em que direitos sociais são semanticamente convertidos em privilégios insustentáveis. A resistência contra tal processo, ainda que dispersa e muitas vezes individualizada, rejeita o estatuto de informal e precário. Como fala Carlos, um dos interlocutores de Eric Cardin (p.61):

Eu já tenho certa idade para mim não interessa ter carteira assinada, para meus filhos sim. Eu gostaria que eles estivessem trabalhando, igual eles estão trabalhando, com carteira assinada, pros meus netos. Agora, para mim não acredito mais, já estou com quarenta e tantos anos, estou quase no fim da vida, se agüentei até agora dá para agüentar o resto.

“Quase no fim da vida”, aos quarenta e tantos anos, é uma verdadeira denúncia sobre a atual situação da classe trabalhadora, combinada, ao mesmo tempo, com uma referência num mundo do trabalho constantemente pressionado e atacado pelo capital: “para mim não

interessa ter carteira assinada, para meus filhos sim”. Por outro lado, não há indícios de que esta crise (vivenciada pelos trabalhadores como perda) venha a ter sua rota alterada sem uma intervenção consciente da classe trabalhadora. Este é um tema clássico, embora pouco examinado nas suas repercussões e relações com as atuais mudanças no mundo do trabalho. Analisando a crise econômica aberta na Primeira Grande Guerra, Leon Trotsky argumentou que não existia crise econômica sem saída para o capital uma vez que, sendo possível transferir os custos econômicos e financeiros da crise para os trabalhadores, seria provável que o capitalismo conseguisse se reestruturar. Cabe acrescentar que além das conseqüências mais visíveis como a redução e destruição de direitos sociais, o empobrecimento e a fome, tais custos têm intensificado e precarizado o trabalho.

Este raciocínio lúcido que a história de nosso tempo vem confirmando, apesar de ter sido obscurecido pela expansão das relações de trabalho tipicamente capitalistas durante a segunda metade do século XX (e por boa dose de cinismo acadêmico e político, muitas vezes, emanado da esquerda), ajuda a entender, por exemplo, a conexão entre laranjas e conglomerados multinacionais como a Sony, um tipo de relação que dinamiza e atualiza a lógica da produção capitalista. Eric Cardin chama a atenção para esta dimensão da realidade mostrando que componentes de computador são fabricados em Taiwan, montados na China e vendidos em Ciudad Del Este. Além disso, a arquitetura multinacional de um notebook, de uma filmadora ou de um celular precisa do trabalho informal e precário dos *laranjas* e *sacoleiros* que viabilizam a distribuição dessas mercadorias. Para o autor, “cada minúscula peça é preparada em lugares distintos, dependendo das melhores condições técnicas e econômicas oferecidas, incluindo tolerância fiscal e força de trabalho barata” (p.22). Ressalto: principalmente força de trabalho barata.

Assim, *laranjas* e *sacoleiros* (os primeiros mais que os segundos) somam-se a uma superpopulação relativa de trabalhadores tornada aparentemente obsoleta para um sem-número de ocupações tradicionais, passando a “funcionar” para o capital como força de trabalho abundante e barata, uma verdadeira atualização do que Marx chamou de exército industrial de reserva. Desse prisma, o aumento da informalidade no trabalho não implicou sua retirada do circuito de acumulação capitalista, nem tampouco alterou substancialmente sua subordinação ao capital. Ao contrário, a chamada “reestruturação produtiva” vem atingindo muitas profissões consideradas “estáveis” tais como bancários, operários calçadistas, metalúrgicos etc., externalizando, deslocando, terceirizando e recontratando funções produtivas em condições ditas informais. Neste mesmo processo, o capital tem incorporado à

sua órbita modos de trabalhar não capitalistas personificados em sujeitos como catadores de recicláveis, artesãos, quebradeiras de coco, costureiras etc. Na maioria dos casos, essa condição proletária de ocupado “informal” (e muitas vezes também ilegal) vem sendo legalizada à medida que tais trabalhadores passam a ser empregados por intermédio de cooperativas de mão-de-obra, isentados de diversos encargos trabalhistas bastante flexibilizados ao longo da década de 1990. Mais do que isto, o trabalho informal tem se tornado atualmente no modelo para o que ainda resta de trabalho com relações formalizadas (Oliveira, 2004). Sobre isso, tem razão Osvaldo Coggiola quando percebe que a criação de cooperativas (ou de “empresas de gestão social”) neste contexto mascara a exploração capitalista e reforça a taxa média de exploração, pois os salários, métodos de trabalho e direitos sociais são inferiores aos da grande indústria (Coggiola, 2008). Também tem razão Jan Breman ao verificar que os sobreviventes neste mundo do trabalho em mutação, os ditos “formais”, são cada vez mais uma fração pequena de trabalhadores acusada de ser uma aristocracia operária que “egoisticamente” reclama seus direitos sociais como “privilégios” (Breman, 2009). É em sintonia com esses raciocínios que Eric Cardin busca discutir e analisar a presença dos trabalhadores que se tornaram *laranjas* e *sacoleiros* no mundo do trabalho.

Escorado principalmente no raciocínio de Marx, Gramsci e Trotsky Eric pede nossa atenção para o fato de que mudanças nos processos de trabalho não acontecem separadamente das vidas dos trabalhadores. Se há uma nova organização do trabalho ela não está conformada nos limites do toyotismo, capitalismo flexível ou neo-fordismo, mas, como ressalta no livro, “está fixando seus alicerces em uma mistura de elementos dos processos produtivos desenvolvidos durante o século XX” (p.51). Aliás, este é um dos méritos do raciocínio de Eric, pois quando fala em mundo do trabalho não está se referindo exclusivamente às transformações objetivas da composição orgânica do capital e, portanto, não confunde a “história do trabalho” com a “história das técnicas do trabalho”.

Ao chegar neste ponto (uma trajetória difícil de ser construída e escalada) Eric evita reduzir sua reflexão à questão da centralidade ontológica do trabalho (algo que não é fácil para muitos dos intelectuais que se dedicam a entender e explicar as mudanças atuais no mundo do trabalho). Ele parte dela, é verdade, mas sem confundir a centralidade ontológica com a centralidade do trabalho no cotidiano dos trabalhadores (embora não anuncie este movimento literalmente). Sabemos que em muitas ocupações informais e precárias o significado do trabalho para o trabalhador geralmente está relacionado com a sobrevivência, menos do que com um saber e perícia específicos. É neste contexto que Carlos vê a si mesmo.

Ganhando a vida como *sacoleiro*, ele avalia que é seu trabalho que ainda organiza e confere sentido à vida apesar de sua frágil e débil condição proletária (p.61):

Trabalho para mim é tudo, tudo na vida. O trabalho me dá o que de comer, me dá remédio. Eu trabalho desde os seis anos até hoje e nunca morri, o trabalho não mata ninguém. O trabalho é um esporte, se não trabalho fico até doente. Trabalho desde os seis anos de idade e não tenho nada na vida, se você me caçar vinte reais você não acha. O que eu faço é para comer. Para mim o trabalho é tudo, se não fosse o trabalho eu estava perdido.

Caminhando nesta trilha indicada pelos entrevistados Eric consegue iluminar pontos de embaçada nitidez onde se desenrolam disputas em torno do significado do trabalho de *laranjas* e *sacoleiros*. A rejeição do estigma de contrabandistas é um destes pontos salientados no livro. A tentativa feita por esses trabalhadores para legitimar o trabalho na fronteira ancora-se na afirmação de um tipo de ética positiva do trabalho que é lançada sistematicamente contra a fiscalização do Estado, quase sempre em situações adversas, mas que não impedem a organização política.

Aprendemos com Eric Cardin que a constituição do *sacoleiro* num sujeito coletivo teve seu lugar no final da década de 1980, com a criação de uma associação de vendedores ambulantes, fato que, no mínimo, permite pensar as formas de representação política emanadas do trabalho tido como informal. São experiências inicialmente circunscritas ao reconhecimento e legalização do que fazem os *sacoleiros* para sobreviver, mas que, na avaliação de Eric, deterioraram para um aparelho manietado por finalidades político-partidárias que “interferiram na combatividade que o coletivo dos trabalhadores poderia possuir” (p.89). Não é algo definitivo, mas concordo com ele, principalmente porque o vir a ser desses trabalhadores parece estar encerrado numa condição proletária constantemente pressionada pelo desejo de acumular capital e transmutar-se socialmente.

De qualquer modo, o que se pode salientar com segurança é o aumento progressivo das ocupações informais. Estimativas da OMC e da OIT sobre o ano de 2008 (WTO & ILO, 2009, p.27) apontam que os trabalhadores em situação de informalidade compreendem mais da metade da força de trabalho na América Latina e África e quase 80% na Ásia Subsariana (o recorde ficou por conta da Índia, que registrou 93,2%). E nem é preciso recordar que a submissão do funcionamento das economias nacionais à lógica do maior Produto Interno

Bruto possível tem revelado também a precarização (e em muitos casos a destruição) de direitos sociais, principalmente aqueles voltados para a assistência, previdência e trabalho. A tendência contida nestes números revela que o crescimento do PIB na maioria dos países (principalmente os ditos em desenvolvimento) se faz ancorado na expansão das relações de trabalho informais. A própria abordagem de organismos políticos do imperialismo sobre o significado do trabalho informal tem mudado, deixando de enfocá-lo como uma situação temporária, de transição para o trabalho regulamentado e legalmente protegido. Agora, o trabalho informal tem sido encarado e receitado como uma solução para o “crescimento” econômico e as crises do capitalismo como o atual *crash* da economia mundial. Assim, ocupações antes tidas como arranjos improvisados e provisórios vêm sendo naturalizadas por políticas públicas que substituem a “geração de empregos” por “geração de renda”. Certamente este é o principal ingrediente da anatomia atual do imperialismo: a reestruturação do capitalismo implica necessariamente a intensificação e precarização do trabalho.

Cabe registrar ainda que três anos depois de concluído o estudo que agora é apresentado na forma deste livro o governo federal regulamentou a atividade dos *sacoleiros* ao criar o Regime de Tributação Unificada (RTU) para a importação via terrestre por meio da Lei nº 11.898/09 (que já começa a ser chamada de “Lei dos *Sacoleiros*”). Esta lei visa possibilitar a importação de até 110 mil reais em mercadorias por ano, cobrando uma alíquota única de 25% sobre o preço das mercadorias importadas. Não se sabe quais serão seus reais efeitos para *sacoleiros* e *laranjas*, mas trata-se de uma política que concretamente investe na naturalização da informalidade e de relações de trabalho tornando cada vez mais residual o trabalho livre protegido. Tais desdobramentos recentes deixam o livro de Eric Cardin ainda mais estimulante para pensar o mundo do trabalho.

Finalmente, eu não posso concluir este prefácio sem mencionar a felicidade de ter acompanhado parte da trajetória de formação do autor. Eric é uma evidência do que as universidades públicas, mesmo com poucos recursos e salários, podem proporcionar. Há dez anos atrás Eric aprendia o ofício de sociólogo no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, instituição onde agora ele passa a ser docente efetivo. A base de sua formação contou com bons professores, uma bolsa de Iniciação Científica, estágio no Centro de Documentação (estágio profissionalizante mesmo) e envolvimento com a defesa dessas condições. Mais tarde, como aluno do Mestrado de Sociologia da UNESP, produziu a dissertação que aqui assume a forma de livro, e reingressou como aluno do Doutorado. A continuar este caminho Eric enfrentará escolhas difíceis e decisivas, pois terá de lidar com

diversos projetos que arquitetam os rumos do ensino superior público no Brasil. Acredito que ele saberá fazê-las. Aliás, quando escolheu contribuir com a Sociologia (ou História) do Trabalho, tornou a vida de *laranjas* e *sacoleiros* merecedores da reflexão acadêmica. Ao leitor cabe verificar isto, além de descobrir e avaliar os percursos do raciocínio do autor, o trabalho com as fontes, as soluções metodológicas e teóricas adotadas, e a pertinência da discussão e dos resultados produzidos!

Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Introdução

Uma das grandes questões levantadas pelas Ciências Sociais ao longo do século XX diz respeito às relações entre o pesquisador e o universo estudado. Durante décadas a produção acadêmica esteve de certo modo presa aos paradigmas da neutralidade e da objetividade fundados na doutrina positivista. Como aponta Roberto Cardoso de Oliveira (1998), durante muito tempo os trabalhos desenvolvidos nos grandes centros científicos europeus colocavam os diferentes grupos e fatos sociais como “*os outros*”, como se os pesquisadores estivessem separados dos seus “*objetos*” de estudo por um imenso oceano. Tal postura, segundo Oliveira (1998), guardava em si as heranças do velho positivismo, como a busca incansável do estabelecimento de um distanciamento em relação ao “*objeto*”, guardando traços inevitáveis do etnocentrismo.

Neste contexto, no intuito de superar essa visão, o desenvolvimento da pesquisa que resultou neste trabalho foi caracterizado por um movimento ainda desconfiado de “*idas e vindas*”. Roberto da Matta (1978), em um momento ímpar de sua produção acadêmica, demonstra que a nossa formação teórica e metodológica nos permite construir conceitos, utilizar ferramentas e até mesmo antecipar certas observações, porém ela não nos ensina a trabalhar com as sensações e as emoções surgidas durante o contato direto com o universo de pesquisa. Completando tal perspectiva, poderíamos acrescentar que ela também não nos ensina como a nossa experiência de campo, com as conversas desinteressadas, com suas brincadeiras e fofocas podem ser digeridas e cristalizadas em um texto científico.

Indubitavelmente, o maior desafio na realização deste estudo tenha sido superar esses limites de formação em busca da construção de teorias que não desarticulassem os fatores objetivos e subjetivos da pesquisa. No entanto, desde já explicitamos que tal objetivo foi atingido em alguns poucos momentos, mas fica aqui registrada a importância de tal aspecto e a nossa tentativa em buscá-lo a cada nova experiência vivenciada. Neste sentido, não é errôneo afirmar que a escolha do universo analisado e a construção do problema aqui discutido não foram isentas ou neutras, pois foram antes de tudo fundadas na minha própria trajetória de vida. O meu primeiro olhar para o Paraguai foi durante os últimos anos da década de 1980, quando ainda era apenas uma criança.

Naquele momento o mundo tinha outras dimensões, as lojas eram encantadoras devido ao brilho constante e, principalmente, por possuírem os brinquedos mais fantásticos que uma criança poderia desejar. Entretanto, isso não excluía o medo constante de se perder naquele intenso e desorganizado movimento de pessoas entre as lojas, as *mesitas*¹, as *casillas*² e as diversas ruas do município paraguaio. Na minha memória Ciudad Del Este, ainda denominada de Porto Presidente Stroessner³, era um lugar de mistérios que precisavam ser cuidadosamente explorados. Contudo, a minha forma de enxergar a cidade foi se modificando conforme os anos foram passando devido ao meu desenvolvimento pessoal e também o da própria cidade.

A década de 1990 foi distinta dos anos anteriores. Os mistérios que antes deixava cauteloso agora provocavam a busca de respostas e despertavam a coragem de desvendar aquele mundo caótico. As ruas foram gradativamente tomadas por barracas que impossibilitavam a circulação de automotores em boa parte do centro da urbe, as calçadas rapidamente foram tomadas por inúmeras pessoas que se espremiavam com suas imensas sacolas de compras, enfim, a cidade parecia um imenso formigueiro onde ninguém precisava fazer muitos esforços para caminhar já que a multidão nos levava para qualquer lugar. Naquele momento não tinha de modo muito claro as razões que levavam tantas pessoas, tantos ônibus e carros, dos mais diferentes lugares do país, a região onde vivia.

A minha explicação para o fenômeno que estava vivenciando não era totalmente equivocada, talvez um pouco simplista. As freqüentes caminhadas realizadas ao Paraguai visavam explorar uma situação que até então era rara não somente na minha vida, mas de todos os brasileiros. O nosso dinheiro, o Real, recém implantado, tinha o mesmo valor que o Dólar Americano, logo as mercadorias existentes em Ciudad Del Este se tornavam acessíveis para mim e para os demais brasileiros. Apenas alguns anos mais tarde as coisas começaram a ficar mais transparentes, quando comecei a compreender que não era apenas o nosso dinheiro que tinha mudado, nossa economia e a nossa política estavam se transformando muito velozmente, tendo conseqüências na vida cotidiana de todos os trabalhadores.

¹ *Mesitas* corresponde às pequenas mesas portáteis utilizadas pelos ambulantes paraguaios para exporem suas mercadorias, devido a essa prática esses trabalhadores são denominados de *mesiteros*.

² *Casillas* são pequenas caixas de metal fixas nas vias públicas de Ciudad Del Este que são utilizadas para expor e guardar as mercadorias que serão negociadas durante os dias.

³ No momento de sua fundação, o município recebeu esse nome em homenagem ao ditador paraguaio Alfredo Stroessner. Com o fim do regime militar, em 1989, ocorre a mudança no nome que passa a ser conhecida por Ciudad del Este.

Lentamente a relação entre as práticas sociais dos moradores da Tríplice Fronteira e o comércio que era estabelecido na região da Ponte da Amizade⁴ tornou-se mais nítida, muitas pessoas próximas começaram a viver unicamente do dinheiro obtido no mercado paraguaio, Foz do Iguaçu de um modo geral vinculou de forma ainda mais acentuada sua economia a Ciudad Del Este. Todas as mudanças, todas as leis criadas, enfim, tudo que interferia em uma das cidades atingia diretamente a outra e, no começo do século XXI, as transformações políticas e estruturais derivadas da reestruturação produtiva mundial avançaram para o oeste paranaense e provocaram radicais mudanças nas relações de trabalho que até então estavam sendo estabelecidas.

É dentro deste contexto de transformações que a pesquisa agora apresentada foi realizada, eu, como um morador de Foz do Iguaçu, tinha interesses diretos em entender de forma mais profunda as conseqüências de todas as mudanças que estavam ocorrendo na vida dos trabalhadores da fronteira, ou, como alguns deles preferem se intitular, dos auxiliares de fronteira. Contudo, isso não foi um exercício fácil, pois exigiu um estudo teórico do funcionamento do sistema capitalista para entender a origem da problemática de interesse e também o desenvolvimento de métodos de pesquisa que pudessem minimamente “controlar” a possível interferência que a minha relação pessoal com o Paraguai pudesse ter na produção de um texto sociológico.

Neste contexto, o livro, que é o resultado das experiências e dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos entre os anos de 2003 e 2005, foi dividido em três capítulos, dos quais os dois primeiros possuem a função de reconstruir o universo estudado e apresentar a perspectiva utilizada para ler os dados empíricos expostos principalmente na última parte da obra. O início do estudo é direcionado de forma mais específica a um detalhamento do comércio de Ciudad Del Este, através da descrição e da análise desse processo que procurou relacionar a organização estabelecida na região com o processo de reestruturação produtiva ocorrida na década de 1980 e 1990. Assim, buscou-se abranger os aspectos econômicos e políticos característicos da globalização, do neoliberalismo e das mutações nos processos produtivos na construção da atual conjuntura do mercado de trabalho.

Entretanto, a formação de uma massa de trabalhadores disposta a atuar dentro das condições existentes na fronteira do Brasil com o Paraguai é igualmente tributária da história regional, espaço que contribui para compreendermos a configuração socioeconômica do extremo oeste do Paraná. Os ciclos temporários vivenciados na região e a falta de um projeto

⁴ A Ponte Internacional da Amizade foi inaugurada no dia 27 de março de 1965. Com extensão de 552,40 metros, liga a cidade brasileira Foz do Iguaçu à paraguaia Ciudad del Este.

de desenvolvimento sustentável em longo prazo agravaram uma situação de instabilidade que dominava o país como um todo. Neste contexto, refletir sobre a formação do exército de trabalhadores desempregados especificamente em Foz do Iguaçu/PR e região tem relevância, pois esta população representa a primeira manifestação de um comércio informal e até mesmo ilegal que alimenta de mercadorias uma grande rede de trabalhadores espalhados por todo o Brasil.

Em um segundo momento, o texto expressa e discute as transformações ocorridas nos processos produtivos e a formação dos modos de viver dos trabalhadores em diferentes momentos, visando demonstrar que, do mesmo modo que o fordismo, o objetivo da reestruturação produtiva, ao intervir na formação dos trabalhadores, é obter sucesso na acumulação de capital. Desta forma, os processos produtivos, de modo geral, não ficam limitados aos métodos organizativos, eles necessitam reeducar constantemente as classes trabalhadoras para que estas se mantenham passivas à exploração silenciosa do sistema sociometabólico do capital. Neste sentido, o incentivo à qualificação pessoal para personificar a concorrência dentro do mercado de trabalho está intimamente relacionado com o processo de individualização cada vez mais em voga na sociedade contemporânea, da mesma forma que a produção descentralizada atua crescentemente contra os coletivos de trabalhadores.

Para finalizar, no terceiro capítulo, há uma análise das entrevistas realizadas com os trabalhadores da fronteira visando, através de um estudo qualitativo, esboçar as características das categorias compostas pelos *sacoleiros*⁵ e *laranjas*⁶. Para tanto, o presente estudo concentra-se em práticas sociais realizadas no exercício da ocupação, refletindo sobre a organização da mesma e sobre as relações sociais estabelecidas diariamente entre os diversos sujeitos que atuam na fronteira. Assim, a construção do texto segue a lógica de oferecer primeiramente uma compreensão histórica e estrutural do capitalismo na região de interesse, posteriormente uma análise do impacto dos mundos do trabalho na formação do ser social e, finalizando, uma relação dos elementos apontados até então com as entrevistas realizadas. Sobre esta última questão é preciso mais algumas considerações.

⁵ Os *sacoleiros* correspondem aos trabalhadores que estabelecem as relações comerciais entre os empresários que atuam no Paraguai e os pontos de venda e distribuição das mercadorias adquiridas no país vizinho por todo o território brasileiro. Eles são, ao mesmo tempo, os atravessadores e os distribuidores no Brasil dos inúmeros produtos disponibilizados no mercado paraguaio, atuando de forma autônoma ou para um *patrão*, que administraria o dinheiro e os contatos necessários para a boa lucratividade da ocupação.

⁶ Os *laranjas* são os trabalhadores contratados informalmente para transportar determinada quantidade de mercadoria em troca de um valor previamente determinado, que é conhecido como *cota*. Esse serviço possui a função de auxiliar os sacoleiros na travessia dos produtos adquiridos pela Ponte da Amizade e pelos Postos de Fiscalização da Polícia e da Receita Federal.

A utilização deste tipo de recurso ou deste tipo de fonte prevê o estabelecimento de uma relação de confiança entre os diversos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa, relação construída a partir de uma aproximação gradativa. Entretanto, devido à fiscalização rigorosa na fronteira imposta pela Receita Federal ao longo do ano de 2004 ocorreu uma diminuição significativa das viagens realizadas pelos *sacoleiros* o que dificultou o estabelecimento e a manutenção de contatos previamente estabelecidos. Os trabalhadores da fronteira tornaram-se resabiados com qualquer exposição pública de suas atividades, principalmente a partir da criminalização da ocupação por parte da imprensa e dos órgãos de repressão ao contrabando⁷ do governo federal. Assim, as entrevistas alcançaram com dificuldades os seus objetivos, pois os trabalhadores sentiam-se freqüentemente constrangidos em falar e, quando faziam isso, utilizavam o momento para atacar as ações da Receita Federal.

Sem delongas, é importante ressaltar que esta instituição, utilizando como justificativa a perda de divisas oriundas da comercialização de mercadorias sem a devida taxação de impostos, elaborou um conjunto de estratégias visando acabar com a prática do descaminho⁸ ocorrida diariamente sobre a Ponte da Amizade, adotando aquilo que na fronteira é conhecido como política de *cota zero*⁹. Entre as estratégias direcionadas pelo órgão do governo federal, estava um processo agudo de criminalização das ocupações tidas por aqueles trabalhadores, fato que criou uma espessa neblina entre o pesquisador e o universo de interesse ao dificultar a construção de relações de confiança entre eu e aqueles possíveis sujeitos sociais que supostamente seriam entrevistados.

Todavia, os dados analisados permitem afirmar que as práticas sociais dos trabalhadores que atuam na fronteira Brasil/Paraguai não estão condicionadas às preocupações exclusivamente locais, pois a existência de homens e mulheres dispostos às diferentes atividades necessárias ao *comprismo*¹⁰, como veremos ao longo do texto, possui uma íntima relação com as mudanças que ocorreram ao longo da década de 1990 na economia brasileira e mundial. Durante este período o comércio paraguaio foi determinante para uma parte significativa da população iguaçuense. Trabalhar no Paraguai ou ter algum familiar

⁷ Crime praticado por um particular contra o Estado. Consiste na importação e exportação de mercadorias proibidas.

⁸ Consiste na fraude do tributo em razão da entrada, saída, e consumo de mercadorias não proibidas no país, ou seja, trata-se de fraudes fiscais.

⁹ Esta política é marcada pela falta de tolerância no processo de apreensão das mercadorias oriundas do mercado paraguaio.

¹⁰ O termo é empregado para sintetizar o conjunto de relações vinculadas a todo o processo de compra, venda e transporte de mercadorias ocorrido no interior do comércio de Ciudad Del Este.

nesta situação era algo muito freqüente na época, fato que chamava a atenção para uma suposta relação entre os aparentes modos de viver dos habitantes da região e uma ética desenvolvida por um conjunto de relações bem particulares. Tal relação ultrapassava o mundo do trabalho e se fazia presente no mundo da cotidianidade. Com isso, falar sobre o assunto era corriqueiro e a espontaneidade marcava as discussões sobre o tema.

Contudo, com as políticas de *cota zero* adotadas pela Receita Federal, as animadas conversas sobre o dia-a-dia no Paraguai foram gradativamente substituídas pela desconfiança, o “orgulho” de conceder uma entrevista e ajudar no desenvolvimento de uma compreensão mais clara do problema vivenciando na fronteira foi substituído pelo medo e a desconfiança. A coleta das falas, onde o gravador era um instrumento sempre presente, teve que ser adaptada a uma nova situação. Ao invés das transcrições, marcadas por uma grande riqueza de detalhes, surgem os registros de campo que, infelizmente, empobrecem a qualidade das informações obtidas e confiadas à memória do pesquisador.

As sucessivas apreensões da Receita Federal prejudicavam, acima de tudo, os projetos de vida dos *sacoleiros*, porque o dinheiro investido na compra de mercadorias não voltava mais; logo seus planos e sonhos eram substituídos pela decepção e pelo desprezo a ordem estabelecida. Enfim, foi esta a situação que encontramos quando demos início ao processo de observação da reorganização social dos trabalhadores na fronteira, ou seja, o momento dessa pesquisa coincide com um momento de transição para as categorias analisadas. Nessa medida, foi necessário o estabelecimento de um recorte mais específico nas observações realizadas, limitando a abrangência dos estudos unicamente às práticas de trabalho, ou seja, às transformações que ao longo da década de 1990 se abateram sobre as atividades desenvolvidas na fronteira e nas relações que possuem com as mutações do sistema capitalista no mesmo período.

Para finalizar essa introdução, é relevante destacar que, embora a pesquisa tenha obtido resultados positivos durante a construção teórica da categoria estudada, são conhecidos os limites do presente trabalho derivados do pouco tempo disponível no curso de mestrado e de todos os imprevistos ocorridos ao longo da pesquisa. Entretanto, o texto vem contribuir no combate a escassa produção acadêmica sobre a região, buscando de modo crítico apresentar um novo olhar sobre os nossos problemas. Particularmente, o que aqui é apresentado configura-se como o início de um estudo de maior fôlego, ocasião em que talvez seja possível discutir de modo mais conclusivo a relação de todas as variáveis que atuam no contexto da fronteira. Por ora, damos indicações a respeito.

A Região da Tríplice Fronteira e o Capitalismo Contemporâneo.

Não é de hoje que os problemas referentes ao mercado de trabalho e suas formas de contrato vêm motivando pesquisadores a se enveredarem no tema. Em grande parte isso ocorre devido a uma ruptura existente entre as formas de empregabilidade cada vez mais em voga e o padrão contratual único que era defendido pelo Estado até bem pouco tempo atrás (Noronha, 2003). A relação entre estas esferas tem sido alvo das atenções de muitos cientistas sociais desde a década de 1970, sendo que as considerações feitas frequentemente são relacionadas à situação econômica do país em cada período analisado.

O estudo que estamos realizando não pretende abandonar totalmente esta idéia, pois o principal objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre as mudanças que a economia vem sofrendo ao longo da década de 1990 e as práticas sociais efetivadas dentro do campo do trabalho constituído pelos sujeitos que sobrevivem da compra e venda de mercadorias disponibilizadas no Paraguai. No entanto, como a pesquisa empírica terá grande importância na busca de uma melhor compreensão desse problema, investiremos um pouco da atenção inicial na apresentação e análise do contexto no qual serão realizadas as observações.

Atravessar a Ponte da Amizade em direção ao Paraguai em uma tarde de quarta-feira no verão de Foz do Iguaçu é uma aventura particular. O calor, que muitas vezes supera a casa dos 40°C, dificulta qualquer esforço que não seja habitual. As filas intermináveis de automóveis, as inúmeras pessoas que carregam sacolas desproporcionais nas próprias costas, a pressa dos *compristas*¹¹ que muitas vezes atropela certas delicadezas, o medo de ser assaltado presente em cada interação social e o lixo espalhado pelas calçadas, vencendo todos os esforços dos garis, contribuem para que naquele universo as relações sociais sejam um tanto quanto superficiais.

A reforma urbana que está sendo imposta em Ciudad del Este vem lentamente tentando transformar o aspecto da cidade e daquelas relações. No entanto, até muito recentemente, caminhar pelas vielas paraguaias, entre aquela multidão de pessoas e as inúmeras barracas de camelôs, em geral, possibilitava um segundo de felicidade, de alívio,

¹¹ Na região da Tríplice Fronteira, o termo *comprista* refere-se ao conjunto de pessoas que vai a Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este com o objetivo de visitar e gastar no mercado paraguaio, isso envolve tanto os sujeitos sociais que praticam o turismo de compras quanto todas as categorias de trabalhadores que atuam na compra e venda de produtos disponibilizados no Paraguai, como é o caso dos *sacoleiros* e os *laranjas*.

que correspondia ao momento de entrada em uma loja de importados, onde o ar condicionado e a fragrância dos perfumes franceses dominavam todos os cantos do recinto. As transformações espaciais que estão sendo realizadas no município, possibilitando uma ampliação das vias de tráfego e uma higienização dos caminhos percorridos pelos pedestres, demolindo lojas e barracas construídas em locais irregulares, não eliminou a sensação anteriormente descrita.



Foto 01 – Avenida San Blas depois da reforma urbana (Foto: Eric Gustavo Cardin).

Muitas vezes o *hall* de entrada de algumas daquelas lojas nos fazem sentir passando por um túnel, onde de um lado está o nosso mundo, violento e precário, e do outro estão lugares que muitos de nós temos a chance de conhecer apenas pela televisão ou pelos exercícios da imaginação. Entretanto, tais sentimentos vivenciados no dia-a-dia não refletem necessariamente os tormentos momentâneos trazidos à população paraguaia pela reforma urbana, que beneficia principalmente os donos das grandes lojas, shoppings e galerias. Além disso, eles também não questionam a situação degradante no qual são vítimas os trabalhadores dos recintos comerciais paraguaios, sendo que entre estes se encontram muitos brasileiros¹².

¹² Segundo o Diagnóstico Sócio-Econômico de Foz do Iguaçu do ano de 1999, aproximadamente cinco mil brasileiros trabalhavam no comércio paraguaio naquele momento. Embora não existam números oficiais mais recentes, o aumento da fiscalização do governo paraguaio em relação a contratação de força de trabalho ilegal em Ciudad del Este vem promovendo a substituição gradativa dos vendedores brasileiros por trabalhadores paraguaios.

O turismo de compras existente no final da década de 1980 e começo da década posterior, que entrou em crise com a abertura econômica proporcionada pelo governo Collor (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2001), possuía um caráter bem diferente do comércio que é realizado atualmente. Enquanto aquele era efetivado em grande parte por pessoas que visavam adquirir mercadorias para consumo próprio, este é movido por um público que visa revender no Brasil os produtos adquiridos no Paraguai. Contudo, pegar com as próprias mãos o que existe de mais moderno em informática permite uma “viagem” transoceânica, tanto para aquele que está no Paraguai a passeio quanto para aquele que está lá em busca de mercadorias para revendê-las no Brasil.

Embora refletir sobre a origem da mercadoria não seja uma prática cotidiana, pois muitas vezes ela é vencida pelo imediatismo dos confortos trazidos pela tecnologia, ela pode surgir como uma experiência interessante e reveladora. Um “*lap top*”, colocado estrategicamente sobre a prateleira de uma loja especializada em venda de computadores, ainda não foi fabricado em um distrito industrial paraguaio. Uma observação mais cuidadosa poderá indicar, através de uma plaqueta grudada na parte inferior do aparelho, que o mesmo é originário de Taiwan.

A alegria de descobrir a suposta origem do produto é enganadora. Atualmente, a fabricação de equipamentos tecnologicamente muito desenvolvidos não é feita em apenas um local do mundo. Cada minúscula peça é preparada em lugares distintos, dependendo das melhores condições técnicas e econômicas oferecidas, incluindo tolerância fiscal e mão-de-obra barata. Depois disso, elas são transportadas para um local específico onde todos os pedaços, como se fossem pertencentes a um quebra-cabeça, são montados, testados, embrulhados, rotulados e finalmente disponibilizados ao consumidor. Portanto, o “*lap top*” que possui a informação “*made in Taiwan*” poderia, ao invés, indicar “*assemble in Taiwan*”.

Aquele moderno aparelho, que tem no seu interior partes fabricadas em diversos lugares e não somente no país que teoricamente seria o seu de origem, pode envolver processos de produção diferenciados de região para região, como também empregar uma mão-de-obra exposta a diferentes meios de exploração. A “viagem” realizada pela mercadoria poderia nos levar a distâncias ainda maiores, onde as relações de trabalho estão muito degradadas. O percurso “quase ficcional” da mercadoria, após uma breve observação da sua procedência, permite exemplificar e visualizar a capacidade de atuação da acumulação flexível. Ao mesmo tempo, se observa que as mudanças que estão ocorrendo na contemporaneidade do capitalismo possuem algumas diferenças acentuadas em relação às

suas configurações do pós-Segunda Guerra Mundial, diferenças que representam a ampliação dos graus de exploração e extensão do capitalismo.

David Harvey (1996), levando em consideração os estudos de Karl Marx sobre economia política, demonstra que a necessidade constante do crescimento dos lucros através da acentuação da exploração dos trabalhadores e das inovações tecnológicas provoca uma constante instabilidade, tendendo a produzir crises de superacumulação. Por sua vez, estas crises podem ser entendidas como momentos onde “podem existir ao mesmo tempo capital ocioso e trabalho ocioso sem nenhum modo aparente de se unirem esses recursos para o atingimento de tarefas socialmente úteis” (Harvey, 1996, p.170). Na perspectiva do autor, os problemas enfrentados pelo capitalismo a partir da década de 1970, e que ocasionaram uma série de mudanças no processo de acumulação, estão relacionados a crises desta espécie.

Se for uma tendência do capitalismo caminhar nesta direção, o mesmo acontece com os meios que desenvolve para administrar estes problemas. A desvalorização das mercadorias, a institucionalização dos meios de regulação por parte do Estado e o deslocamento de capital no espaço e no tempo, são algumas das tentativas de superação destas dificuldades ocasionadas pela superacumulação obtidas durante o período em que o fordismo era predominante. No entanto, o comprometimento do fordismo com o deslocamento geográfico de capital visando combater a superacumulação, além de criar imensas dívidas, possibilitou o surgimento de novos centros de acumulação que rapidamente começaram a concorrer no mercado de produção e de consumo, contribuindo ainda mais com a estagnação fordista¹³ (Harvey, 1996).

Segundo Ricardo Antunes (2002), a acirrada competição internacional ocorrida após a Segunda Guerra Mundial potencializou a capacidade da produção industrial como nunca se havia sido visto. Porém, países como Alemanha e Japão, produzindo com custos menores e expandindo constantemente a produção, diminuíram a rentabilidade das atividades desenvolvidas por produtores rivais, comprometendo a lucratividade dos mesmos. Nesta perspectiva, a crise do fordismo foi impulsionada por um conjunto de fatores relacionados, mas, o principal deles parece ter sido o “esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação” (Harvey, 1996, p.173).

A presença do Estado de Bem Estar Social, originalmente constituído para impulsionar o crescimento da produção ao assumir o fornecimento público de serviços sociais básicos, como educação e saúde, começa a ser visto como um empecilho para o desenvolvimento

¹³ Segundo Antunes (2002), tal estagnação é entendida pela queda tendencial da taxa de lucro e pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava.

comercial no final da década de 1960. As políticas de pleno emprego, por exemplo, ao reduzirem o exército de trabalhadores de reserva aumentaram o poder de organização e de contraposição da classe operária, fazendo com que “as tentativas de intensificação do processo de trabalho” esbarrassem “na resistência crescente dos operários” (Meneleu Neto, 1998, p.58).

Contudo, as ações desenvolvidas pelos trabalhadores encontraram alguns limites devido à dificuldade de “desmontar uma estruturação organizacional social-democrática consolidada durante décadas e que tinha deixado marcas no interior do próprio proletariado” (Antunes, 2002, p.44). Além disso:

a conflitualidade proletária emergente não conseguiu consolidar formas de organização alternativas, capazes de se contrapor aos sindicatos e aos partidos tradicionais. As práticas auto-organizativas acabaram por se limitar ao plano microcósmino da empresa ou dos locais de trabalho, e não conseguiram criar mecanismos capazes de lhes dar longevidade (Antunes, 2002, p.44).

Se o movimento operário não atingiu seus objetivos, o capitalismo, ao contrário, enfrenta os seus problemas com a reestruturação produtiva, desenvolvendo novas tecnologias e assimilando muito da organização e reflexão dos trabalhadores, capacidades até então desconsideradas pelo processo de produção (Antunes, 2002).

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, e desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, do qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (Antunes, 2002, p.31).

É neste contexto que emergem as experiências do toyotismo e da acumulação flexível, que, ao contrário da rigidez fordista, são caracterizadas pela desregulamentação dos direitos trabalhistas, pela fragmentação da classe trabalhadora, pela precarização e terceirização da força humana de trabalho, como também pela destruição do sindicalismo de classe (Antunes,

2002, p. 53). Neste momento, as empresas tendem a concentrar esforços naquelas atividades sobre as quais detêm evidentes vantagens competitivas, desmembrando parte de suas atividades e passando a adquirir serviços e insumos de outras empresas, sejam elas nacionais ou não (Alves, 1997, p. 24). Assim, a produção, que antes era realizada quase na sua totalidade dentro de apenas um local, é em grande parte pulverizada por todo o globo, aproveitando ao máximo as vantagens que lhe são fornecidas nos diferentes países e estados.

Na base da internacionalização do capital estão a formação, o desenvolvimento e a diversificação do que se pode denominar “fábrica global”. O mundo transformou-se na prática em uma imensa e complexa fábrica, que se desenvolve conjugadamente com o que se pode denominar “shopping center global”. Intensificou-se e generalizou-se o processo de dispersão geográfica da produção, ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento e o mercado. A nova divisão internacional do trabalho e da produção, envolvendo o fordismo, o neofordismo, o toyotismo, a flexibilização e a terceirização, tudo isso amplamente agilizado e generalizado com base nas técnicas eletrônicas, essa nova divisão internacional do trabalho concretiza a globalização do capitalismo, em termos geográficos e históricos (IANNI, 2002, p.57).

Desse modo, o “*lap top*” exposto na prateleira de uma loja especializada em computadores no município de Ciudad Del Este provavelmente foi construído nestas condições. Através delas, as indústrias asiáticas de informática vêm conquistando cada vez mais espaço dentro do mercado especializado, não esquecendo que para tanto empregam uma força de trabalho especializada, mas altamente precarizada, exposta a uma alta carga horária, a salários irrisórios e a um sindicalismo dócil. Neste sentido, Ricardo Antunes (2002) nos fornece alguns exemplos de precarização nos países asiáticos, como a tentativa japonesa de ampliar a jornada de trabalho nas indústrias de 48 para 52 horas semanais e a situação degradante do trabalho feminino na Indonésia e em Bangladesh, onde as mulheres possuem uma extensa jornada de trabalho, que chega a 60 horas semanais, com um salário que muitas vezes não ultrapassa 30 dólares mensais.

Os computadores produzidos por essa nova configuração imposta ao processo de trabalho são então vendidos em todo mundo. Porém, no Paraguai, estes e tantos outros produtos possuem isenção fiscal e são comercializados por vendedores que desempenham

suas funções sem as menores garantias trabalhistas. No entanto, a história não acaba aqui. A mercadoria, igualmente produzida e vendida por trabalhadores precarizados, é, prioritariamente, comprada por pessoas excluídas do mercado de trabalho formal brasileiro, ou seja, comprada por outros trabalhadores também precarizados e em situações de vulnerabilidade.

Os problemas enfrentados pelo mercado de trabalho, principalmente aqueles referentes à ampliação do número de desempregados, possuem várias explicações. A primeira delas está relacionada com a reestruturação produtiva já comentada. Nela ocorrem dois fenômenos básicos: o primeiro refere-se à implantação da microeletrônica na linha de produção, que elimina um grande número de postos de trabalho, principalmente nos serviços mais repetitivos e mecanizados que não necessitam de reflexão; o outro se refere ao corte de custos através da demissão de funcionários e substituição dos serviços prestados por estes por empresas terceirizadas.

Uma segunda explicação está relacionada aos efeitos da globalização, como parte de um “processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionada em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países” (Singer, 2001, p.21). Isso envolve:

a formação de oligopólios transnacionais em importantes setores, a formação de mercados de capital, de câmbio e de títulos de valores globais, a formação de um mercado mundial unificado (...) e a formação de espaços onde se processa uma produção globalizada (Corsi, 1997, p. 103).

Por outro lado:

o processo de globalização não é uniforme, não atinge todos os países da mesma maneira e não atinge todos que vivem no mesmo país do mesmo modo. O processo de globalização não se dá também só na esfera da economia, ainda que esta seja determinante (Sposati, 1997, p. 43).

Desta forma, ela também pode ser entendida como um esforço norte-americano de ampliar o campo de influência de suas “verdades duradouras” para o restante do globo terrestre, que são o seu próprio modelo de democracia, a livre concorrência e a propriedade privada (Chomsky, 2000). Dentro de perspectiva semelhante, Tullo Vigevani afirma que “a

globalização no campo político tem o significado de tornar universais valores que numa parte do mundo eram considerados como tais, mas que nada significam para outros povos e para outras culturas” (Vigevani, 1997, p. 289).

As mudanças apresentadas até agora, incluindo a globalização e a reestruturação produtiva, representam tentativas de rompimento com um conjunto de relações engessadas que dificultavam a livre concorrência das empresas no mercado internacional. As dificuldades encontradas para conquistar novos mercados consumidores e para maximizar a extração da mais-valia através da utilização de novas tecnologias e da exploração da classe trabalhadora começaram a ser superadas quando um conjunto de medidas impulsionou uma transformação no processo de produção, de distribuição e de consumo. Neste sentido, as transformações vivenciadas desde meados da década de 1970 só foram possíveis graças ao fortalecimento de políticas que fornecessem os alicerces para o desenvolvimento da livre concorrência sem a interferência estatal. É neste contexto que o neoliberalismo consegue sua projeção mundial.

3.1 - O mundo do trabalho e a política.

A íntima relação existente entre o neoliberalismo e a reestruturação produtiva dificulta a escolha de um dos fenômenos como determinante no atual contexto do capitalismo. Tal proximidade deriva do fato de que ambos, somados à globalização, fazem parte de um mesmo processo que visa, antes de tudo, garantir a elevação constante das taxas de acumulação de capital. Neste contexto, as políticas neoliberais foram concebidas “como uma reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento centrado na intervenção do Estado”. Por considerar esta “a principal crise do sistema capitalista de produção, os neoliberais passaram a atacar qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciando tal limitação como uma ameaça letal à liberdade econômica e política” (Teixeira, 1998, p. 195).

O mercado volta a ser visto como “a única instituição capaz de coordenar racionalmente quaisquer problemas sociais, sejam eles de natureza puramente econômica ou política” (Teixeira, 1998, p. 195). Como um vírus, que rápida e propositalmente se prolifera pelas redes de computadores em todo o mundo, as idéias neoliberais começam a ser difundidas durante a Segunda Guerra Mundial e, de forma mais intensa, na década de 1970. Acompanhando este ritmo ocorre a pulverização da produção industrial, fazendo com que as diferentes regiões do globo ficassem interligadas através da “sincronização internacional do

ciclo industrial”. Em diferentes medidas o neoliberalismo foi agindo no desmanche dos Estados Nacionais.

Na Inglaterra, a vitória de Thatcher em 04 de maio de 1979 representa uma guinada nas políticas públicas daquele país.

Mutações ocorrem em seu parque produtivo, passando pela redução das empresas estatais, pela retração do setor industrial, pela expansão do setor de serviços privados, enfim, pela reconfiguração da Inglaterra na nova divisão internacional do trabalho (Antunes, 2002, p. 61).

Estas transformações repercutiram “na forma de ser da classe trabalhadora, de seu movimento sindical, de seus partidos, de seus movimentos sociais, de seus ideários e valores” (Antunes, 2002, p. 61).

O forte, estável e combativo sindicalismo inglês, que possuía até então altas taxas de sindicalização, possibilitando inclusive a formação do *Labour Party* no seu próprio interior, ficou irremediavelmente debilitado devido às mudanças trazidas pela reestruturação produtiva e às políticas anti-sindicais implantadas no país. A partir da década de 1980, o sindicalismo inglês “tornou-se cada vez mais a expressão institucionalizada de um grupo de pressão e cada vez menos um sindicalismo com representação de classe” (Antunes, 2002, p. 75). Neste contexto, ele começou a direcionar suas lutas para a qualificação dos trabalhadores, para uma maior empregabilidade, como também para uma colaboração mais efetiva tanto no ideário patronal como nas suas técnicas de gerenciamento.

Por sua vez, o *Labour Party* também se transformou ao assimilar o contexto de globalização, de neoliberalismo e de reestruturação produtiva nas suas práticas políticas. As mudanças em sua agenda, introduzindo a privatização, a redução ou até mesmo a extinção do capital produtivo estatal, além da flexibilização dos direitos sociais, possibilitaram o surgimento daquilo que seria intitulado de “Terceira Via”. Tal conceito:

tem se configurado, portanto, como uma forma de continuidade do que é essencial da fase thatcherista. Isso porque, com o enorme desgaste que o neoliberalismo clássico acumulou ao longo de quase vinte anos, era necessário buscar uma alternativa que preservasse, no essencial, as metamorfoses ocorridas durante aquele período (Antunes, 2002, p. 97).

Para entendermos como o neoliberalismo foi implantado no Brasil e quais as transformações que ele impulsionou é interessante considerarmos a conjuntura derivada do período marcado pelo “milagre econômico brasileiro”. O desenvolvimento atingido nesta época envolveu grandes investimentos em infra-estrutura, como na construção de rodovias e usinas hidrelétricas, custeados através dos sucessivos empréstimos obtidos do Banco Mundial¹⁴. Conseqüentemente, ocorre uma ampliação da dívida interna brasileira¹⁵ ocasionada principalmente pela absorção dos riscos das empresas multinacionais instaladas do Brasil, que “se por um lado sustentava a salvabilidade dos capitais privados, por outro reduzia a capacidade de investimento estatal a quase zero, numa economia fortemente induzida pelo comportamento estatal” (Oliveira, 1992, p. 31).

A perda do dinamismo econômico acompanhada de uma crise no processo de acumulação foram seqüelas da situação anteriormente descrita. Os serviços públicos também se encontravam em processo de deterioração já que o estado brasileiro não podia mais se comprometer com os mesmos. Num oceano de problemas emerge a Nova República, e são eles que impõem o fracasso do governo de José Sarney na tarefa de recuperar a economia brasileira. O fato alimenta um profundo descrédito da população quanto ao novo contexto político, esfriando a esperança que havia sido retomada com o processo de redemocratização.

Utilizando-se da fragilidade em que o país se encontrava, nas eleições presidenciais de 1989, Fernando Collor de Melo lança uma proposta de governo que agradava os interesses dos empresários e industriais ao ser modernizante, ao mesmo tempo em que conseguia a simpatia das camadas mais pobres da população ao defender uma ampla moralização da política nacional. O projeto político do futuro presidente apontava o modelo vigente de Estado no Brasil como o grande responsável pelas mazelas do país; seus argumentos se apropriaram do ideário neoliberal indicando que o lento progresso dos países em desenvolvimento era fruto de uma excessiva intervenção econômica dos seus próprios governos (Colclough, 1994, p. 19). No entanto, o discurso exaltado do candidato, combatendo a burocratização dos serviços públicos e defendendo uma rápida modernização do país através da livre concorrência internacional, não garantiu a sustentabilidade do seu governo após a posse (Vianna, 1991).

¹⁴ Segundo o IBGE, no ano de 1969 o Brasil possuía uma dívida externa de 4.635 milhões de dólares que evoluiu para 105.171 milhões no ano de 1985. Em 2000 esta dívida já estava no valor de 236.151 milhões de dólares.

¹⁵ Considerando a Dívida Interna Mobiliária Brasileira no período onde a moeda nacional era o cruzeiro, observamos que em 1970 a mesma era de 10.112 milhões de cruzeiros enquanto que em 1985 os valores alcançaram a cifra de 258.633.426 milhões (Fonte: IBGE).

A divulgação do Plano Collor I quebrou os frágeis laços existentes entre o presidente recém eleito, os empresários e a população em geral, fazendo com que a manutenção da governabilidade fosse possível apenas através de constantes medidas provisórias. Tal Plano continha, entre outras coisas: a) o seqüestro e o congelamento dos ativos financeiros visando controlar a inflação; b) uma desindexação geral, afetando principalmente os preços e os salários; c) a fixação da taxa do dólar através da oferta e procura; d) a privatização das empresas estatais; e) a manutenção da moratória técnica da dívida externa, com a abertura total do país ao capital estrangeiro; f) a desregulamentação das atividades de exportação e importação; g) a reforma administrativa; e h) a supressão dos subsídios fiscais (Oliveira, 1992).

Embora esta política tivesse sofrido alguma resistência, ela marcou definitivamente o início de uma época da qual ainda não saímos. A “abertura econômica abrupta e desordenada em conjunto com valorização cambial, aperto creditício, e aumento das taxas de juros” promoveram a “destruturação de vários setores da indústria nacional”, pois gerou “um processo de substituição da produção nacional por importada, cujos efeitos sobre o emprego seriam mais relevantes do que os impactos da modernização” (Tavares apud Alves, 1997, p. 26). Baseando-se em dados da ACIFI (2005) e de Prado (2003), observei em outro momento (Cardin, 2009b) que:

a história recente da região da Tríplice Fronteira demonstra que a abertura econômica ocorrida no Brasil, no Paraguai e na Argentina durante a década de 1990, proporcionou rápidas transformações nas configurações da economia local, transformações que não possuíram, obrigatoriamente, um saldo positivo. Um exemplo inequívoco é a crise vivenciada pelo setor de exportação e importação de Foz do Iguaçu que, após a criação do Mercosul, não conseguiu concorrer com as indústrias brasileiras que começaram a comercializar diretamente com as empresas argentinas e paraguaias. Entretanto, um dos piores momentos para os estabelecimentos que atuavam nessa área na Vila Portes, bairro onde fica localizada a maioria das empresas iguaçuense do setor, ocorreu com a integração das aduanas brasileira e paraguaia no ano de 2002, que reduziu em até 90% o faturamento das empresas (Cardin, 2009b, p. 165).

O impeachment de Fernando Collor de Melo não garantiu o crescimento nacional através de novas bases, houve sim um aprofundamento das desigualdades sociais. Os

mandatos de Itamar Franco, de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva, mesmo com prováveis particularidades, possuem muitas semelhanças entre si, basta observarmos o comprometimento de todos com o sistema financeiro. Até mesmo o Partido dos Trabalhadores, que durante um período significativo de sua história defendeu um rompimento com o Fundo Monetário Internacional, explicitou a manutenção das políticas econômicas adotadas por governos anteriores no ano de 2002 com a divulgação da “Carta ao Povo Brasileiro”. No entanto, esse processo de revisão das políticas defendidas por alguns partidos de esquerda, aproximando discursos e práticas de partidos que no passado eram antagônicos, não ficou restrito as legendas partidárias ele também pode ser observado no movimento sindical brasileiro.

Com base nesta perspectiva, se observa que a Central Única dos Trabalhadores sofreu acentuada ‘mutação’ em seu posicionamento frente ao capital na última década. As opiniões sobre o tema são conflitantes. Por exemplo, segundo Alves, a CUT busca antes de qualquer coisa a “melhoria da qualidade de vida e do trabalho para a população, e da distribuição dos frutos do aumento da eficácia do trabalho para o conjunto dos assalariados e da massa dos excluídos” (Alves, 1997, p. 44). Para tanto, a Central “reafirma o caráter conflitivo das relações capital-trabalho”, negando a “ideologia de parceria empresarial” e ressaltando a importância de influir no processo de reestruturação produtiva.

Em direção oposta, Antônio de Pádua Bosi (2000) demonstra que a tentativa da CUT de garantir sua liberdade frente ao empresariado não é sustentável. A Central Única dos Trabalhadores abriu mão de sua tradicional combatividade ao “ter uma orientação contornada pelo objetivo de propor saídas para as crises conjunturais e estruturais do capital em detrimento de uma perspectiva de independência em relação ao Estado e ao empresariado” (Bosi, 2000, p. 10). Os esforços desenvolvidos para garantir a manutenção das taxas de acumulação e os empregos através da instalação das “Câmaras Setoriais” a partir de 1992, podem ser exemplos disso.

Em tal instância ocorre uma tentativa de se estabelecer acordos entre o Estado, garantindo a redução fiscal, os empresários, diminuindo as margens de lucros, e os empregados comprometidos com a produtividade, mesmo que isso significasse a impossibilidade de manifestações e greves. Neste contexto, as “Câmaras Setoriais” indubitavelmente tornam-se fóruns institucionais para o estabelecimento de parcerias entre os diferentes sujeitos que compõem o sistema produtivo. No entanto, os compromissos firmados nestes fóruns não garantiram que mais de 2.000 empregados das empresas automobilísticas

fossem demitidos apenas seis meses após o primeiro acordo ser firmado entre as partes. Além desta mudança de postura diante das situações de embate, o movimento sindical brasileiro também incorporou ao seu discurso a idéia neoliberal de atribuir à responsabilidade dos problemas referentes ao desemprego à má qualificação dos trabalhadores.

No Brasil as centrais sindicais chegaram ao requinte de proporcionar serviços de “recapacitação” e “reintegração” dos trabalhadores desempregados, tais como cursos da área de informática e similares. Ou então, criando programas de cadastramento de desempregados para possíveis vagas no mercado de trabalho. São estratégias que revelam um posicionamento político de aceitação do capitalismo, já que noutros tempos os trabalhadores opuseram-se ao desemprego exigindo a redução da jornada de trabalho sem redução de salários e, sobretudo, organizando-se para o enfrentamento como fizeram no Brasil no início da década de 1980, criando o “Movimento de Luta Contra o Desemprego” (Bosi, 2000, p. 11).

Com isso, as centrais sindicais vêm reforçando o discurso dos veículos de comunicação e de outras personificações do capital que reafirmam uma possível aderência das taxas de desemprego aos índices de baixa escolaridade da população, encobrendo desta forma outras variáveis que atuam de forma importante, para não dizer determinante, na relação entre as mesmas¹⁶. Este problema, entre outros motivos, surge pelo tipo de metodologia empregada para atingir os resultados apresentados, que não considera a historicidade dos conceitos. No entanto, não é apenas na justificativa para o desemprego que as variáveis são omitidas; em outras análises fundamentais para argumentação neoliberal este problema volta a ocorrer.

Segundo Christopher Colclough (1994), a afirmação de que o aumento das exportações ocasiona o crescimento dos índices de desenvolvimento, considerada inquestionável pelos neoliberais, precisa ser analisada com ressalva. Antes de qualquer coisa, ao relacionar tais variáveis é preciso considerar o que é proposital e o que é acidental em tal relação e, além disso, é preciso averiguar a amplitude dos benefícios trazidos pela venda de produtos nacionais ao exterior. Acrescenta-se a isto, o fato de que a afirmação neoliberal desconsidera tanto o perfil das políticas utilizadas pelos países exportadores que muitas vezes

¹⁶ Uma das variáveis não consideradas pelos teóricos neoliberais é a gradativa diminuição do número de empregos no setor produtivo a partir do começo da década de 1990, ocasionada, principalmente, pela implantação de novas tecnologias e métodos de organização do trabalho (Barros apud Alves, 1997).

possui um caráter intervencionista e contraditório nos próprios termos neoliberais quanto à importância do ambiente internacional no êxito das exportações.

Colclough (1994) nos recomenda uma observação mais totalizadora do problema, abrangendo a relação de outros fatores que podem interferir na análise dos saldos de exportação. Neste sentido, ele chama atenção para: 1) o papel do Estado no aquecimento do comércio internacional; 2) o momento correspondente ao aumento das exportações, pois a negociação de um produto nacional pode beneficiar-se de um contexto específico, onde a produção da mesma mercadoria pelos outros países do mundo é prejudicada por algum fator externo, como, por exemplo, o clima; 3) e, por último, para a relação entre o crescimento das exportações e o desenvolvimento de outros indicadores de renda e de qualidade de vida da população como um todo.

Embora as práticas neoliberais adotadas pelos governantes espalhados em todos os continentes atinjam de modo diferenciado os elementos políticos e econômicos que compõem suas respectivas sociedades, elas não deixam de possuir aspectos comuns. Isso significa que os objetivos fundamentais de todas elas se voltam para a flexibilização das relações capital/trabalho, buscando, como consequência, facilitarem a expansão e a acumulação contínua de capital. Para tanto, alimentam a construção de um novo sindicalismo, de uma nova “oposição” partidária, bem como de uma nova compreensão dos papéis atribuídos ao Estado, às empresas e aos próprios cidadãos. Todavia, não podemos esquecer que os caminhos surgidos com o amadurecimento do pensamento neoliberal partem de um mesmo centro.

Logo, é possível entender a teoria neoliberal como uma ampliação dos pressupostos do liberalismo clássico de tal modo que o espaço e o tempo deixam de ser empecilhos para o estabelecimento de relações comerciais e financeiras globalizadas. A essência de todo o seu pensamento está na manutenção do direito à liberdade dos indivíduos, que não pode ser represado ou negado nem pelo próprio Estado, então limitado à tarefa de vigiar e punir aqueles que impedem ou restringem o exercício da individualidade. No liberalismo:

a vida em sociedade é determinada por um conjunto de relações de compra e venda, que integram os indivíduos numa grande teia de relações de dependência recíproca. O interesse pessoal, a auto-estima, é, portanto, condição de possibilidade para a formação dos laços sociais que prendem os indivíduos entre si. Nada melhor do que o próprio interesse para garantir a coesão do todo social (Teixeira, 1998, p. 208).

Na concepção dessa doutrina, as relações de mercado podem ser perfeitas ou não. Em uma boa concorrência “cada agente econômico” deve ser “tão pequeno em relação ao mercado que não pode exercer nenhuma influência sobre o preço das mercadorias ofertadas”. Isso pressupõe “que o produto de qualquer vendedor seja homogêneo quando comparado ao produto de qualquer outro vendedor, de tal forma que os consumidores são indiferentes à empresa na qual eles compram suas mercadorias”. Além disso, ela também pressupõe que para o bom funcionamento do mercado são necessários uma “livre mobilidade dos recursos” e um “perfeito conhecimento” por parte dos consumidores, produtores e proprietários de recursos, de todas essas características anteriormente descritas (Teixeira, 1998, p. 231).

Baseando-se nisso, os neoliberais consideram “que qualquer mecanismo de coordenação consciente da atividade econômica (...) é incapaz de promover, com eficiência, a produção e a distribuição de riqueza”. Ao mesmo tempo, estes “mecanismos de coordenação consciente do mercado significam concentração de poder nas mãos de um grupo particular de pessoas e, assim, uma ameaça fundamental a liberdade” (Teixeira, 1998, p. 231-232).

Na opinião de Teixeira (1998), torna-se problemática a crença de que a não intervenção estatal nas relações comerciais permite a auto-regulação e o equilíbrio do mercado, pois em seu âmago carrega uma contradição fundamental. De acordo com o pensamento neoliberal:

o equilíbrio só pode se realizar na medida em que todos os agentes econômicos possuam um perfeito conhecimento do mercado. Entretanto, para criticar qualquer tipo de coordenação imposta de fora à economia, os neoliberais alegam que ninguém pode deter um conhecimento desta natureza, e que, por esta razão mesma, só o mercado poderá coordenar as atividades econômicas de milhões de pessoas, de sorte que, assim, para que seja possível o equilíbrio de mercado, pressupõe-se o que ninguém é capaz de possuir: um perfeito conhecimento de mercado (Teixeira, 1998, p. 233).

Em outras palavras, o Estado é considerado inapto para atuar no mercado por não reconhecer aquelas características que garantem uma boa concorrência, e, por isso, não pode utilizar a sua condição para determinar os preços, a qualidade dos produtos, o fluxo de capital e, por último, os limites da individualidade. Entretanto, a teoria neoliberal, ao excluir o Estado do mercado, aponta para a impossibilidade de existir qualquer pessoa ou instituição com um

perfeito conhecimento do mesmo, assim como condena definitivamente a existência de um mercado equilibrado ou perfeito. Com isso, a teoria neoliberal destrói a si mesma.

Objetivamente, consideramos que o neoliberalismo, a globalização, a reestruturação produtiva e a expansão sem precedentes do capital fictício, são respostas à crise de superacumulação enfrentada pelo capitalismo nas últimas décadas, respostas que podem ser entendidas como um reajuste dos mecanismos de acumulação. Entretanto, este processo não ocorre isoladamente, ele está disperso em todas as sociedades, agindo, regulando, contornando e até mesmo construindo formas de viver. Semelhantemente ao fordismo (Gramsci, 1968), o novo mundo do trabalho emerge da desregulamentação e da especialização flexível e constitui um novo modelo de sociabilidade que, baseado nos processos de produção, se prolonga para fora dos locais de trabalho. Tal sociabilidade é constitutiva de trabalhadores e consumidores aptos ao descartável, ao renovável, ao transitório.

Intrinsecamente a todas estas transformações, a pobreza, o desemprego e a exclusão efervescentes tornam-se reflexos de um mesmo problema: as mutações impostas ao mundo do trabalho. Dentro desta perspectiva, o exercício de compreender as práticas sociais dos trabalhadores que se encontram à margem do sistema formal de empregos precisa ser realizado a partir da influência dos fenômenos mais amplos do sistema como os já apresentados quanto das questões mais específicas do local estudado.

3.2 - Algumas considerações sobre o problema da exclusão social.

Quase que simultaneamente, quando nos referimos ao alto número de desempregados o associamos rapidamente à questão da exclusão social. Contudo, tal relação, apesar de instantânea, possui particularidades que precisam ser destacadas. As economias nacionais ao disputarem espaço no mercado mundial, tendem a diferentes graus de inserção devido à relação desproporcional entre as economias que exportam produtos agrícolas e aquelas que produzem e vendem mercadorias industrializadas. Com isso, a globalização mantém as relações desiguais existentes entre os países na medida em que recompõe e consolida em novas bases o monopólio político e econômico do imperialismo.

A inserção do Brasil no mercado internacional no início da década de 1990 exigiu uma rápida adaptação da força de trabalho ao novo contexto que estava sendo montado. As indústrias nacionais começaram a adotar posturas visando melhorar a participação nos

processos de concorrência interna e externa, inserindo mecanismos da terceirização e de flexibilização nas relações de trabalho, como também adotando novas tecnologias na linha de produção. Estas transformações exigiram que os operários entrassem inevitavelmente no ciclo da qualificação profissional, fazendo com que os mesmos buscassem cursos técnicos e de aperfeiçoamento para enquadrarem-se no novo mundo do trabalho. Essa situação acabou encobrindo os reais mecanismos promotores da diminuição dos empregos ao atribuir a responsabilidade da falta de ocupação aos próprios trabalhadores desempregados.

Contudo, as perspectivas de análise desse problema não são homogêneas. Edgar L. G. Alves, por exemplo, acredita que “a política interna do país ainda pode exercer um papel importante na manutenção do nível de emprego, apesar de seus novos condicionantes externos” (Alves, 1997, p.25). Em sua opinião, é preciso um conjunto de políticas públicas bem afinadas para combater o desemprego, já que nada garante a ampliação das vagas em um futuro próximo. Para tanto, ele acredita que são necessários investimentos e uma reformulação na estrutura educacional para que os trabalhadores possam se posicionar diante das rápidas transformações da modernidade.

Com isto, Alves (1997) chama a atenção para a gradativa redução das funções do Estado dentro do neoliberalismo, abandonando até mesmo a sua antiga tarefa de garantir a formação da força de trabalho nacional. Todavia, observa-se que as considerações feitas por este autor também limitam a responsabilidade do Estado à esfera educacional, retornando, indiretamente, a responsabilidade do desemprego aos próprios trabalhadores. Porém, ele não deixa de afirmar que:

o crescimento econômico não tem conseguido gerar empregos no ritmo necessário para absorver a população que ingressa no mercado de trabalho assalariado regulamentado e, mais do que isso, os avanços tecnológicos têm destruído diversos postos de trabalho, principalmente os intermediários, que não mais voltarão a ser criados (Alves, 1997, p. 25).

Neste trabalho de pesquisa ora apresentado levamos em consideração as últimas observações atribuídas ao autor, uma vez que o desenvolvimento econômico não consegue produzir um número de empregos que satisfaça à demanda existente. Como se isso não bastasse, devido ao progresso da microeletrônica, um grande volume de funções que no passado eram desenvolvidas pelo trabalho, atualmente podem ser realizadas por instrumentos ou mecanismos tecnológicos. Porém, as explicações exógenas para o desemprego não são

satisfatórias, exigindo a valorização das particularidades regionais que também contribuíram com a formação do universo de pesquisa estudado.

3.2.1 – Os fatores endógenos no desenvolvimento da pobreza na Tríplice Fronteira.

Além das dificuldades nacionais na geração de novos empregos, é preciso destacar alguns elementos do contexto local, pois Foz do Iguaçu possui uma história econômica bem particular. O processo de povoamento do município se deu de forma muito lenta até a década de 1970, quando houve uma drástica mudança. No passado, o desenvolvimento da cidade esteve vinculado à extração dos recursos naturais da região pelas *obrages*, “empresas argentinas, que representavam geralmente os capitalistas ingleses, que se estabeleciam em território brasileiro (...), com a finalidade única de explorar nossas reservas florestais de madeira e erva-mate para o abastecimento do mercado platino” (Lima, 2001, p. 25).

O sistema de produção destas *obrages* era baseado na exploração do trabalho dos *mensus*, homens recrutados em toda região da tríplice fronteira através de uma espécie de contrato por endividamento. Os *comissionistas* recrutavam os trabalhadores oferecendo a eles um *antecipo*, que era gasto antes mesmo do início das empreitas em festas organizadas pelos próprios contratantes. Desta forma, se estabelece um vínculo entre as partes baseado nas dívidas feitas pelos *mensus*, nos baixos salários pagos aos trabalhadores e em normas que proibiam a criação de animais e o plantio de hortas, exigindo que os *mensus* adquirissem os seus mantimentos unicamente nos pontos de negócio mantidos pelas *obrages* (Colodel, 1988).

Com a decadência deste sistema o município passou por um longo período de recessão, esperando um desenvolvimento regional impulsionado por projetos de colonização implantados durante o Estado Novo. As madeiras que ainda restavam na cidade lentamente foram para outros lugares, buscando garantir a lucratividade de suas atividades¹⁷. O rompimento com este período ocorreu com o início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu na década de 1970.

A Itaipu foi construída durante os anos do milagre econômico brasileiro que caracterizou o Brasil pós-1964, período no qual foi imposto um governo que pôs em prática grandes projetos de investimento econômico, cuja meta foi a de implantar aqui uma indústria forte de bens de capital. O projeto de Itaipu –

¹⁷ Sobre a colonização de Foz do Iguaçu e região ver os livros de Lima (2001), Colodel (1998), Sperança (1992), Schreiner (1997) e Wachowicz (1982; 2001).

com investimento inicial de dez bilhões de dólares – contribuiu para esta orientação política, que havia decidido pelo aproveitamento máximo dos recursos hídricos para a produção de energia. A Itaipu constituiu uma “alavanca” indispensável para promover o desenvolvimento e o progresso, palavras mágicas utilizadas pelos militares da época (Ribeiro, 2002, p. 25).

A importância estratégica da obra teve um tamanho semelhante às modificações que ela acarretou na população que habitava as redondezas do que viria a se tornar o “Lago de Itaipu”. A construção da barragem agiu diretamente no meio ambiente, mudando o aspecto da região, alagando terrenos, árvores, casas e plantações, o que exigiu uma enorme operação de resgate dos animais que habitavam a região atingida. Além disso, um programa de desapropriação das terras que iriam ser submersas, modificou a vida de milhares de famílias.

De acordo com dados fornecidos pela hidrelétrica, o programa de desapropriação foi executado no período compreendido entre 1978 a setembro de 1982, e afetou uma população estimada em 40 mil pessoas, somente do lado brasileiro. As desapropriações foram feitas espaçadamente nos oito municípios que seriam afetados pelo alagamento. Isto causou grandes problemas porque os núcleos comunitários eram desfeitos, com as famílias tomando rumos diferentes (Ribeiro, 2002, p. 28).

A historiadora Maria de Fátima B. Ribeiro (2002) concentra seus estudos na análise da memória de agricultores e prostitutas que viram suas vidas transformadas a partir da construção da usina demonstrando os muitos conflitos ali presentes. Os agricultores, de modo geral, apresentavam muita tristeza por terem que abandonar o espaço onde dedicaram seu trabalho e plantaram seus sonhos. Os valores das indenizações pagos pela Itaipu e os contratos de desapropriação eram bastante questionados. Segundo a autora, os critérios de avaliação dos preços das terras não levavam em consideração os aspectos afetivos que estavam envolvidos na questão. Os agricultores “não poderiam ficar satisfeitos com o pagamento indenizatório, já que não havia um valor efetivo pelo lugar onde haviam criado os filhos, onde plantaram suas árvores e teriam que se mudar e recomeçar tudo de novo” (Ribeiro, 2002, p. 30).

Sentimentos semelhantes também eram vivenciados pelas prostitutas, que tiveram que mudar seus locais de trabalho devido à construção dos conjuntos habitacionais destinados aos funcionários de Itaipu. Contudo, diferentemente do ocorrido entre os agricultores, aquelas trabalhadoras não tiveram o apoio ou a solidariedade de ninguém e na memória das mesmas

consta apenas o ressentimento de perderem os espaços antes ocupados pelas “zonas” em benefício daqueles que estavam ligados a usina hidrelétrica, já que os antigos prostíbulo seriam demolidos para que em seus lugares fossem construídos os dormitórios dos operários da hidrelétrica.



Foto 02 – Usina Hidrelétrica de Itaipu (Foto: Eric Gustavo Cardin).

Luiz Eduardo Catta (2002) demonstra preocupações próximas às que foram apresentadas por Ribeiro (2002). Entretanto, centraliza mais sua atenção nos embates que marcaram as expectativas referentes à obra. Segundo ele, esta surge na tentativa de forjar a modernização nos locais mais inóspitos do país, representando a expansão do capitalismo no território nacional. Isso acaba implicando conflitos entre o tradicional e o moderno, entre a cultura que existia na região antes do início das obras e depois das mesmas. No entanto, vale ressaltar que tais preocupações tinham razões de existir.

Tabela 01 - Número de Moradores de Foz do Iguaçu¹⁸.

Ano	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Habitantes	16.420	28.080	33.870	136.321	190.123	258.543
Zona Urbana	3.400	3.830	20.050	101.330	186.385	256.524
Zona Rural	13.020	24.250	13.820	34.991	3.738	2.019

Observando o quadro acima, constata-se que a população iguaçuense triplicou em apenas dez anos. Enquanto que no início da década de 1970 a cidade possuía 33.879 habitantes, no começo dos anos 80 este número sobe para 136.320. Comparativamente, a população que residia no campo diminui assustadoramente: em 1980 correspondia a 34.990 moradores e, em 1991, a 3.753, o que nos permite supor que parte desta população rural migrou para a cidade. Desta forma, não é difícil afirmar que tudo isto acarretou graves problemas estruturais, já que a cidade não possuía condições de atender a toda a demanda populacional que não parava de crescer.

Embora a Itaipu Binacional tivesse disponibilizado uma infra-estrutura para atender suas próprias necessidades, como também a de seus funcionários, esta não foi suficiente.

Origina-se a partir deste momento, a acentuação de altos índices de pobreza, que espalha-se por todo o município, tendo em vista que a obra despejou no município, mais de 30 mil trabalhadores (mão-de-obra bruta) com suas famílias num curtíssimo período, o qual não foi absorvido até o presente momento¹⁹.

A usina, por mais que empregasse milhares de pessoas, não conseguia absorver todo o contingente que vinha à cidade em busca de emprego. Gente de todos os lugares do país somava-se aos moradores locais, sendo que as estimativas indicavam que 43,85% eram oriundos do próprio sul, 37,48% do sudeste, 15,75% do nordeste e 2,74% do centro-oeste (Catta, 2002, p. 92). A massa que formava o gigantesco exército de trabalhadores de reserva

¹⁸ Esta tabela foi confeccionada pelo autor a partir de informações compiladas dos inúmeros livros publicados pela prefeitura municipal durante a década de 1990 (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 1990, 1993, 1995, 1996, 1997, 1999, 2001 e 2003). Visando uma melhor compreensão dos números é importante destacar que a grande discrepância existente referente à população residente na área rural está relacionada também à emancipação de alguns distritos de Foz do Iguaçu. No ano de 1961 ocorre a criação de São Miguel do Iguaçu, Medianeira e Matelândia e em 1983 de Santa Teresinha de Itaipu.

¹⁹ Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Anuário Estatístico Perfil 2001, p. 19.

possibilitou a super exploração dos *peões* responsáveis pela construção da barragem, como bem demonstra Catta (2002).

Entretanto, nem o suposto desenvolvimento do município, nem os problemas daí decorrentes podem ser atribuídos unicamente à construção da usina. Luiz Eduardo Catta (2002), por exemplo, afirma que o crescimento da cidade está vinculado a uma rede de fatores que vão além da Itaipu Binacional, atingindo tanto o comércio paraguaio quanto as visitas ao Parque Nacional do Iguaçu. Por outro lado, observamos no Anuário Estatístico Perfil 2001 da Prefeitura Municipal que “os problemas socioeconômicos e culturais enfrentados pelo município” são “consequência da atração de uma população não qualificada (mão-de-obra), para suprir as necessidades dos ciclos econômicos anteriores”.

O discurso institucional se aproxima então dos posicionamentos neoliberais. Os problemas sociais começam a ser vistos como frutos de uma massa populacional desqualificada que veio para o município em busca de emprego, primeiramente na extração de recursos naturais, depois na construção da Usina e, por último, no comércio com o Paraguai. Colocando a má qualificação como fator determinante no aumento da pobreza descarta-se outras possibilidades de explicação para o problema, como o surgimento de novos empregos em números que não atendem à demanda necessitada.

O problema daquele tipo de abordagem se encontra na limitação da explicação da situação atual da cidade a uma única variável e, para piorar, sem considerar a historicidade da mesma²⁰. A relação dos ciclos econômicos temporários de Foz do Iguaçu com o contexto nacional é desconsiderada, a elaboração de políticas públicas municipais para abertura de novas vagas não é observada, e, para completar, as razões que explicam o fluxo migratório também não. Assim, a compreensão da relação entre as práticas de trabalho dos *sacoleiros* e *laranjas* de Foz do Iguaçu e as mudanças no capitalismo contemporâneo precisa levar em consideração não apenas as transformações locais proporcionadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, mas também as mutações que estão ocorrendo no mercado de produção e de consumo.

O comércio paraguaio dificilmente é compreendido se o estudado de forma isolada; é preciso considerar a importância: 1) da reestruturação produtiva nas mercadorias que são

²⁰ Segundo Gilberto Dupas, “um bom entendimento da pobreza envolve a investigação de suas ligações com outras variáveis. Seria necessário, por exemplo, vincular pobreza e integração social no emprego; articular a dimensão econômica da pobreza com as dimensões sociais; examinar o papel do progresso social e das estruturas institucionais na criação de privações e na geração de inclusão; explorar as implicações da globalização para estratégias antipobreza, para a coesão social e para a justiça social; finalmente, examinar os vínculos entre direitos (civís, políticos, sociais), acesso à sobrevivência e mercados” (Dupas, 1999, p. 21).

negociadas a baixos preços; 2) do neoliberalismo ao abrir os mercados mundiais para a livre concorrência; 3) da flexibilização e da precarização das relações de trabalho para compreendermos a situação dos trabalhadores locais; 4) como também da globalização, que permite o fluxo mundial de capital, de mercadorias e de valores em uma velocidade cada vez maior.

Coincidentemente, o final da construção da décima oitava turbina de Itaipu ocorreu no momento em que a doutrina neoliberal foi mais difundida e praticada pelas personificações do capital no Brasil. A usina hidrelétrica já não contratava mais nenhum trabalhador, bem ao contrário, estava demitindo milhares deles. O comércio exportador nacional, que ficava próximo à Ciudad Del Este, fechava suas portas devido à concorrência internacional. O valor máximo de importação, para os brasileiros que compravam mercadorias no Paraguai, que era de 250 dólares, passava para 150. Tal medida limitou o poder de compra dos *sacoleiros* e, conseqüentemente, intensificou o descaminho. Com tudo isso, a pobreza não mais podia ser escondida, ela estava nas casas, nas ruas, nas favelas, enfim, em todos os cantos.

No entanto, as questões que envolvem a falta de ocupação, a falta de emprego, as noções de pobreza e de exclusão social são mais complexas do que parecem ser e podem até mesmo nos levar a cometer alguns equívocos. Assim, é interessante observar como tais problemas são analisados, construídos e questionados, pois são muitos os autores e as abordagens referentes a essas questões. Neste sentido, torna-se importante analisar algumas idéias presentes nos debates levantados sobre a questão para esclarecer a relação da mesma com o exercício das ocupações temporárias e precarizadas pelos desempregados.

3.2.2 – A pobreza e a exclusão social.

Não é necessário muito esforço para constatar que o conceito de exclusão social é uma “imensa caixa” que guarda no seu interior as mais diferentes definições; todas elas, sinônimos de pobreza, miséria, abandono e solidão, encontram um lugarzinho dentro de suas dimensões mal definidas. Tendo isto como pressuposto, Robert Castel (1997) aponta para alguns problemas do conceito. O primeiro deles, como foi assinalado, refere-se à heterogeneidade do mesmo, que envolve desde aqueles que perderam seus empregos no mercado de trabalho formal, passando pelas tribos urbanas até chegar às minorias étnicas.

O segundo, e talvez o mais importante, se encontra no fato de que “falar em termos de exclusão é rotular com uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no

que ela consiste nem de onde provém” (Castel, 1997, p. 19). Robert Castel acredita que ao estudarmos a exclusão social devemos inevitavelmente colocá-la dentro de um processo, pois “na maior parte dos casos a exclusão nomeia, atualmente, situações que traduzem uma degradação relacionada a um posicionamento anterior” (Idem, 1997, p. 21).

Por sua vez, estes dois problemas podem ocasionar distúrbios tanto na reflexão sobre a exclusão social quanto na ação de combate à mesma. Ao analisar a exclusão de uma maneira isolada, sem contextualizá-la, não se entende “as dinâmicas sociais globais que são responsáveis pelos desequilíbrios atuais” (Ibidem, 1997, p. 23). Isto faz com que as medidas tomadas para combatê-la se apresentem apenas como políticas paliativas, por não atingirem diretamente as causas, mas apenas alguns poucos efeitos.

As medidas tomadas para lutar contra a exclusão tomam lugar das políticas sociais mais gerais, com finalidades preventivas e não somente reparadoras, que teriam por objetivo controlar, sobretudo os fatores de dissociação social (Ibidem, 1997, p. 30).

Nesta perspectiva, as mudanças no mundo do trabalho, principalmente no que se refere à flexibilização das suas relações, ao destruir a rede de proteção construída para e pelos trabalhadores durante o século XX, coloca grande parte da população mundial em uma situação muito delicada. Enquanto os trabalhadores com emprego formal observam antigos direitos sociais, até então garantidos pela Constituição, como privilégios, outros trabalhadores perdem irreversivelmente seus empregos no processo de reestruturação produtiva.

Os trabalhadores excluídos do atual mercado de trabalho fazem parte então deste processo minimamente apresentado. Nos países ricos a exclusão social pode ser considerada “o resultado de um virtual esgotamento do modelo clássico de integração na sociedade moderna pela via do pleno emprego e, conseqüentemente, da ampla participação no mercado de consumidores”. No Brasil “o fator tecnológico inibidor da produção de novos empregos, mais recente, teria vindo agravar o modelo tradicional do mercado urbano restringido, ele próprio já excludente” (Oliveira, 1997, p. 50).

Todavia, Robert Castel (1997) acredita que a superação destes problemas não está simplesmente na geração de novos empregos, mas na revisão dos processos de regulamentação do trabalho e dos sistemas de proteção ao mesmo. Em outras palavras, o que está em questão para o autor não é a existência ou não de um sistema excludente, que possui uma essência contraditória, onde o aumento dos padrões de acumulação de capital está

diretamente relacionado com o agravamento da precarização do trabalho, mas sim de práticas ou de políticas que são tomadas dentro do modelo capitalista que o são, práticas que por sinal podem ser revistas.

Para o autor, “na maior parte dos casos o excluído é de fato um desfilhado, cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis” (Castel, 1997, p. 22). Assim, “o que está em questão é reconstruir o *continuum* de posições que ligam os *in* e os *out*, e compreender a lógica a partir da qual os *in* produzem os *out*” (Idem, p. 23). Neste contexto, concluí que:

é no coração da condição salarial que aparecem as fissuras que são responsáveis pela exclusão; é sobretudo sobre as regulações do trabalho e dos sistemas de proteção ligadas ao trabalho que seria preciso intervir para lutar contra a exclusão (Ibidem, p. 34).

A abordagem que José de Souza Martins (1997) faz da exclusão social, embora se aproxime das idéias de Robert Castel em alguns momentos, possui distinções importantes. Antes de qualquer coisa, Martins considera a exclusão uma expressão oriunda das contradições do desenvolvimento capitalista e não um estado determinado e irremediável, estando presente, desta forma, no âmago de um modelo econômico excludente. O autor parte de uma perspectiva antidualista por considerar que o crescimento econômico inevitavelmente retira uma parcela da população do mercado de trabalho e atribui à mesma um papel funcional à acumulação capitalista, na medida em que ela constitui um exército de trabalhadores de reserva. Nesta perspectiva, o trabalhador nunca estará totalmente fora do modelo econômico, mesmo realizando as atividades mais degradantes ele ainda continuará contribuindo de alguma maneira para a manutenção dos padrões de acumulação de capital.

Segundo Gilberto Dupas, os critérios para se determinar quem são os excluídos e os não-excluídos precisam estar baseados em uma linha de pobreza pré-estabelecida. No entanto, os parâmetros para isso, embora sejam somente econômicos, necessitam levar em consideração “as dimensões específicas de cada sociedade. O que pode ser uma terrível privação em uma sociedade pode não sê-lo em outra” (Dupas, 1999, p. 30). Dupas analisa a exclusão social diretamente inter-relacionada com a pobreza, considerando-a como a “dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos adequados a uma sobrevivência digna” (Dupas, 1999, p. 34). A acessibilidade a estes “bens e serviços” está relacionada tanto

com o nível e a estabilidade da renda da população quanto com a disponibilidade dos programas públicos de assistência social.

Antes de tudo, é preciso observar que estas abordagens de Gilberto Dupas (1999) e a de José de Souza Martins (1997), que ao invés de privilegiar a análise dos processos de exclusão unicamente através do viés econômico ressalta a importância das representações que a população faz de sua própria situação de vida, são tentativas de se estabelecer e manter uma conexão entre a produção material e ideológica. Em outras palavras, elas visam uma compreensão do processo dentro das esferas objetivas e subjetivas do capital. Neste sentido, ao tentarmos compreender como o atual contexto social, político, econômico e até mesmo cultural atua nos modos de viver dos trabalhadores não se pode perder de vista o fato de que:

o capitalismo, desde o início, teve que, seguida e permanentemente, revolucionar-se sem cessar e expropriar os trabalhadores, tanto em relação aos instrumentos de produção quanto ao conhecimento e à identidade; expropriá-los na sua própria condição de existência enquanto classe (Dias, 1998, p. 46).

Isso requer uma análise das formas de inclusão ou reinserção do sujeito na sociedade tanto na esfera material quanto ideológica. Para tanto, isso exige, entre outras fontes, o estabelecimento de um contínuo diálogo com os trabalhadores, pois todas as variáveis que estão agindo na formatação de um novo mundo do trabalho, além de diminuir os espaços de participação produtiva, produzem “uma reinclusão ideológica no imaginário da sociedade de consumo e nas fantasias pasteurizadas e inócuas do mercado, qualquer que seja ele, até mesmo o mercado dos valores sagrados da tradição e da dignidade humana” (Martins, 1997, p. 21). Nos próximos capítulos deste trabalho será preciso voltar a estas questões.

A globalização, ao encurtar as distâncias e reduzir o tempo de locomoção não somente dos corpos físicos, mas do conhecimento de uma forma geral através das diferentes mídias, possibilitou uma disseminação desenfreada dos valores das sociedades de consumo ocidental.

A sociedade contemporânea criou um sério problema ao centrar no consumo diferenciado boa parte da realização pessoal e social. Tal possibilidade de consumo transformou-se no principal sinal exterior de sucesso individual, o que faz com que o sentimento de exclusão possa ter um teor puramente relativo, ou seja, o de estar excluído não de necessidades consideradas básicas, mas daquilo que outras pessoas têm (Dupas, 1999, p. 17).

Luciano Oliveira (1997), apesar de também adotar uma perspectiva antidualista, afirma que este tipo de análise tende a desconsiderar o caráter desumano de todo este processo. Se por um lado, as pessoas que se encontram com suas potencialidades limitadas devido as suas situações econômicas ambicionam ingressar no mercado de consumo, por outro, cresce cada vez mais o que o autor chama de uma “mentalidade exterminatória”²¹ em uma outra parte da população. Neste sentido, Luciano Oliveira (1997) comenta diversos artigos de jornais e revistas de circulação nacional que explicitam a vontade de uma parcela da população “em se livrar” dos guardadores de carros, dos camelôs e dos pedintes, sem ao menos questionarem as causas da pobreza generalizada que vive o país.

A relação entre o aumento da pobreza e as mutações que o mundo do trabalho vem sofrendo é real. Como foi demonstrado, o aumento da competitividade entre empresas prestadoras de serviços e entre as indústrias, envolvem mudanças que atingiram e ainda atingem as mais diferentes esferas da vida social. O fim da estabilidade empregatícia e a mudança do perfil dos trabalhadores requisitados reafirmam a existência de novas relações de trabalho e, conseqüentemente, de uma nova sociabilidade derivada das mesmas.

O lento surgimento de empregos legalizados, regulares, estáveis e formais, possibilita, por um outro lado, o rápido aumento do número de trabalhadores exercendo ocupações com características opostas àquelas. O exercício destas atividades deixa então de ser exceção para se tornarem uma conduta normal e até mesmo freqüente para aqueles que buscam novas formas para garantirem a sobrevivência, já que o mercado de trabalho formal não abre número de vagas suficientes para atender a toda a demanda que desesperadamente vivencia a tragédia da pobreza, da violência e da falta de assistência governamental. Como constatamos em um outro momento através das informações disponibilizadas pelo Cadastro Social da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu os trabalhadores informais da cidade englobam “40,23% da população economicamente ativa em meados da primeira década do século XXI” (Cardin, 2009a, p. 08).

3.3 - A pobreza e as novas formas de empregabilidade.

Desde a década de 1970, o setor informal da economia vem sendo considerado um campo de atuação estratégico para uma camada da população que busca fugir dos problemas

²¹ O termo “mentalidade exterminatória” é desenvolvido por Luciano Oliveira (1997) no intuito de conceituar o pensamento, cada vez mais comum em parte da população brasileira, de eliminar a pobreza e os pobres sem ao menos problematizar a origem de tal situação.

derivados do desemprego. As leituras deste fenômeno realizadas até então tendiam a considerar a informalidade como o resultado de patologias nos meios de regulamentação do mercado de trabalho. O relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1973, por exemplo, diferenciava o trabalho informal do formal ao considerar este um trabalho assalariado e aquele autônomo, enquanto que estudos anteriores acreditavam que o trabalho informal estava intimamente relacionado a práticas tradicionais e de baixa rentabilidade (Fuentes, 1997).

Visando superar estas abordagens, Maritzel Rios Fuentes (1997) considera o setor informal da economia um produto do próprio modelo econômico adotado pelas nações, ou seja, ele é intrínseco ao capitalismo, não podendo ser eliminado simplesmente através da intervenção estatal nas relações de trabalho. Nesta perspectiva, o desemprego passa a ser visto como um custo do ajuste da economia brasileira no contexto da reestruturação produtiva.

No intuito de compreender como as taxas de desemprego e de informalidade se comportam diante das mudanças que vêm ocorrendo no processo de produção, a autora se concentra sobre os dados estatísticos produzidos sobre o mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo entre os anos de 1982 e 1995. Os níveis relativamente baixos de desemprego que foram constatados pela autora no período estudado são explicados principalmente pela facilidade de flexibilização alocativa das relações de trabalho.

Na década de 1980 a redução do número de trabalhadores com carteiras assinadas correspondia ao aumento do número de trabalhadores sem carteira, enquanto que o número daqueles que exerciam suas funções por conta própria se mantinha constante. Na década de 1990 esse processo se inverte, o número de trabalhadores sem carteira permanece sem grandes alterações enquanto que o número de trabalhadores por conta própria cresce de maneira inversamente proporcional ao número de trabalhadores com carteiras assinadas. A explicação para isso está no fato de que:

a década de 80 e o início da década de 90 apresentaram diferenças no que se refere às características das crises que cada uma envolve – uma pode ser definida como conjuntural e a outra como estrutural, respectivamente. O que pode implicar, nesta última, custos maiores para os trabalhadores, expressos pelo desemprego (Fuentes, 1997, p. 369).

Segundo a autora, na década de 1980 os trabalhadores ainda estavam acostumados com o ritmo de crescimento obtido no período anterior, onde o desemprego era temporário, e

não sendo suficiente, as empresas por conta própria adotavam medidas para superar as dificuldades, como a contratação de trabalhadores sem carteira assinada.

Na década de 1990 as mutações no mundo do trabalho acarretaram custos ainda mais altos aos desempregados. A esperança de um retorno rápido ao mercado de trabalho se desfaz, já que é cada vez maior o tempo do desemprego e da procura por uma nova ocupação. O primeiro emprego está mais difícil de ser encontrado pelos jovens, ao mesmo tempo em que o reingresso dos trabalhadores com mais idade e experiência também não ocorre com facilidade²². Este contexto impele à ação na medida em que os trabalhadores não podem esperar passivamente pela abertura de novas vagas. A situação exige que busquem desenvolver por conta própria alternativas que lhes permitam a manutenção da sobrevivência.

Beatriz Regina Zago de Azevedo (1984), buscando romper com um suposto antagonismo entre o trabalho assalariado e o autônomo, analisa “em que proporções se estendem as situações precárias de trabalho e as baixas remunerações entre os trabalhadores autônomos e assalariados” (Azevedo, 1984, p. 186). Baseando-se nos resultados da pesquisa de Maria Cristina Cacciamali²³, ela acredita que os níveis de renda dos trabalhadores autônomos e assalariados tendem a homogeneizar as diferentes formas de participação na economia.

Segundo as conclusões de Cacciamali, não existe diferença significativa entre as características pessoais dos trabalhadores e, além disso, “os trabalhadores do setor informal não constituem proporcionalmente a massa de trabalhadores que detêm as piores condições de trabalho e os mais baixos níveis de renda do município de São Paulo” (Azevedo, 1984, p. 190). As conclusões que afirmam a existência de grandes diferenças entre o trabalho informal e formal, segundo a autora, são oriundas de pesquisas que estudam a informalidade sem considerar todo o universo composto pelo mercado de trabalho. Com isto deixam de observar que certos aspectos, muitas vezes considerados específicos do setor informal, também estão presentes no setor formal.

Entretanto este tipo de abordagem não é predominante. Em livro publicado em 2000, estudos de Jakobsen, de Martins e de Dombrowski demonstram que o trabalho informal,

²² Jakobsen, Martins e Dombrowski (2000), tendo como universo a região metropolitana de São Paulo, demonstram que 53,5% dos trabalhadores economicamente ativos com mais de 40 anos encontram-se no setor informal, confirmando a dificuldade dos mesmos em encontrar novos empregos regulares. Já entre os jovens de 10 a 17 anos, 75,2% estão trabalhando na informalidade, reafirmando a falta de oportunidades para o ingresso no mercado de trabalho formal.

²³ O artigo de Beatriz Regina Zago de Azevedo (1984) é uma resenha do livro de Maria Cristina Cacciamali intitulado “Setor Informal e Formas de Participação na Produção” (São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983).

embora inserido na cadeia produtiva, não garante as mesmas condições de vida e de renda obtidas pelo trabalho formal. Baseando-se em uma pesquisa empírica realizada na região metropolitana de São Paulo, os autores demonstram como a inserção no mercado de trabalho possui diferenças que variam de acordo com as características de cada trabalhador.

Os dados apresentados confirmam determinadas relações que freqüentemente são atribuídas ao senso comum, um exemplo clássico disso é a reafirmação de que o sexo e a cor dos indivíduos interferem na posição dos mesmos no mercado de trabalho. Neste sentido, podemos observar que 52% das mulheres economicamente ativas estão na informalidade enquanto que 45,3% dos homens estão na mesma situação. Referente a cor, 53% dos “não-brancos” estão no setor informal contra 45,8% dos brancos.

Além disso, “a proporção de ocupados na informalidade é tanto maior quanto menor é o grau de instrução”. Nesta perspectiva, “encontram-se nas atividades informais 64,4% dos analfabetos ocupados; 62,6% dos que têm o 1º grau incompleto; 50,2% dos que têm o 1º grau completo ou o 2º grau incompleto; 37,7 dos que têm o 2º grau completo ou o 3º grau incompleto; e 23,2% dos que têm o 3º grau completo” (Jakobsen, Martins e Dombrowski, 2000, p. 27).

Diferentemente do que acredita Beatriz Regina Zago de Azevedo (1984), a comparação entre os rendimentos dos trabalhadores informais e formais confirma que aqueles ganham bem menos do que estes. “A média do rendimento dos trabalhadores que exercem atividades consideradas informais é de R\$ 705,00 contra uma média de R\$ 1.188,00 obtida pelos trabalhadores formais” (Jakobsen, Martins e Dombrowski, 2000, p. 28). No entanto, a comparação entre a jornada de trabalho realizada nos dois setores da economia demonstra que a média de horas semanais trabalhadas em ambos os casos corresponde a 43 horas.

As diferenças entre estes setores também estão presentes nos indicadores referentes à qualidade de vida da população. Observa-se que 59,8% das famílias em que ninguém trabalha no setor informal, residem em moradias próprias, sendo que este número cai para 51,7% quando nos referimos às famílias com pelo menos um trabalhador na informalidade. Sobre o tipo de edificação, é interessante observar que 22,3% das famílias que não possuem trabalhadores na informalidade vivem em moradias com grau de salubridade insatisfatório enquanto que 23,6% das famílias que têm pelo menos um indivíduo na informalidade residem nas mesmas condições. Além disso, 10,9% destas famílias moram em favelas ou barracos isolados, enquanto que apenas 6,8% das famílias que não possuem trabalhadores na informalidade precisam morar nestes lugares.

O acesso aos serviços de saúde possui discrepância maior.

A grande maioria (65,7%) das famílias em que ninguém trabalha no setor informal possui convênio ou plano de saúde, enquanto 34,3% não possuem. O mesmo não acontece entre as famílias com pelo menos um membro no setor informal: destas, apenas 49,8% possuem convênio (Jakobsen, Martins e Dombrowski, 2000, p. 35).

Soma-se a tudo isto o fato de que as famílias que possuem algum membro no setor informal estão mais expostas à criminalidade, tanto a roubos e furtos, quanto a agressões físicas.

Podemos observar que os trabalhadores informais sempre se encontram numa posição de inferioridade, sendo que até o próprio termo carrega no seu interior uma negatividade. A informalidade, porém, não é igual em todos os lugares, pois ela depende essencialmente do que é considerado formal para poder se contrapor. No Brasil o que difere um do outro é basicamente o registro na carteira de trabalho. Esta é tida como um “compromisso moral do empregador de seguir a legislação do trabalho, embora, de fato, não haja garantia, pois os empregadores podem desprezar parte da legislação” (Noronha, 2003, p. 114). Logo, os trabalhadores que não possuem a mesma são vistos de modo diferenciado.

O conceito de informalidade não é um tipo ideal puro. Ele possui elementos que são identificados por diferentes teorias. Ao mesmo tempo não podemos desconsiderar totalmente nem as teorias do subemprego, que acreditam que a informalidade está ligada ao êxodo rural e às transformações econômicas, nem as teorias que acreditam que a informalidade é um meio do mercado corrigir suas próprias distorções. Todas elas de alguma maneira contribuíram para a compreensão que temos hoje do problema. No entanto, é preciso ir além para compreender como este mundo em mutação age na consolidação das atuais práticas de trabalho dos sujeitos sociais.

Infelizmente, ainda não existe um censo que descreva o universo composto pelos trabalhadores que sobrevivem através da compra de mercadorias vendidas no Paraguai, o que limita as comparações que poderíamos fazer entre os dois universos. No entanto, algumas pesquisas mais pontuais sobre o assunto podem nos auxiliar a compreender aquela população. A nossa inserção na mesma ocorrerá através de observação dos lugares de sociabilidade dos *sacoleiros* e *laranjas*, como bares, hotéis e ônibus, de conversas realizadas durante o período da pesquisa, de leitura de notícias extraídas de periódicos locais e nacionais e, para finalizar,

análise daquelas pesquisas. A falta de um censo quantitativo não necessariamente compromete os resultados, pois o nosso interesse está voltado principalmente para as ações construídas durante a jornada de trabalho.

Neste sentido, busca-se compreender como o contexto que fora reconstruído até o presente momento atua nas ações ou práticas da classe que vive do seu próprio trabalho. Para tanto, iluminaremos tal questão através de uma retomada teórica de autores como Trotsky, Engels, Marx, Lukács e Gramsci, buscando sempre ressaltar como esses pensadores observavam a relação existente entre o trabalho e a formação do ser social em períodos determinados da história. Em seguida, levando em consideração os pontos estudados anteriormente, apresentam-se e discutem-se os efeitos da reestruturação produtiva nos modos de viver dos trabalhadores, finalizando com uma análise mais específica do desenvolvimento das práticas de trabalho adotadas na fronteira.

**Revolução passiva, labor e modos de viver:
a formação das práticas de trabalho no contexto
da reestruturação produtiva.**

Os elementos que caracterizam a atual fase do capitalismo, apontados em alguns momentos do capítulo anterior, constituem os esforços do capital em reconstituir as taxas de acumulação que se encontravam em declínio desde o final da década de 1960. Esta crise, que se prolongou por décadas, representou dificuldades não apenas conjunturais, mas estruturais do capital, já que:

a crise econômica cria um ‘terreno favorável’ para a crise política na medida em que ela compromete as bases materiais para a construção do consenso e da legitimação da ordem burguesa. A absorção das demandas não antagônicas das classes subalternas, necessária para constituição deste consenso, torna-se, assim, um processo árduo e raramente completado de maneira eficaz (Bianchi, 2002, p.33).

A diminuição no ritmo de acumulação de capital, tipicamente representado por crises econômicas, promove a disputa pela hegemonia política entre as diferentes frações das classes sociais dominantes. Neste sentido, Bianchi nos lembra que “quando a crise econômica e a crise de hegemonia coincidem no tempo temos o que Gramsci chama de crise orgânica, uma crise que afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social” (Bianchi, 2002, p. 36). Tal contexto ao mesmo tempo em que impossibilita o crescimento econômico amplia os antagonismos particulares do capital, exigindo que as frações da classe dominante lancem medidas que possibilitem o aumento da lucratividade e o controle populacional.

A implantação da linha de montagem nas primeiras décadas do século XX tinha o objetivo dirigido quase que exclusivamente ao aumento da produção e, conseqüentemente, da lucratividade da empresa. No entanto, o potencial daquele método produtivo e organizacional não se limitou a isso, como bem vislumbrava Antonio Gramsci (1968) ao estudar a relação existente entre o americanismo e o fordismo. Como veremos neste capítulo, a partir da Segunda Guerra Mundial, as experiências de Henry Ford adquirem um papel especial na

reorganização do mundo, não apenas no sentido econômico produtivo, mas também sócio-cultural. No entanto, esse ‘modelo civilizatório’ difundido encontra dificuldades no final da década de 1960, exigindo o desenvolvimento de novas tecnologias produtivas e administrativas e envolvendo simultaneamente a constituição de novas práticas e modos de viver principalmente durante as últimas duas décadas do século passado.

4.1 - A construção do trabalhador.

A constatação de que o homem é o único ser da natureza que pensa, projeta e age sobre o meio não é nada recente. Contudo, as abordagens e conclusões obtidas sobre o assunto nem sempre convergiram, principalmente devido à influência das particularidades históricas em cada uma das tentativas de compreensão do problema. Assim, as teorias constituídas ao longo do século XX para desvendar o universo dos trabalhadores necessitam ser observadas com cautela, pois tiveram objetivos condizentes com a época e com o local em que foram efetivados. Com isso, concentrando-se em alguns dos “olhares” direcionados para a formação da classe trabalhadora durante o século passado, busca-se explicitar os elementos presentes em cada momento histórico, tentando destacar a importância que foi atribuída à organização do trabalho na construção dos próprios trabalhadores.

Logo após a Revolução Russa, diversos pensadores e militantes começaram a refletir sobre a formação de um novo homem, oposto daquele que existia até então. Leon Trotsky (1974), por exemplo, reconhecia que as diferentes trajetórias de vida forneciam várias personalidades que necessitavam ser homogêneas culturalmente pelo Partido Comunista, pois os modos de viver dos proletários russos refletiam basicamente sua origem social junto à pequena burguesia e aos camponeses. Além disso, ele observava que era na vida cotidiana que se percebia melhor até que ponto o indivíduo era o produto e não o criador de suas próprias condições de vida (Trotsky, 1974, p. 178).

A conjuntura existente na Rússia fornecia inúmeras barreiras que precisavam ser rompidas pelos bolcheviques e mencheviques. A primeira medida adotada com este objetivo visava conquistar a confiança dos trabalhadores que não participaram do processo revolucionário através do desenvolvimento de um método de qualificação técnica que se enquadrasse ao novo modelo econômico. Tal método previa a publicação de manuais e a construção de escolas especializadas, entretanto, Trotski tinha consciência de que a vida não podia ser organizada unicamente através de exercícios teóricos, era fundamental, que para

tanto, se racionalizasse a produção, pois segundo ele a vida quotidiana se baseava na economia (Trotsky, 1974, p. 183).

Em outros termos, o autor reconhecia que qualquer tentativa de transformação dos modos de viver da população necessariamente precisava estar vinculada com mudanças promovidas na organização do trabalho, não sendo suficiente desta forma investimentos exclusivos na educação e na cultura. A experiência soviética concretamente comprovou que ambas as coisas precisavam andar juntas. Com a diminuição da carga de trabalho para 8 horas diárias, as pessoas começaram a ter um pouco mais de tempo para se dedicarem a elas próprias. Com isso, a procura por entretenimento no tempo vago tornou-se um problema, fazendo com que os governantes incentivassem o desenvolvimento do cinema que, segundo Trotski, teria potencial para substituir as igrejas e as tabernas.

No interior de toda esta discussão encontra-se o debate referente à essencialidade da categoria trabalho na formação do homem como ser social. A esse respeito, Leon Trotsky afirma que os esforços para a construção de novos modos de viver, diferentes daqueles que existiam antes da revolução, precisavam necessariamente ser direcionados pela economia, pois na medida em que ela constitui as relações de produção, também determina as práticas sociais. O debate não era novo dentro do pensamento marxista. Marx (1985) iniciou tais reflexões ao fundar a centralidade da categoria trabalho na evolução da espécie humana.

Por sua vez, Frederico Engels acreditava que o trabalho teria sido fundamental na evolução do macaco em homem e o momento decisivo de tal acontecimento ocorrera durante o abandono gradativo da utilização das mãos nas realizações das caminhadas. Isso envolveu não apenas a mudança da postura dos primatas, mas também o aperfeiçoamento dos membros dos corpos. Com isso, o autor ambicionava demonstrar que as mãos e o restante de nossa anatomia não eram apenas elementos desenvolvidos para o trabalho, mas, antes de tudo, resultados deste. Neste contexto, Engels afirmava que o trabalho era a primeira condição fundamental de toda a vida humana, até o ponto em que, em certo sentido, deveríamos conceber os homens enquanto frutos do trabalho (Engels, 1990, p. 49).

A necessidade concreta em resolver os problemas impostos pelo meio ambiente através da realização sucessiva de novas operações, permitiu o aperfeiçoamento dos dedos, dos músculos, dos ossos e dos tendões. As mãos não trabalhavam sozinhas e o seu desenvolvimento resultou em benefícios para todos os demais movimentos e sentidos. Somando-se a isso, o paulatino domínio da natureza foi acompanhado pelas primeiras experiências coletivas, contribuindo no surgimento da linguagem. A partir disso, Engels

observou que os animais utilizam a natureza exterior e introduzem mudanças na mesma pura e simplesmente através de suas presenças, enquanto que os homens utilizando suas características particulares fazem a mesma servir aos seus fins, dominando-a. Segundo o autor, isso determinaria a suprema e a essencial diferença entre os homens e os demais animais irracionais (Idem, p. 63).

Embora Frederico Engels tenha constatado que a diferença básica entre os animais e os homens encontra-se no modo específico com que ambos atuam na natureza, ele não tem a preocupação de explicar naquele artigo como a especificidade dos homens é transmitida às gerações futuras. Esse processo acaba recebendo dele uma interpretação mais biológica do que histórico-cultural. Apesar disso, a abordagem que ele desenvolveu, mesmo inicialmente com limites, recebeu novos contornos com os trabalhos de Marx e posteriormente de Lukács que estudaram de forma mais aprofundada as características teleológicas da atividade humana.

Neste sentido, Karl Marx afirmava que o sujeito que atua e transforma a realidade externa através do trabalho também se modifica durante as suas próprias ações, desenvolvendo tanto potencialidades que se encontravam adormecidas quanto novas capacidades. Com isso, os elementos presentes na natureza acabam sendo utilizados, dominados e transformados tanto em matérias-primas quanto em instrumentos de produção. Segundo ele:

o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeças e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (Marx, 1985, p. 202).

É assim que o aspecto teleológico do trabalho humano surge na obra de Marx. As constantes experiências e práticas sociais realizadas pelos homens permitem o enriquecimento das suas próprias capacidades mentais e simbólicas, culminando na possibilidade concreta dos homens fazerem escolhas e projeções. Por isso, quando Karl Marx afirma que “no fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador”, ele está levando em consideração aquele aspecto do mesmo, pois este “não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha

conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade” (Marx, 1985, p. 202).

O húngaro Georg Lukács fortalece esta argumentação quando afirma que “a essência do trabalho consiste precisamente em ir além” da “fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente” (Lukács, 1978, p. 04). Desta forma, a prática que estabelece a diferença fundamental entre animais racionais e irracionais se encontra no papel que a consciência, como atividade teleológica, tem no processo de fabricação dos produtos de que necessita. O acúmulo de conhecimento que compõe a consciência permite a elaboração de projetos mentais para resolver os problemas surgidos das necessidades concretas. No entanto, a relação não é imediata e sim mediada pelas imprevisíveis variáveis externas. Assim, o projeto objetivado pelo sujeito nunca é realizado exatamente do modo idealizado já que ação carrega em si aspectos provenientes do acaso.

Segundo o autor:

o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que o provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, freqüentemente bastante articuladas. De modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade; todavia, isso não anula o fato de que o ato de responder é o elemento ontológico primário nesse complexo dinâmico (Lukács, 1978, p. 05).

Contudo, a acentuação do processo de divisão manufatureira do trabalho rompe com este mecanismo de ordem primária. Com base nela, sujeito e objeto são radicalmente separados, o trabalhador deixa de participar de maneira consciente do processo de produção e, com o passar do tempo, vai perdendo o domínio da confecção de determinado produto. O homem, que já não consegue produzir o todo, deseja o mesmo e as relações de desigualdade entre as pessoas acabam sendo escondidas pela “névoa” correspondente às relações entre as coisas.

O fetichismo da mercadoria demonstra como a relação mercantil oculta, no mais simples ato produtivo, a estruturação do poder, a presença das classes e

sua organização/desigualdade estrutural. Tudo se passa como se houvesse uma troca entre mercadorias (Dias, 1998, p. 45).

Embora as relações de produção consigam esconder os antagonismos e contradições existentes no seu interior, mesmo com o advento da maquinaria, o trabalho continua reservando para si o mesmo papel “civilizatório”. Antonio Gramsci (1968) afirma que:

a história do industrialismo sempre foi (e hoje o é de forma mais acentuada e rigorosa) uma luta contínua contra o elemento ‘animalidade’ do homem, um processo ininterrupto, muitas vezes doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animais e primitivos) a sempre novos, complexos e rígidos hábitos e normas de ordem, exatidão e precisão, que tornem possível as formas sempre mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo (Gramsci, 1968, p. 393).

O sentido dessa “luta contra a animalidade” corresponde a um processo constante de domesticação dos homens a novas situações, a uma normatização de padrões comportamentais externos que Gramsci (1968) nos demonstrou ao estudar o fordismo. As inovações que sucessivamente são implantadas nos processos produtivos vislumbrando um aumento do acúmulo de capital impõem um constante processo de reeducação sobre os trabalhadores. Neste contexto, o taylorismo, por exemplo, foi mais do que um:

método de racionalizar a produção, logo de possibilitar o aumento da produtividade do trabalho economizando tempo, suprimindo gastos desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo, o sistema Taylor aperfeiçoou a divisão social do trabalho introduzida pelo sistema de fábrica, assegurando definitivamente o controle do tempo do trabalho pela classe dominante (Rago, 1996, p. 10).

Sem embargos, o taylorismo normatizava a dominação através do discurso técnico. Individualizando cada atividade da produção, dividindo-a em práticas mais simples, cronometrando cada movimento em busca da postura e da ação ideal e tornando todas as operações efetivadas fáceis de serem realizadas e apreendidas, o taylorismo não agia sobre as

ferramentas ou na maquinaria, mas sobre a força de trabalho que ainda movia as indústrias de metal-mecânica. Desta forma, podemos considerar que:

o taylorismo foi o instrumento da criação de uma disciplina operária através da perda da sua subjetividade classista: os trabalhadores deveriam abrir mão do controle que possuíam sobre a produção e passar a executar o trabalho a partir da objetividade do capital, centrada na reconstrução das lógicas operativas (Dias, 1998, p. 47).

A aplicação de um novo método de organização do trabalho sempre envolve a adaptação dos trabalhadores ao que é determinado pelo capital e isso se estende para além dos espaços da produção, tendo conseqüências na vida cotidiana. As metodologias desenvolvidas para buscarem níveis mais altos de envolvimento, concentração e disciplina, visando à melhoria do rendimento, atuam basicamente sobre o controle dos procedimentos e das ferramentas que serão utilizadas para objetivar aquilo que foi anteriormente planejado. Assim, o taylorismo, do mesmo modo que o fordismo ou o ohnoísmo são essencialmente meios de controle da subjetividade do trabalhador para que este possa desempenhar sua função de modo mais eficaz.

Portanto, os esforços de esclarecer como determinada ocupação é organizada e quais os tipos de práticas de trabalho mais característico de um determinado momento histórico, acabam por evidenciar os sujeitos sociais envolvidos com tal atividade. Com base nestas perspectivas, consideramos a possibilidade de apreender os mais diferentes universos do trabalho sob o capitalismo, e, neste caso específico, aquele composto pelos *sacoleiros* e *laranjas* na Tríplice Fronteira.

No começo do século XX as ações desencadeadas pelas idéias de Taylor foram fundamentais para elevar o domínio dos trabalhadores pelos capitalistas ao possibilitar um melhor controle do tempo de trabalho e dos movimentos utilizados por aqueles na confecção das mercadorias. Entretanto, o fordismo possuiu um grau de atuação ainda maior devido ao processo de massificação dos espaços de produção e de reprodução.

Assim, o mérito do fordismo ultrapassa o âmbito das contribuições tecnológicas ao englobar relações políticas, econômicas e sociais. Obviamente, as preocupações de Henry Ford não se encontravam no caráter humanitário ou espiritual dos sujeitos, mas na sua eficiência física e psíquica, pois estas determinariam a estabilidade e a qualidade da produção.

Neste sentido, ele elabora mecanismos de acompanhamento – ou de supervisão – dos trabalhadores, que serão amplamente popularizados após a Segunda Grande Guerra.

A criação de departamentos voltados para os recursos humanos sociológicos, que possuíam a função objetiva de fiscalizar a vida privada dos trabalhadores, é um exemplo disso. A intenção de Henry Ford era utilizar estes inspetores para evitar que os operários gastassem seus pagamentos com jogos, mulheres e drogas, fatores prejudiciais “das energias nervosas”. Contudo, ele não desconsiderava a importância estratégica da esfera da reprodução, zelando pela manutenção das famílias, do mercado de trabalho e da sociedade de um modo geral.

Entre outras coisas, Henry Ford acreditava que a geração de força de trabalho pelas próprias famílias operárias possibilitava um aprendizado natural e contínuo dos ofícios, dispensando desta forma investimentos em capacitação da população. Paralelamente encontramos uma das principais características do fordismo, que é a produção em grande escala visando à diminuição dos preços das mercadorias para conseqüentemente aumentar o volume de vendas das mesmas.

Observa-se uma íntima relação entre o padrão moral da sociedade norte-americana e as técnicas empregadas na organização do trabalho utilizadas nas indústrias automobilísticas daquele país nas primeiras décadas do século XX. Prova disso, é a larga utilização dos métodos fordistas pelos mais diferentes ramos da economia, padronizando comportamentos através da produção massificada e fortalecendo uma moral apropriada para um país que lutava contra o “fantasma” do comunismo. A própria política salarial empregada por Ford estava vinculada a esses objetivos ao: 1) garantir uma maior dedicação dos trabalhadores; 2) aumentar o número de pessoas dispostas a ingressarem nas linhas de montagem da empresa e; 3) possibilitar que os próprios operários da indústria sejam potencialmente consumidores das mercadorias produzidas por eles mesmos.

Neste contexto, fica estabelecida uma relação proposital entre o desenvolvimento dos processos produtivos e as esferas mais amplas da sociedade, onde a organização e o perfil do trabalhador necessitam responder aos interesses burgueses. Por isso se compreende porque na expansão do industrialismo o interesse recaía sobre as famílias numerosas e sobre indivíduos apáticos, enquanto que no período “pós-industrial” a adaptação e a flexibilidade tornam-se as características mais procuradas nos trabalhadores. Entretanto, o sucesso e a eficácia da correspondência entre todas essas esferas vão depender da atuação conjunta dos mais diferentes aparelhos do Estado.

A este respeito Antonio Gramsci (1968) demonstra que o fordismo atingiu seu auge apenas depois da Segunda Grande Guerra, mais especificamente no momento em que o estado norte americano assimilou e empregou determinadas práticas utilizadas pelo processo produtivo no auxílio do fortalecimento do americanismo. Dentro de uma espécie de divisão do trabalho societário, as instituições governamentais ficaram responsáveis pelo fornecimento de uma rede de assistência social básica, enquanto que as diferentes empresas tiveram a tarefa de ampliar o número de empregos, aumentando a produção e, conseqüentemente, o consumo de mercadorias padronizadas pela fabricação em série. Acentuando o processo de especialização e de alienação do trabalho, o fordismo contribuiu também com a indústria cultural no exercício de massificação da população.

Passado a guerra e a época nazi-fascista, a maior parte da Europa viveu uma era de ‘social-democratização’. Para impedir a expansão russa foi necessário antecipar-se à ela. Face àquela alternativa, fortíssima no imaginário dos trabalhadores, foi necessário ir além e construir os ‘direitos sociais’, os mecanismos compensatórios do *Welfare State* combinados com o keynesianismo. Esse conjunto de medidas de contratendência permitiu compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista. E, em um mesmo movimento, garantiu direitos políticos e sociais mínimos o que possibilitou, com bastante êxito, a integração dos trabalhadores à ordem capitalista via redução destes à perspectiva econômico-corporativa (Dias, 1998, p. 48).

De maneira geral, os processos produtivos sempre tiveram um papel importante no desenvolvimento e na manutenção dos padrões de comportamento capitalista, isso ficou muito evidente após a Segunda Guerra Mundial. Porém, o surgimento de uma nova crise de acumulação – crise substancialmente mais grave e estrutural que as anteriores - durante as décadas de 1970 e 1980, faz com que as “verdades” defendidas até então ficassem estremecidas, sendo necessário o estabelecimento de um novo formato para a sociabilidade da classe que vive do seu próprio trabalho. Como discutiu-se anteriormente, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva surgem com o objetivo de garantir a recuperação das taxas de acumulação de capital atuando tanto no desenvolvimento organizacional e tecnológico quanto na formação dos novos trabalhadores e consumidores.

4.2 – A reestruturação produtiva e os modos de viver.

A nova organização do trabalho está fixando seus alicerces em uma mistura de elementos dos processos produtivos desenvolvidos durante o século XX. A linha de montagem, que é considerada uma das principais inovações tecnológicas do fordismo, continua presente na maioria das fábricas. No entanto, cada vez mais o trabalho vivo é substituído por robôs e pela microeletrônica e os poucos homens que ainda resistem no interior das mais diferentes indústrias são forçados a uma rápida adaptação ao novo mundo do trabalho, que é marcado pela flexibilidade e, ao mesmo tempo, pela dedicação absoluta à empresa na qual trabalha.

Algumas das características do ohnoísmo estão presentes em praticamente todos os setores da economia já que tecnologicamente, da mesma forma que o fordismo, ele é essencialmente dependente do trabalho vivo. Relembrando, uma das principais características do fordismo era a produção em série e em grande quantidade, o que baixava os preços das mercadorias e possibilitava o consumo em massa. Para tanto, cada linha de montagem fordista era estruturada de modo a produzir apenas um único modelo de automóvel e de preferência de uma única cor. Ohno modifica este raciocínio. Se Ford pretendia criar um mercado de consumo através da produção em larga escala, Ohno produzia somente aquilo que o mercado desejava, acabando com a prática dos estoques e invertendo a lógica do negócio.

Desta forma, não havia interesse em implantar no Japão uma linha de montagem totalmente rígida como a fordista. No entanto, parte da estrutura de transporte criada por Henry Ford continuou sendo usada, mas para transportar uma matéria-prima que deveria ser trabalhada, aperfeiçoada e especificada através do ofício de operários que utilizavam diversas ferramentas para produzirem automóveis mais personalizados, atendendo diferentes padrões de consumo. Neste sentido, constata-se que a diversidade na produção atingida pela linha de montagem ohnoísta era garantida pela utilização direta do trabalhador, pois este era o principal responsável pela flexibilização da produção através da troca constante das ferramentas a serem empregadas.

Todavia, o fato da flexibilidade da produção da Toyota estar baseada no desempenho dos operários necessariamente não quer dizer que estes sejam mais importantes e imprescindíveis, tanto é que com a implantação da microeletrônica eles foram substituídos em grande medida. Antes da invasão da informática no chão das fábricas, a rotatividade das ferramentas e conseqüentemente da produção só era possível com a utilização do trabalho

vivo, mas, com início da programação das operações a serem executadas pela maquinaria isso começou a ser desnecessário. Embora anteriormente os trabalhadores tivessem a oportunidade de exercer movimentos diferentes na linha de produção ohnoísta, estes movimentos ainda continuavam sendo simples e desqualificados, pois a produção em massa “se fundamenta amplamente no princípio da padronização das atividades de trabalho na busca de graus bastante elevados de produtividade” (Moraes Neto, 1998, p. 342).

Desta forma, a especificidade do ohnoísmo não se encontra na qualificação dos trabalhadores empregados, mas, basicamente, na dependência do envolvimento dos mesmos com a indústria e com a produção. A obtenção disso ocorre através do discurso ideológico que super valoriza até mesmo as atividades mais pobres de sentido realizadas no interior do processo de fabricação das mercadorias. Assim, cada trabalhador acredita ter uma importância fundamental para o bom funcionamento do aparente sistema harmônico e equilibrado do qual faz parte, encobrando, ou melhor, escondendo deste modo a exploração e garantindo a passividade e as taxas de acumulação de capital da empresa.

O desenvolvimento tecnológico atingido pelas indústrias de metal-mecânica nas últimas décadas do século XX eliminou uma quantidade imensa de empregos, mas não extinguiu esta política de envolvimento dos trabalhadores com os locais de trabalho, que, ao contrário, se expandiu para os mais diferentes ramos econômicos. Por outro lado, a utilização da microeletrônica nas linhas de montagem foi a grande responsável pelo salto qualitativo das indústrias de metal-mecânica, possibilitando a elas atingirem os mesmos padrões de produção existentes nas indústrias têxteis e de fluxo contínuo, onde o trabalho vivo já possuía um papel secundário.

Com esta inovação, paulatinamente o trabalho repetitivo, mecanizado e automático, começou a ser substituído por ofícios que requisitavam de uma força de trabalho um pouco mais qualificada. Não obstante, a substituição de um trabalho simples por um mais complexo não eliminou o caráter alienante do trabalho. O operário bem qualificado, que possui funções de criação, de projeção ou de monitoramento do sistema de máquinas, continua não sendo proprietário dos meios de produção e muito menos do resultado final de sua criação, utilizando seu intelecto para o desenvolvimento de uma mercadoria que necessariamente não precisa ser socialmente útil.

A alienação ainda está presente no interior das modernas indústrias, garantida tanto pela distância existente entre os trabalhadores e o resultado final de suas práticas quanto pelos ensinamentos de Ohno referentes principalmente à dedicação ideológica do funcionário com a

produção e com a boa visibilidade do nome da empresa. A organização hierárquica dos trabalhadores que no passado era vertical tornou-se cada vez mais horizontal, possibilitando um fluxo de informações mais rápido e uma maior eficácia na solução dos problemas. Neste contexto, a responsabilidade de controlar a produtividade deixa de ser atributo de um funcionário específico, como ocorria no fordismo e no taylorismo, e passa a ser espalhada, distribuída, para todos os funcionários, pois todos são “sócios” do mesmo negócio e devem, deste modo, estar comprometidos com o sucesso do mesmo.

Esta organização do trabalho foi amplamente disseminada e acabou sendo adotada por quase todos os setores econômicos, inclusive pelo de serviços, que com o avanço da automação, sofreu uma espécie de inchaço devido ao imenso exército de trabalhadores de reserva que foi constituído. Entretanto, a diminuição do trabalho vivo nos processos de produção não significa necessariamente o fim da alienação e muito menos das lutas de classes, pois estas não se constituem unicamente no interior das indústrias, estando presentes em todos os locais de trabalho, seja produtivo ou não, sendo garantidas e legitimadas pelos mais diferentes aparelhos. Segundo Althusser (1985), esses aparelhos possuem a função de assegurar a reprodução das relações de produção, seja através da repressão ou da ideologia.

A reprodução da força de trabalho não exige somente uma reprodução de sua qualificação, mas ao mesmo tempo uma reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, uma reprodução da submissão dos operários à ideologia dominante por parte dos operários e uma reprodução da capacidade de perfeito domínio da ideologia dominante por parte dos agentes da exploração e repressão, de modo a que eles assegurem também ‘pela palavra’ o predomínio da classe dominante (Althusser, 1985, p. 58).

Embora os aparelhos de Estado sejam divididos entre repressivo e ideológico, todo aparelho repressivo guarda no seu interior elementos do ideológico e vice-versa. As instituições de ensino, por exemplo, ao mesmo tempo em que buscam fornecer um conjunto de conhecimentos necessários para o bom funcionamento das relações de mercado reprimem aqueles que não se enquadram no esquema previamente planejado pelos apologistas do capital.

Aprende-se na escola as ‘regras’ do bom comportamento, isto é as conveniências que devem ser observadas por todo agente da divisão do

trabalho conforme o posto que ele esteja ‘destinado’ a ocupar; as regras de moral e da consciência cívica e profissional, o que na realidade são regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho e, em definitivo, regras de ordem estabelecida pela dominação de classe (Althusser, 1985, p. 58).

As tentativas de idealizar que o fim da exploração dos trabalhadores no chão das fábricas irá disponibilizar mais tempo para eles desenvolverem a criatividade, a liberdade ou qualquer outra atividade considerada “não alienada” no capitalismo necessitam ser observadas com ressalvas. A alienação não se restringe aos locais de trabalho, a alienação transcende esta esfera e atinge a vida cotidiana.

Isso significa que não somente os operários, mas todos os sujeitos submetidos direta ou indiretamente ao sistema econômico capitalista são atingidos pela alienação. Isso dificulta significativamente a compreensão e o auto-reconhecimento do papel histórico que cada sujeito social possui, não importando o local que ocupa no mundo do trabalho. Assim, aquela população desamparada de qualquer segurança social e que realiza toda e qualquer atividade em busca de um rendimento mínimo necessário à sobrevivência também sofre com o processo de alienação. Estamos falando de categorias surgidas mais recentemente, como *camelôs*, *motoboys*, *catadores de lixo*, *vendedores ambulantes*, *laranjas* e *sacoleiros*, por exemplo, que não parecem gastar seu tempo livre com atividades desprovidas de ideologia nem escapam dos tentáculos do grande mercado capitalista.

Quando exploramos esta questão nas entrevistas realizadas com alguns trabalhadores ocupados nas categorias estudadas²⁴, obtivemos alguns dados interessantes. Um dos interlocutores, Carlos²⁵, quando questionado sobre o seu tempo livre responde de forma direta: “eu assisto televisão, eu gosto mais de telejornal. A mulher gosta da novela e eu do jornal, a gente assiste todo dia né? Meu negócio é assistir o jornal das 8 e 9 horas e depois vou deitar”. Infelizmente, a prática de acompanhar o noticiário não garante que o trabalhador desenvolva alguma posição crítica perante a realidade, pois quando perguntamos para o mesmo interlocutor o que é exclusão social ele responde objetivamente “que não faz nenhuma idéia”. O dado, de alguma forma, confirma “o domínio ideológico, exercido, universal e

²⁴ Foram realizadas dez entrevistas com trabalhadores diretamente relacionados ao mercado paraguaio, sendo oito homens e duas mulheres, sendo que apenas cinco foram gravadas em fita k7 e transcritas enquanto que o restante, a pedido dos interlocutores, não foram gravadas e sim registradas simultaneamente às entrevistas realizadas.

²⁵ A pedido dos interlocutores os nomes verdadeiros foram preservados. Conversamos com Carlos no dia 16/02/2005. O mesmo é natural de São Paulo, tem 41 anos, é casado e pai de quatro filhos. Reside em moradia própria, dividindo a mesma com a esposa, os filhos, a sogra e uma cunhada. Não concluiu o ensino fundamental e trabalha comprando e revendendo mercadorias do Paraguai no próprio município de Foz do Iguçu.

irrestritamente, pela mídia e pelos programas governamentais, torna invisível para o conjunto da população a situação de exclusão radical à qual ela está submetida” (Dias, 1998, p. 49).



Foto 03 – Camelôs de Ciudad Del Este (Foto: Eric Gustavo Cardin).

Carlos vende mercadorias que ele mesmo compra no Paraguai e não possui esperança nem vontade de voltar a ter um trabalho regulamentado, com a carteira assinada e os devidos direitos trabalhistas. Segundo ele, a sua pouca qualificação e a sua idade (41 anos) são pouco valorizados no mercado de trabalho, fato que não o motiva a deixar a informalidade em busca de algo mais estável, que garanta uma previsibilidade de renda no decorrer dos meses. No entanto, ao assumir a responsabilidade pela sua atual situação de trabalho, ignorando todas as relações que influenciam a conjuntura em que está inserido, deixa transparecer com facilidade as frustrações derivadas do seu modo de viver.

Eu já tenho certa idade para mim não interessa ter carteira assinada, para meus filhos sim. Eu gostaria que eles estivessem trabalhando, igual eles estão trabalhando, com carteira assinada, pros meus netos. Agora, para mim não acredito mais, já estou com quarenta e tantos anos, estou quase no fim da vida, se agüentei até agora dá para agüentar o resto.

Sobre o futuro de sua família, o interlocutor é cético, sem projetos e complexidades. A esposa, a cunhada e a sogra doentes são totalmente dependentes do seu próprio trabalho e do

trabalho de seus filhos, que deixam de estudar para ajudar o pai a sustentar uma família numerosa. A vida e o mundo se resumem ao imediato e ao universo do trabalho, sendo o amanhã apenas o dia seguinte, pois a luta diária é para o pão diário e a venda de hoje é para as necessidades do agora.

Trabalho para mim é tudo, tudo na vida. O trabalho me dá o que de comer, me da remédio. Eu trabalho desde os seis anos até hoje e nunca morri, o trabalho não mata ninguém. O trabalho é um esporte, se não trabalho fico até doente. Trabalho desde os seis anos de idade e não tenho nada na vida, se você me caçar vinte reais você não acha. O que eu faço é para comer. Para mim o trabalho é tudo, se não fosse o trabalho eu estava perdido.

Suas práticas sociais são construídas dentro desta conjuntura, a flexibilidade, a criatividade e o empreendedorismo da reestruturação produtiva são sinônimos de nomadismo, de desqualificação e de incertezas que se configuram nas constantes mudanças tanto dos pontos de venda quanto dos produtos comercializados, que variam de acordo com as estações do ano.

Trabalho como pedreiro e com qualquer tipo de serviço que vem para mim, mas nunca pintou serviço (*com carteira*) para mim. Daí eu trabalho de ambulante. Nunca fiquei parado, corro de dia e de noite. Trabalho de ambulante, é num canto é em outro, é na rua andando. Nunca parei aqui em Foz... Vendo bóias de plástico no verão, churrasqueiras e brinquedos no inverno e assim vou me virando.

A acumulação flexível, que surgiu como solução para a crise que ocorreu nas últimas décadas do século XX, não se limitou às mutações da esfera produtiva. Ela atingiu de forma eficaz a organização e a consciência dos trabalhadores, sejam eles produtivos ou não, estejam eles no interior das fábricas ou nas barracas que vendem mercadorias contrabandeadas nas calçadas de todo o país. Como vimos anteriormente, o fortalecimento da classe operária durante a década de 1960 tornou-se um empecilho para a manutenção do fordismo e das taxas de acumulação, fazendo com que a retomada do crescimento econômico virasse refém da readaptação da população às necessidades do sistema sociometabólico. Assim, as novas

tecnologias inseridas na produção não somente possibilitaram o aumento do rendimento, mas também a re-incorporação do trabalho vivo ao trabalho morto através do discurso ideológico que defende os interesses das empresas.

Entretanto, sabe-se que parcela significativa da população economicamente ativa não está atuando dentro de empresas regularizadas. Logo, se a incorporação dos trabalhadores à nova ordem produtiva pretende ser eficaz ela deve necessariamente abranger todos os setores da vida econômica, inclusive no informal. A manutenção da alienação no novo modelo de produção faz parte das estratégias de expansão do capital, pois “a gestão do processo produtivo é a forma condensada da política dos dominantes” (Dias, 1998, p. 47). A mudança tecnológica e organizacional atinge diretamente a formação dos modos de viver dos trabalhadores. Por um lado, observamos a flexibilização e a qualificação estratégica cobrando um novo posicionamento ético e profissional, por outro o desemprego, a precarização e o discurso do empreendedorismo incentivando as ocupações e a criatividade ao invés do estabelecimento de uma análise crítica do capitalismo contemporâneo.

De forma semelhante ao papel que o fordismo teve após a segunda grande guerra, a reestruturação produtiva também pode ser considerada como uma política de contratendência, ou seja, como uma “Revolução Passiva”. Segundo Gramsci, este tipo de acontecimento surge naqueles “países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política do tipo radical-jacobino”. Contudo, ela ocorre mais “pela intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, na estruturação econômica do país” (Gramsci *apud* Dias, 1999, p. 30).

Neste contexto, considera-se que as Reformas Sindical e Trabalhista que estão em curso no Brasil possuem o objetivo de facilitar a formação de um novo trabalhador, pois ambas visam antes de qualquer coisa possibilitar a máxima flexibilização das relações trabalhistas, além de diminuir os tributos a serem pagos pelos empregadores e fragmentar qualquer consciência de classe. A acumulação flexível necessita de uma nova organização dos operários e de uma nova cultura, que abranja práticas sociais que não sejam antagônicas aos interesses do capital, ou seja, que se diferenciem da personalidade histórica construída durante as décadas de 1960 e 1970 pelos movimentos sindicais.

Segundo Druck:

os estudos mais recentes indicam que a flexibilização – elemento chave da reestruturação produtiva – tem ocasionado um processo de precarização do trabalhador (insegurança, piores condições de saúde e riscos, alta competitividade entre pares, desmotivação), de precarização do emprego (instabilidade, falta de vínculo, subcontratação, temporários) e do crescimento galopante da informalidade do mercado de trabalho, onde as condições de sobrevivência são perversas, animadas pela máxima de “cada um por si” ou de “todos contra todos”, que exigem uma adaptabilidade, flexibilidade e criatividade extremas, reunidas sob o rótulo da empregabilidade (Druck, 2001, p. 82/83).

Especificamente, o objetivo da autora é explicitar que o eixo do atual mundo do trabalho é eliminação da estabilidade e dos vínculos empregatícios, deteriorando o coletivo e engrandecendo a individualidade. “Daí a valorização dos traços de personalidade e de caráter de cada um, onde a qualificação maior está na capacidade de enfrentar desafios e incertezas e não mais no conhecimento do ofício e na sociedade do trabalho” (Druck, 2001, p. 88). Desta forma, conclui-se que as transformações recentes do capitalismo visam “produzir um operário parcelar, descontínuo e, acima de tudo, inteiramente subordinado ao capital. Um trabalhador que, por medo de perder o emprego, defende não apenas a produtividade do capital, mas, até mesmo, a demissão dos seus companheiros” (Dias, 1998, p. 50).

No setor informal isso se reflete na concorrência entre os pares e na forma que o mundo é vivenciado e interpretado. Neste “espírito”, quando questionado sobre a localidade onde expõe e vende suas mercadorias, Carlos responde que o “ponto não foi indicado, mas sim tomado, porque quando um sai outro toma, outro chega, ninguém é dono”. Ele admite que muitas das características da atividade que realiza são negativas, mas, mesmo assim, afirma que adoece quando não vai trabalhar.

Em outras ocasiões do diálogo estabelecido se percebe esse mesmo traço, onde as experiências consideradas positivas se misturam facilmente com as negativas, constituindo um discurso com uma textura amarrada, cheia de contradições. Ao responder sobre os aspectos que mais gosta e menos gosta de seu ofício afirma que o lado ruim do mesmo:

é quando está chovendo, ou quando vem alguém aqui me encher o saco, me prejudicar, prender minha mercadoria, isso é um ponto negativo, pois agente

tá trabalhando e estão tirando o pão da boca da gente. Isso é um ponto negativo, é uma coisa que eles não deveriam fazer, por que eles, autoridades, têm os salários deles fixos, ganha para aquilo, tá certo que eles estão vindo porque são mandados, lá de cima, mas eles ganham para aquilo, tudo bem.

Ao mesmo tempo em que manifesta as dificuldades vivenciadas na realização diária da ocupação, quase que simultaneamente, se conforma pelas constantes fiscalizações que sofre, pois tem conhecimento que os fiscais também estão realizando os trabalhos que são destinados a eles. Por outro lado, de modo um pouco mais latente, deixa entender que uma das razões que o faz dar valor a sua ocupação é a mínima sustentabilidade da família que ela permite. Neste sentido, ele declara que “se vender hoje nós comemos, se não vender não”. Carlos também nos oferece um outro aspecto que considera positivo no trabalho, que se encontra basicamente no seu caráter educativo. Em sua opinião:

estando com a cabeça ocupada, o pai ocupando a cabeça dos filhos, ele leva a vida sem mexer com o que é dos outros, porque acontece tanta tragédia neste mundo que os próprios filhos ficam revoltados. O meu filho já esteve revoltado, o meu filho já chorou para não ir trabalhar com medo de apanhar e eu insisti, batalhei, levei e está até hoje trabalhando. Então outra coisa negativa neste quesito é estas coisas, é bater no próprio filho ou num pai de família para não ir trabalhar, isso é muito feio, eles precisam ver isto aqui e em qualquer lugar do Brasil. Isto eu acho feio, porque os próprios filhos da gente acabam virando marginais, vão presos, morrem. A gente perde o filho da gente por causa disso mesmo, eles incentivam, fazem isso com a gente.

Esse pequeno trecho de sua fala retrata uma situação problemática vivenciada pelo interlocutor, ou seja, a violência sofrida pelos filhos nas averiguações dos fiscais da prefeitura em um dos pontos de vendas em que atuavam anteriormente. Ele lamenta que isso tenha ocorrido, pois as “autoridades” ao tentar inibir que suas crianças trabalhassem como *ambulantes* estavam possibilitando o desenvolvimento de vontades, de desejos, que não condiziam com a moral da sua família, que é tipicamente uma moral do trabalho. Nesta perspectiva, constata-se a confluência de fatores que “legitimam” a informalidade, garantindo até mesmo possíveis pressupostos para a sua defesa e manutenção dentro do novo mundo do trabalho.

Retornando a falar a respeito da educação dos seus filhos, Carlos, imediatamente relembra a situação anteriormente comentada:

Os meus filhos trabalhando comigo já apanharam de autoridade, já apanhou do pessoal para não trabalhar, eu falo, garanto e tenho provas. Já apanharam até na rua para não trabalhar, porque o que eles querem, as autoridades mais fortes, é que os filhos da gente sejam criados que nem vagabundos, na rua, roubando em ponto de esquina, assaltando. Meus filhos foram criados discutindo com autoridades, com fiscais, já cheguei a brigar com fiscais na rua para meu filho trabalhar.

A insistência em falar sobre o assunto e a indignação apresentada indiscutivelmente demonstra que tal situação possui um local de destaque em sua memória. Porém, ela não foi registrada apenas pela agressão ou pela violência, mas por ter ferido algo mais profundo, que caracteriza a sua formação como um ser social, ou seja, a essencialidade da categoria trabalho no seu cotidiano. Carlos não consegue detalhar se foi um tapa, um empurrão ou um soco, mas fala com precisão dos motivos que provocaram o episódio. As lacunas existentes nas histórias narradas podem receber tantos significados quanto às próprias falas, pois “o processo de memória depende, pois, não só da capacidade de compreensão do indivíduo, mas também do seu interesse. Assim, é muito mais provável que uma lembrança seja precisa quando corresponde a um interesse e a uma necessidade social” (Thompson, 1992, p. 153).

Retomando a discussão inicial, as questões expostas acabam ressaltando uma aparente contradição do sistema do capital, pois ao mesmo tempo em que este tolera o trabalho informal para garantir a ocupação e a sobrevivência de seu imenso exército de trabalhadores de reserva ele combate algumas práticas realizadas pelos sujeitos sociais que estão excluídos do mercado de trabalho legalizado. As atividades executadas pelos informais não são perseguidas quando as mesmas não interferem diretamente na produtividade ou na lucratividade das empresas e dos trabalhadores já estabelecidos. Os *camelôs*, por exemplo, constantemente aparecem na mídia nacional por estarem sendo retirados dos locais em que atuam. Entretanto, isso ocorre apenas nas situações onde as barracas estão expostas em áreas com grande circulação de pessoas e na frente de lojas e mercados regulamentados.

O próprio episódio narrado por Carlos exemplifica isso. Quando ele e seus filhos sofreram perseguições, os fiscais que agrediram estavam atuando na Rodovia das Cataratas, um importante corredor turístico da cidade, repleta de lojas de artesanato, pedras preciosas,

alimentos requintados e hotéis de luxo. “A mudança de ponto”, ou seja, de local de trabalho por parte de Carlos, trouxe mais tranqüilidade porque deixou de agredir o visual e os negócios daqueles que se beneficiam daquela região privilegiada da cidade. Estabelecendo seu negócio longe das áreas comerciais do município o entrevistado garantiu uma clientela própria, não planejando deixar aquela nova localidade por uma razão qualquer. Neste sentido, ele afirma que ficará ali enquanto permitirem a permanência dele no local e, com um sorriso no rosto, diz satisfeito que irá “sempre trabalhar, pois todo dia se vierem me caçar aqui me acham, de dia ou de noite, entra ano e sai ano, eu estou aqui”.

A drástica mudança nas políticas de fiscalização na Ponte da Amizade, a partir de novembro de 2004, também deve ser estudada nessa perspectiva. Quando os estudos foram iniciados, a realidade social existente na região das três fronteiras era bem distinta da atual situação. Na ocasião, durante os primeiros meses de 2004, as apreensões podiam ser previstas pelos *sacoleiros*, permitindo uma melhor organização do trabalho e das compras que seriam realizadas. Entretanto, as alterações na política, marcada pela intensificação da quantidade e dos métodos repressores, adotadas pela Polícia e pela Receita Federal limitaram radicalmente a atuação dos *compristas* em Ciudad Del Este e isso trouxe dificuldades para os *sacoleiros* de todos os lugares do país.

4.3 – O Descaminho e a Fiscalização na Fronteira.

O discurso neoliberal, que defende a ausência de interferências do Estado no mercado, não corresponde às ações efetivadas pelo governo brasileiro na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, pois ao controlar o fluxo de mercadorias contrabandeadas de Ciudad del Este ele conseqüentemente protege determinados campos da indústria nacional da concorrência “desleal” que seria promovida pela invasão dos produtos importados. A postura diferenciada adotada pela fiscalização nas diferentes épocas do ano fortalece essa idéia.

Observa-se, por exemplo, que até muito recentemente nos períodos próximos ao Natal e ao dia das crianças, a Receita Federal habitualmente enrijecia sua postura tentando “fechar a torneira” do descaminho com operações sistemáticas envolvendo inúmeras barreiras nas rodovias e nos estabelecimentos utilizados para guardar as mercadorias negociadas, rompendo desta forma com a complacência que prevalecia durante o restante do ano, onde apenas 1% das pessoas e dos veículos que cruzavam a fronteira era averiguado.

Deste modo, considera-se que o comércio realizado na Ponte da Amizade, que liga o Brasil ao Paraguai, representa uma espécie de “válvula de controle” das contradições estruturais do capital, e pode significar uma maior ou menor disposição do Estado quanto ao consumo de mercadorias tecnologicamente avançadas pelos trabalhadores. Dentro desta perspectiva, a atual postura do governo federal referente àquela situação reflete não somente a política fiscal do país, mas também o desenvolvimento ou a organização atingida pelos próprios trabalhadores que sobrevivem comprando periodicamente as mercadorias vendidas no país vizinho.

Durante a última década a Polícia Federal vem constatando uma gradativa mudança nas espécies de produtos que circulam nesta relação comercial, sendo que os brinquedos sucessivamente vêm perdendo espaço para os eletroeletrônicos. Por outro lado, os trabalhadores que sobrevivem através da negociação das *muambas* começaram a ficar cada vez mais organizados em uma aguda hierarquia. Os milhares de *laranjas* que transformavam e ainda transformam diariamente a paisagem da fronteira não são mais comparados com pequenas formigas devido unicamente ao tipo de ocupação exercida, mas também por serem minúsculos perto do tamanho do problema.

A mudança no perfil do negócio realizado foi acompanhada de uma nova metodologia de trabalho.

Na hierarquia dessa organização criminosa há os *laranjas* – pessoas contratadas para viajar com as mercadorias -, os *autônomos*, que bancam seus contrabandos, os *patrões*, que possuem um pequeno número de *laranjas* contratados e os *atacadistas*, que operam em larga escala, com uma rede de contratados (Maschio, 28 de Novembro de 2004, B13).

Neste contexto, a Receita Federal avalia que este esquema envolva cerca de 350 mil pessoas espalhadas por todo o território nacional, sendo que em Foz do Iguaçu, mais especificamente, a maioria da população economicamente ativa depende destas relações internacionais. Um dos nossos interlocutores, Pedro²⁶, ao explicitar o funcionamento da atividade que exerce apresenta de modo bastante claro a organização desenvolvida pelos *sacoleiros*.

²⁶ A entrevista com Pedro ocorreu no dia 23/04/2005. Ele é solteiro, possui 30 anos e mora com a mãe. Está cursando o ensino superior e trabalha como *laranja* ajudando no transporte de mercadorias dos *sacoleiros* para outros municípios e no carregamento do contrabando que vem pelo Rio Paraná.

Vou direto para uma favela nas proximidades do Rio Paraná onde tem, como se fosse um cais, uma espécie de porto para o ataque das embarcações que vem do Paraguai com contrabando... A mercadoria que atravessa é colocada no porta mala de um carro de preferência de luxo para não levantar suspeita. Tempra, Vectra, Maréa são carros alienados que servem para rodar no máximo um ano e meio, até dar busca e apreensão. São pagos nestes carros nestas situações cerca de três mil, quatro mil. A mercadoria depois vai para um hotel nas redondezas e ai outras pessoas entram em ação levando até o destino, São Paulo, Rio de Janeiro.

A movimentação narrada necessita de peças bem entrosadas, pois tal trabalho “envolve certa ética, para que não tenha desavenças que prejudiquem a organização. Um traz o carro para trabalhar, outro faz a segurança com rádio amador, tudo certo”, afirma o interlocutor. Quando questionado sobre as constantes notícias da imprensa que apontam para a existência de uma máfia do descaminho ele concorda acreditando em “uma que envolva até mesmo a polícia como se fosse ironia do destino”. Assim, ele se espanta com a existência de uma suposta máfia composta por policiais, mas não associa sua atividade a uma categoria semelhante.

Tais mutações no *modus operandi* dos *sacoleiros* ocorrem gradativamente acompanhando o crescimento do volume de informações adquiridas pelo trabalhador sobre as suas próprias práticas. Cada experiência vivida pelos indivíduos acrescenta alguma resposta nova a uma situação diferente, com o passar do tempo, com um conjunto de experiências acumuladas, os trabalhadores possuem um complexo sistema que lhes permite explorar cada vez mais os trabalhos realizados. As mudanças ocorridas na organização dos *sacoleiros* são frutos quase que exclusivos da somatória das experiências possibilitadas durante as próprias práticas sociais efetivadas pelos sujeitos históricos.



Foto 04 – Fiscalização da Receita Federal na aduana brasileira na fronteira com Ciudad Del Este (Foto: Tânia Paola Sosa Aguilera).

No entanto, as transformações ocorridas àquelas práticas são acompanhadas de perto por alterações nas estratégias de fiscalização e apreensão das mercadorias oriundas do mercado paraguaio. As ações realizadas pela Receita Federal buscam, cada vez mais, romper com a circulação das mercadorias e com a logística empregada pelos *sacoleiros*. Se no passado recente o alvo eram sujeitos isolados hoje são os ônibus que transportam as encomendas e os grupos organizados que atuam no esquema do descaminho. Desta forma, o Estado, representado pelos órgãos de fiscalização, atua diretamente nos conflitos existentes entre os interesses específicos.

Quando os modos de atuação dos *compristas* tinham uma capacidade mais restrita devido à maneira individualizada em que eram efetivados, o combate ao contrabando e ao descaminho funcionava de maneira mais flexível, onde o processo de fiscalização era feito por amostragem, ou seja, dentro de um conjunto de veículos que diariamente passavam sobre a ponte apenas alguns destes eram parados e averiguados. Por outro lado, quando os *sacoleiros* começaram a se organizar de forma mais “profissional” para abastecer até mesmos shoppings de grandes cidades brasileiras, concorrendo abertamente com redes de lojas tradicionais que vendiam produtos taxados pelo governo federal e, conseqüentemente, prejudicando o setor produtivo nacional, rapidamente a política na fronteira sofreu algumas mudanças estratégicas que trouxeram diversas conseqüências.

Primeiramente, o quadro pode ser observado e acompanhado pela freqüência com que as diferentes mídias vêm divulgando os trabalhos de combate ao descaminho e à pirataria. O ‘Jornal da Tarde’ de 03 de março de 2005, afirmou que:

pelo menos R\$ 1,5 milhão em Cds, DVDs, tênis e camisetas falsificadas e eletroeletrônicos e cigarros contrabandeados do Paraguai, entre outros produtos, foram apreendidos nos últimos 45 dias pela Delegacia de Combate a Pirataria do Departamento de Investigação sobre o Crime Organizado (DEIC). Nessas operações realizadas sem alarde, desde que assumiu a delegacia no dia 1º de dezembro de 2004, o delegado Ismael Rodrigues prendeu 92 pessoas pelos crimes de contrabando, descaminho e violação de direitos autorais²⁷.

Em outra reportagem constata-se que:

a Receita Federal (RF) e a Promotoria de Investigação Criminal (PIC) intensificaram as operações de combate ao contrabando e ao descaminho na fronteira. Uma ação repressiva contra os muambeiros foi realizada durante todo o final de semana e resultou numa apreensão de 12 ônibus que transportavam mais de R\$ 1 milhão em mercadorias contrabandeadas do Paraguai²⁸.

Este tipo de matéria ficou cada vez mais constante em 2004, tornando-se freqüentes as notícias que apresentam as apreensões de mercadorias na região de Foz do Iguaçu. As razões para isso encontram-se no progressivo combate ao contrabando e descaminho que, conseqüentemente, reflete no aumento do volume de apreensões, como bem representa a reportagem de Junho de 2004 que demonstra que:

as ações de repressão ao contrabando e ao descaminho realizadas pela delegacia da Receita Federal resultaram na apreensão de cerca de US\$ 10 milhões em mercadorias trazidas ilegalmente do Paraguai ao Brasil. O valor acumulado nos cinco primeiros meses de 2004 representa 86% a mais do que o registrado no mesmo período do ano passado²⁹.

²⁷ Fonte: <http://www.mj.gov.br/combatepirataria/default.asp?var=news10032005>

²⁸ Fonte: Receita e PIC confiscam R\$ 1 milhão em muamba. In: **Jornal Gazeta do Iguaçu**, 25 de maio de 2004, p. 27.

²⁹ Fonte: Receita Apreende US\$ 10 Mi em Contrabando. In: **Jornal Gazeta do Iguaçu**, 07 de Junho de 2004, p. 09.

No jornal “Gazeta do Iguçu” de 30 de Março de 2003³⁰, a delegacia da Receita Federal, representada pelo seu comandante, justifica os procedimentos tomados pelo órgão no intuito de combater o contrabando e o descaminho. Na concepção do mesmo, as fiscalizações contribuem para que o município desenvolva e fortaleça fontes geradoras de renda mais sólidas que o *comprismo*, como o turismo, por exemplo. Neste sentido, o delegado complementa ao classificar como vergonhoso para a cidade as atividades desenvolvidas pelos *sacoleiros*, pois as mesmas tendem a ganhar mais destaque dos que as outras atrações do município.

No entanto, as estratégias efetivadas com o intuito de coibir, ou ao menos dificultar, tais práticas nem sempre são bem vistas pelos moradores da cidade. Sem considerarmos (ainda) as manifestações e protestos promovidos pelos *sacoleiros* na região da fronteira, podemos observar o comportamento da população local na maneira pejorativa que foi divulgado “a instalação de uma cerca de arame farpado sobre o muro que dá acesso a aduna brasileira da Ponte da Amizade. A obra, numa extensão de cem metros, deixou o acesso com um aspecto prisional, de trincheiras semelhantes às utilizadas por exércitos em guerra”³¹.

Contudo, não é difícil de afirmar que os efeitos das mudanças na fiscalização imposta pela Receita Federal refletem no cotidiano dos moradores do extremo oeste do Estado do Paraná. Em recente pesquisa realizada pelo Departamento de Informações Institucionais de Foz do Iguçu constatou-se que dentro dos 160 mil habitantes que se encontram em idade economicamente ativa no município 108 mil destes estão direta e indiretamente ligados às ocupações geradas pelas compras em Ciudad del Este. Assim, inevitavelmente o fim do ciclo econômico do *comprismo* irá proporcionar um período de recessão com um fim ainda não previsto, já que:

a falta da principal fonte de renda – subsidiada pela *muamba* – vai deixar de movimentar a cadeia econômica, representada desde o pequeno comércio no bairro a grandes cadeias empresariais. Esse dinheiro que é o resultado de uma atividade ilegal, não é ilegal, mas moeda real que circula e movimenta a cidade (Vendrame, 2005, p. 03).

³⁰ “Foz precisa sobreviver sem o contrabando”, diz o delegado. In: **Jornal Gazeta do Iguçu**, p. 03, 30 de Março de 2004.

³¹ Receita Federal faz trincheira para combater contrabando. In: **Jornal Gazeta do Iguçu**, p. 09, 23 de Junho de 2004.

Os motivos que leva parte tão significativa da população a atuar em tais condições podem ser representados pela fala de um dos nossos interlocutores. Pedro garante que a única justificativa para o seu ingresso na atividade que exerce “foi a falta de oportunidade e até mesmo o preconceito por ser portador de deficiência física”. Porém, ele também afirma que somente devido à sua ocupação ainda nutre os sonhos de um dia poder comprar sua própria casa e de terminar os estudos que realiza em uma faculdade particular da região. Entretanto, isso não impede que quase todos os seus familiares o critiquem por considerarem que tal ocupação um crime, que pode até mesmo acarretar em prisão e multa.

Aquela pesquisa, que foi financiada pela prefeitura municipal, tinha como objetivo detectar junto à população local as expectativas e o grau de impacto das operações de fiscalização efetivadas pelo governo federal através dos órgãos competentes. O resultado final obtido correspondeu com o que era esperado pelos pesquisadores e pela opinião pública. Foram entrevistadas 480 pessoas das diferentes regiões do município, de diferentes idades e de ambos os sexos, sendo que destas 65% acreditavam que o maior problema da cidade era o desemprego e 92% afirmavam que Foz do Iguaçu estava passando por uma grave crise econômica.

Os motivos que justificam tais respostas são fáceis de serem observados, pois 56% das pessoas que foram ouvidas afirmaram que trabalham ou já trabalharam diretamente em Ciudad del Este. No entanto, os problemas que a cidade vem enfrentando não atingem apenas aqueles, mas, de modo geral, todos os moradores do município. É dentro desta perspectiva que constatamos e entendemos os números que indicam que 64% dos entrevistados acreditam que a fiscalização da Receita Federal interfere na economia de Foz do Iguaçu, sendo que 83% dos mesmos afirmam que tal política do governo federal irá aumentar as taxas de desemprego, enquanto que apenas 3% responderam respectivamente que haverá um aumento no índice de violência e um agravamento nos problemas do setor turístico da cidade.

Porém, alguns dos dados mais interessantes levantados referem-se aos supostos responsáveis pela atual conjuntura e as formas possíveis de superação do momento que a cidade vivencia. Exatamente 51% dos entrevistados pensam que o principal responsável pela crise é o presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT), 16% atribui a responsabilidade ao governador do Estado Roberto Requião (PMDB) e 20% ao então recém eleito prefeito Paulo Macdonald (PDT). Acreditamos que a política democrática representativa, defendida por muitos como o modelo político ideal, tem certo grau de responsabilidade por tais índices, pois através deste modelo o eleitor tende a escolher aquele indivíduo que considera mais apto a lhe

representar nos assuntos públicos se esquivando conseqüentemente das outras responsabilidades que compõem o cidadão. Logo, quando questionado sobre os problemas enfrentados pelo município, ou pelo país como um todo, atribui a culpa às personificações do capital, não observando desta forma a sua própria responsabilidade ou, muito menos, às relações estruturais que possibilitam a existência de tais problemas.

Ainda dentro desta perspectiva, podemos observar que 52% das pessoas ouvidas não sabem o que o governador do Estado do Paraná pode fazer para ajudar a solucionar o problema, enquanto que 44% não sabem o que o prefeito do município pode fazer. Pior que isso, 32% não fazem a mínima idéia do que é necessário para resolver a atual situação, enquanto que apenas 25% acreditam que o desenvolvimento de um parque industrial na cidade resolveria o problema. Contudo, não estamos querendo afirmar que estes últimos 25% estejam corretos, mas ressaltar que a minoria da população possui uma opinião formada sobre o assunto, mesmo o vivenciando todos os dias.

Esta conjuntura complexa e cheia de particularidades muitas vezes obscuras compõe o contexto onde os mais diferentes trabalhadores estabelecem suas relações sociais. No entanto, ela não age de forma determinista, pois os sujeitos possuem certo grau de liberdade de ação, embora esse seja limitado ou restrito pela maneira em que está organizado o mundo do trabalho. Como diria Marx (1997, p. 21), “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Organização social e individualidade entre os *sacoleiros e laranjas de Foz do Iguaçu/PR*

Levando em consideração os apontamentos realizados até o presente momento, afirma-se que os trabalhadores inseridos na circulação ilegal das mercadorias adquiridas no Paraguai não estão excluídos do processo econômico, muito pelo contrário. Além de auxiliarem na determinação dos preços no mercado interno devido à concorrência que possibilitam com a negociação das mercadorias de diferentes procedências, eles representam, como nenhuma outra categoria de trabalhadores, a flexibilização e a individualização defendidas pelas personificações do atual regime de acumulação de capital.

Não é uma tarefa fácil encontrar *sacoleiros* que permanecem na mesma ocupação por um período de dez anos ou mais de forma contínua, pois a atividade é entendida por todos não como um emprego, mas como um “quebra galho”. A atividade é vista de uma forma funcional e provisória, ou seja, como um meio de solucionar problemas que podem surgir na vida cotidiana de qualquer um. Ela é o caminho que representa o “primeiro emprego” de muitos jovens, como também é uma maneira encontrada por muitas pessoas que se consideram velhas para um reingresso no mercado formal e, em grande medida, também é considerada a solução para as dificuldades temporárias.

Nas entrevistas realizadas os motivos que levam os trabalhadores da fronteira àquela situação são os mais diferentes, estando em grande medida relacionados com as dificuldades existentes para o ingresso no mercado de trabalho. Devido ao discurso ideológico difundido pelos apologistas do capital muitos dos entrevistados se consideram inaptos para o mercado, seja devido à idade, à qualificação ou ao estereótipo. Contudo, há histórias de vida que permitem observar muitos outros aspectos relevantes para a pesquisa, como é o caso da narrativa exposta por Cláudio³².

Nela existem alguns elementos intimamente relacionados com a reestruturação produtiva comentada no capítulo anterior. Antes de começar atuar no Paraguai o mesmo trabalhava como costureiro em uma fábrica em Sombrio/SC que possuía entorno de 700 funcionários. Porém, segundo o interlocutor:

³² A entrevista realizada com Cláudio ocorreu no dia 03/10/2005. Solteiro, natural de Roncador/PR, possui 27 anos, mora com o irmão em casa alugada e está cursando o ensino superior. Trabalha como *sacoleiro* associado a mais quatro outros, organizados em uma espécie de empresa de frete no Paraguai.

a dona da empresa fez umas mudanças e um corte meio geral de funcionários. Ela chorou, fez aquela ladainha, mas bem na verdade ela terceirizou o serviço e deixou de ter aquele monte de costureiros no interior da empresa para contratar pequenas confecções domiciliares no intuito de fazer o serviço que antes nós fazíamos.

A atitude da “dona da empresa” está diretamente associada com a reorganização dos modelos de produção ocorridas nas últimas décadas no Brasil, contribuindo desta forma com a perspectiva de que os *sacoleiros*, *camelôs* e *laranjas* não correspondem apenas aos sujeitos sociais que devido àquela reorganização não conseguiram se inserir no “novo” mercado de trabalho, que supostamente exige mais qualificação e reflexão, mas também às pessoas que efetivamente perderam seus empregos no desenvolvimento da acumulação flexível e ingressaram naquilo que alguns teóricos denominam de desemprego estrutural.

Visando uma compreensão mais ampla e adequada da categoria composta pelos *sacoleiros* e *laranjas*, torna-se interessante buscar alguns elementos comuns entre os trabalhadores da fronteira para o estabelecimento de alguma distinção em relação aos demais sujeitos sociais que desempenham atividades informais. A partir disso é possível realizar aproximações mais objetivas entre as características observadas nas atividades realizadas pelos interlocutores e o processo de precarização do trabalho agravado com o avanço da reestruturação produtiva. Neste sentido, observa-se primeiramente a paulatina individualização do ser social através do agravamento da concorrência e posteriormente a deterioração dos movimentos coletivos e da consciência de classe.

5.1 – Quem são os trabalhadores informais na fronteira?

O conjunto heterogêneo de pessoas que compõem o universo de trabalhadores da região de Foz do Iguaçu/PR, a princípio, pode trazer algumas dúvidas quanto à existência de algum elemento comum que possibilite a apresentação de um perfil mais nítido da categoria. Sem nenhuma dúvida não é possível afirmar com total segurança que a maioria dos sujeitos que atravessam a fronteira todos os dias é composta por homens com idade entre 30 e 45 anos, isso porque não existe nenhum senso realizado nesta população.

Entretanto, há alguns aspectos entre os interlocutores que se destacam e que permitem realizar algumas considerações mais objetivas no intuito de apresentar quem afinal são os

sacoleiros e os *laranjas*. Antes de tudo, salienta-se que a escolha aleatória dos interlocutores para a realização da pesquisa representou de maneira satisfatória as diferenças dos trabalhadores que atuam na região. O número de entrevistas realizadas está relacionado não com um aspecto quantitativo, mas qualitativo das mesmas. Concretamente, devido a algumas características do universo pesquisado torná-se muito difícil definir uma amostragem estatisticamente relevante.

Neste sentido, destacam-se alguns pontos que dificultaram o desenvolvimento do estudo: 1) a imprecisão do número de trabalhadores que atuam como *laranjas* e *sacoleiros*, que dificulta o desenvolvimento das pesquisas por amostragem; 2) a flexibilidade dos horários e a imprevisibilidade das viagens, que dificulta o estabelecimento de contatos prévios e; 3) a dificuldade de aproximação ao universo de estudo gerado principalmente pelo caráter de ilegalidade da ocupação. Neste sentido, o recurso desenvolvido para “driblar” estas barreiras foi o de conversar com as pessoas que iam sendo indicadas pelos próprios interlocutores, como um sistema de rede.

Esta metodologia, que no início transparecia ser problemática devido às relações pré-estabelecidas entre a maioria das pessoas com quem conversávamos, acabou demonstrando-se produtiva durante o desenvolvimento da pesquisa por duas razões fundamentais. Primeiramente, ela permitiu o estabelecimento de relações de confiança de uma maneira muito mais rápida e possibilitou a realização de entrevistas com maior qualidade e mais rica de detalhes, nos inserindo nas diferentes posições da hierarquia do negócio. Além disso, devido à fluidez do universo estudado o número de entrevistas não foi determinado previamente, mas durante as mesmas, através da própria saturação das falas.

Tabela 02 – Interlocutores por Sexo e Faixa Etária.

Sexo	16 à 25 anos	26 à 35 anos	36 à 45 anos	Mais de 45 anos
Masculino	03	03	01	01
Feminino	02	00	00	00

Os “roteiros” foram estruturados de forma semi-aberta e organizados em tópicos temáticos divididos em três partes. A primeira com um objetivo de identificar os interlocutores através de alguns dados pessoais, como escolaridade, moradia e idade. A segunda parte visando resgatar as experiências profissionais e organizativas do trabalhador até o ingresso na ocupação atual, explicitando como foi esse ingresso e as razões motivacionais.

E, finalizando, a última parte abre espaço para as falas sobre a atual situação, buscando elementos referentes às práticas que são adotadas durante o serviço, a forma ou a organização que é estabelecida na realização do trabalho e as relações sociais e políticas que são efetivadas durante o mesmo.

Tabela 03 – Interlocutores por Sexo e Ocupação

Sexo	Vendedores Ambulantes	Vendedores Fixos	Laranjas	Sacoleiros
Masculino	01	01	05	01
Feminino	00	01	01	00

Os primeiros aspectos observados dizem respeito aos motivos que levaram os interlocutores a realizarem tais atividades. A grande maioria afirma atuar nestas ocupações por falta de opções no mercado de trabalho regular no Brasil, sendo que absolutamente nenhum dos trabalhadores afirmou que realizava tal atividade exclusivamente por causa da renda obtida ou devido à flexibilização do horário de trabalho estabelecida. Não que estas características não sejam apontadas durante os diálogos, elas aparecem freqüentemente como alguns dos pontos positivos dos trabalhos realizados.

A fala de Mario³³, por exemplo, demonstra uma dura realidade que é comum entre os trabalhadores que atuam como *laranjas*. Em meados da década de 1990 a empresa em que seu pai atuava como carpinteiro acabou e a família como um todo começou a passar por sérios problemas financeiros. Buscando superar esse momento e levando em consideração a falta de empregos na cidade, todos os integrantes da família, inclusive o próprio Mario que na época tinha apenas 11 anos, começaram a trabalhar como *cigarreiros*³⁴ na fronteira, ou seja, passando grandes quantidades de caixas de cigarro a pedido de um único *patrão*³⁵.

Quando eu era mais novo meu pai trabalhava com madeira, cortando, lixando, ajudando a fazer móveis para casa, coisas do tipo, mas um dia o lugar que ele trabalhava fechou as portas e a situação em casa ficou difícil. Então todo

³³ Entrevista realizada com Mario no dia 05/09/2005. Solteiro, natural de Foz do Iguaçu, possui 19 anos, mora com os pais e as irmãs em residência da própria família e esta cursando o ensino superior. Começou a trabalhar no Paraguai como *cigarreiro* aos 11 anos de idade e hoje atua como *laranja*, passando *cotas* de informática pela Ponte da Amizade.

³⁴ Trabalhador responsável exclusivamente pelo transporte de cigarros sobre a Ponte da Amizade.

³⁵ Categoria utilizada pelos trabalhadores para fazer referência ao sujeito que está imediatamente em um nível superior na hierarquia do trabalho na fronteira.

mundo começou a trabalhar fazendo bicos no Paraguai, do mais velho ao mais novo. Inicialmente, por causa de um vizinho que tínhamos, começamos a trabalhar passando cigarros.

Depois de alguns anos exercendo essa ocupação o grupo familiar converteu-se a uma Igreja Evangélica o que possibilitou, segundo o interlocutor, cortar todos os laços com os cigarros e as bebidas. Assim, não era possível para a família continuar a contribuir com a circulação de um produto que eles condenavam. Então a família recolocou-se dentro do mundo do trabalho na fronteira. Os pais de Mario começaram a trabalhar com a venda de alimentos e suas irmãs conseguiram empregos em lojas no interior do Paraguai, já o nosso entrevistado começou a atuar como *cotista*, recebendo uma cota ou um valor determinado por uma quantidade de produtos de informática que ele tinha que atravessar diariamente pela Ponte da Amizade.

Entretanto, os fatores que motivaram a mudança do serviço que era prestado no Paraguai por toda a família de Mario não se limitam à conversão religiosa da mesma, eles também estavam relacionados ao aumento da concorrência entre os trabalhadores ao longo da década de 1990. O próprio interlocutor fornece alguns elementos que fortalecem essa perspectiva de análise ao afirmar que no começo daquela década, “quando era pouca a quantidade de *laranjas* e *cigarreiros* que trabalhavam na fronteira, as pessoas que se aventuravam naquelas ocupações conseguiam bastante dinheiro”, fato que não estimulava o abandono do serviço. Porém, no final da mesma década, com um aumento significativo do número de trabalhadores buscando inserir-se na circulação das mercadorias contrabandeadas do Paraguai, acentuou-se a concorrência entre os mesmos, limitando desta forma o número de viagens que cada uma das pessoas conseguia realizar no mesmo dia, interferindo conseqüentemente na lucratividade da ocupação.

Porém, há um outro aspecto encontrado na fala de Mario que é bastante revelador. A mudança no tipo de atividade desempenhada pela família devido à conversão religiosa, que permitiu a eles analisarem como imoral transportar cigarros e bebidas pela Ponte da Amizade, demonstra que o trabalho exercido por todos os membros da família, ainda que seja constantemente divulgado como ilegal e imoral pela justiça e pela mídia local, não é observado pelos trabalhadores da mesma forma. A imoralidade encontra-se no tipo de produto comercializado e não na maneira que este é negociado ou transportado, ou seja, ser *sacoleiro*, *laranja* ou *cigarreiro* corresponde a ser um trabalhador como qualquer um outro. Isso permite formular uma questão que foge do alcance deste trabalho de pesquisa, mas que é relevante e

precisa de investigações futuras. Por que as atividades desempenhadas por esses trabalhadores, que durante toda a década de 1990 fizeram parte da paisagem de Foz do Iguaçu, começou a ser radicalmente criminalizada no começo do século XXI?

A busca da resposta de tal problema inevitavelmente passará por um estudo cuidadoso da perda de divisas, dos impostos arrecadados, das taxas alfandegárias que são cobradas, da importância que as mercadorias que passam pela Ponte da Amizade têm no mercado interno, mas passa também por uma análise cautelosa de quem são os verdadeiros beneficiários com o processo de criminalização das práticas desenvolvidas pelos *sacoleiros*. Será que esse processo se deve unicamente devido à diminuição de arrecadação do país ou visa favorecer ou desenvolver uma outra maneira de distribuição e venda das mercadorias no interior do Brasil?

Embora sejam importantes tais indagações a presente pesquisa não permite a formulação de respostas satisfatórias para as mesmas. Neste estudo em específico, o objetivo está localizado na compreensão das práticas de trabalho desenvolvidas por um grupo significativo de pessoas que devido à reorganização do sistema produtivo busca outras maneiras de garantir a sobrevivência, tentando, se possível, aprofundar esse problema em busca da elucidação de como a precarização do trabalho está relacionada com as explicações fornecidas pelos trabalhadores a respeito do contexto que estão inseridos e com a organização dos sujeitos.

O modo que os trabalhadores observam as suas próprias situações e a conjuntura vivenciada depende da ocupação que o sujeito possui dentro da hierarquia do negócio. Mario, que faz parte do grupo de trabalhadores menos privilegiados, por receber menos pelo serviço prestado e por correr mais riscos de ser pego pela fiscalização, observa aquele universo de uma forma natural. Diz já estar acostumado com os perigos e com o caos da Ponte da Amizade, que está satisfeito com as condições de vida obtidas pelo serviço e que pensa em abandonar o mesmo simplesmente devido à diminuição da lucratividade da ocupação ao longo da década de 1990.

A compreensão do processo de adaptação do trabalhador àquele contexto muitas vezes desumano da fronteira, inevitavelmente passa pelo mundo das necessidades, porém este modo de análise não deve restringir outras possíveis perspectivas de trabalho que podem ser relacionadas. A incerteza e a insegurança transmitida pelo atual momento do capitalismo acabam exigindo uma “digestão forçada” das situações vivenciadas cotidianamente no mundo do trabalho. A dificuldade concreta de obter dinheiro dentro do mercado formal e a falta de expectativas possibilita o desenvolvimento de uma postura passiva diante dos acontecimentos

que ocorrem diariamente ao redor do trabalhador. Desta forma, essa “passivação” é movida pelas necessidades criadas no sistema de acumulação de capital, necessidades que pode corresponder literalmente à busca da sobrevivência ou a satisfação de consumir um novo produto lançado pelas indústrias e divulgado pela mídia.

Os trabalhadores em melhores posições dentro da hierarquia do *circuito sacoleiro*³⁶ problematizam e criticam as situações em que vivem de modo mais tranqüilo, mas sem abandonam totalmente a postura passiva diante do mundo que os cercam. Roberto³⁷, por exemplo, nos conta que trabalhava em uma empresa de vendas e assistência de computadores no município de Foz do Iguaçu, mas, que devido às facilidades cada vez mais constantes de aquisição de peças novas em Ciudad del Este tal empresa não conseguiu se estabelecer no mercado. Sem emprego e com um bom conhecimento em informática foi convidado a trabalhar em uma loja especializada no Paraguai, onde já está a quase três anos. No entanto, mesmo com um bom salário, reclama das incertezas que marcam sua situação na loja e deseja o quanto antes conseguir um emprego no Brasil, mesmo tendo consciência da atual situação do mercado de trabalho no país.

Semelhantemente, Deise³⁸ afirma que encontrou no Paraguai o seu primeiro emprego aos 15 anos. Trabalha como vendedora em outra loja de informática e sem nenhum direito trabalhista, cumprindo um regime de trabalho extenuante, que chega a dez horas por dia com dois domingos de descanso por mês. Embora seja bem qualificada, falando inglês, guarani e castelhano e possuindo um bom domínio de informática, não consegue nenhum tipo de emprego no Brasil. Ela afirma insistentemente que procura, mas que não encontra, tendo deixado seu currículo em vários lugares da cidade sem receber nenhuma resposta positiva. Dentro desta perspectiva, diz que “se arrumasse um emprego com salário mínimo e os direitos trabalhistas não pensaria duas vezes em trocar de serviço”.

Ela em momento algum deixa de demonstrar insatisfação com a vida que leva, denunciando a exploração no qual está submetida, confessando que seu emprego não permite a realização do que ela considera suas “vontades mais bobas”, como sair com os amigos nos fins de semana ou comprar um “agrado” para si mesma, e reclamando da exaustão física proporcionada pelo seu serviço, fato que, segundo ela, atrapalha nos estudos e nos seus

³⁶ O termo identifica as relações entre os diferentes sujeitos sociais responsáveis pelo percurso trilhado pelas mercadorias disponibilizadas no mercado paraguaio e que entram no Brasil de forma ilegal.

³⁷ A entrevista com Roberto ocorreu no dia 18/06/2005. Solteiro, natural de Foz do Iguaçu, possui 25 anos, mora com os pais e está concluído o ensino superior. É técnico em informática e trabalha a mais de três anos no setor de compras de uma loja especializada em computadores do Paraguai.

³⁸ A entrevista com Deise ocorreu no dia 27/04/2005. Ela é solteira, natural de Foz do Iguaçu, possui 16 anos, mora com os pais. Está concluindo o ensino médio e trabalha como vendedora em uma loja do Paraguai.

relacionamentos, já que nunca tem disposição nas horas que tem livre. No entanto, ela tende sempre a buscar algo positivo no trabalho para não abandoná-lo. Em sua opinião, é melhor ter a vida que ela leva do que ficar desempregada, pois o salário que ganha, embora considere pouco (150 dólares por mês), é fundamental para sua família, pois mora apenas com a mãe e uma irmã que depende basicamente do dinheiro que obtém trabalhando no Paraguai.

Novamente as incertezas do mercado de trabalho exigem que os trabalhadores aceitem as condições em que estão submetidos, fortalecendo a idéia de que o medo do desemprego é elemento importante na domesticação do trabalhador. No caso de Deise especificamente, observa-se um segundo aspecto do processo de “passivação” que corresponde à ocupação por parte do mundo do trabalho de grande parte do tempo que deveria ser do mundo vivido. A interlocutora se distancia cada vez mais dos laços de sociabilidade estabelecidos fora do emprego e o universo do trabalho invade sua vida cotidiana, fato que impossibilita ou ao menos dificulta o desenvolvimento de atividades que permitam um distanciamento objetivo e subjetivo do mundo do trabalho.

A loja em que ela trabalha possui 30 funcionários, sendo que os salários dos mesmos dependem do tempo de serviço no estabelecimento. A sua clientela é basicamente composta por *sacoleiros* vindos de outros Estados da nação. São pessoas que viajam quilômetros de ônibus, muitas vezes atravessando o país, em busca de mercadorias que possibilitem uma revenda lucrativa. Segundo a interlocutora, “a maioria dos clientes é homem, mas também há algumas mulheres entre eles”. Ela acredita que isso ocorra devido ao tipo de ocupação exercida, que é “muito cansativa e corrida”. Para se ter uma idéia, a loja em que trabalha abre de madrugada apenas para atender os *sacoleiros* que vêm de longe e querem ir embora ainda de manhã. A justificativa para a pressa dos *sacoleiros* é simples, quanto mais rápidas as viagens mais vezes eles podem repetir o percurso durante a semana, carregando um *volume* maior de mercadorias.

Porém, podem existir outras possibilidades explicativas para as inúmeras viagens realizadas, para a velocidade em que o serviço é efetivado e para o pouco tempo de descanso dos trabalhadores. Estas tendem a estar relacionada com a fiscalização da Polícia Federal. Primeiramente, constatamos que os *sacoleiros* ao realizarem várias vezes o percurso entre as suas cidades de origem e Foz do Iguaçu aumentam consideravelmente as chances de serem “parados” pela polícia, mas também aumentam na mesma proporção às chances concretas de aumentarem a lucratividade da ocupação ao conseguirem passar de uma única vez um número maior de mercadorias. No entanto, não é impossível a existência de uma possibilidade oposta

a anterior ao considerarmos que as inúmeras viagens dos *sacoleiros* objetivam transportar de forma mais paulatina os produtos comprados evitando desta forma grandes prejuízos.

Contudo, a observação dos resultados obtidos pela Polícia Federal durante o último ano demonstra que a maioria dos *sacoleiros* atua dentro da primeira perspectiva. O Jornal “Gazeta do Iguaçu” de 17 de novembro de 2004 publicou que

a Receita Federal de Foz do Iguaçu estima que cerca de 40% de todos os produtos contrabandeados que entram no Brasil passam pela Ponte Internacional da Amizade, carregados por *sacoleiros* e muambeiros. A estimativa reflete os números apreendidos desde o início da Operação Cataratas. Foram retidos cerca de R\$ 2,5 Bilhões”. Na edição do dia 22 de novembro de 2004 o mesmo jornal afirma de forma mais específica que “em média cada ônibus transporta cerca de R\$ 100 mil em contrabando.

A revista Isto É de 08 de dezembro de 2004 traz uma breve análise do transporte rodoviário do contrabando. Ela afirma que “mil ônibus de turismo fazem em média 22 mil viagens por ano”, sendo que “durante o mês de maio, a Receita Federal em Foz fez uma pesquisa de monitoramento com 1.100 ônibus com destino a Foz, Ciudad del Este e Puerto Iguazú. Desse número, apenas 80 (7%) foram considerados de turismo e 1.020 (93%) de *sacoleiros*”. Além disso, a mesma reportagem traz um quadro revelador referente à distribuição destes 1.100 ônibus organizados por Estado de origem.

Tabela 04 – Distribuição dos Ônibus por Estado de Origem

Estado	Número de ônibus	Porcentagem
São Paulo	324	29,44%
Rio Grande do Sul	178	16,18%
Minas Gerais	168	15,26%
Santa Catarina	115	10,43%
Goiás	71	6,45%
Paraná	70	6,36%
Distrito Federal	44	4,5%
Rio de Janeiro	39	4%

A reportagem publicada pela revista “Isto É” não explicita qual é a proporcionalidade da amostra de ônibus monitorados pela Receita Federal em relação à totalidade dos veículos

que vão à Tríplice Fronteira, então não é possível determinar com precisão quantos ônibus e quantas pessoas vivem do comércio com o Paraguai. Desta forma, os dados quantitativos utilizados no estudo devem ser considerados apenas como estimativas. As informações referentes aos valores e a distribuição dos veículos por Estado de origem oferecem uma idéia básica dos valores financeiros que tal atividade movimenta e de como tal ocupação está presente de forma descentralizada em todo o país.

Porém, é preciso relativizar a importância que a utilização dos ônibus tem na circulação das mercadorias contrabandeadas pelo Brasil. Destaca-se, por exemplo, que dois dos interlocutores deste estudo trabalhavam com contrabando por via fluvial, sendo que uma delas, mais especificamente Paulo³⁹, indicou várias outras maneiras de transporte utilizadas pelos sujeitos que atuam neste tipo de negócio. Sem embargos, Roberto afirma existir “grupos de *sacoleiros* que utilizam transporte aéreo”, outros que “utilizam notas fiscais frias” e, por fim, “até mesmo serviços postais”. No entanto, a obtenção de informações sobre esses “esquemas” não é fácil. Cláudio, por exemplo, que trabalha em um escritório que serve unicamente para fazer a entrega das *muambas*, simplesmente sorri quando interrogado sobre qual o tipo de transporte utilizado por sua empresa, não respondendo a pergunta colocada.

No entanto, podem-se obter alguns avanços relacionando diferentes fontes. O jornal “Gazeta do Povo” de 16 de Setembro de 2005, por exemplo, publicou uma entrevista com o supervisor de operações da Receita Federal Gilberto Buss que confirma algumas das informações disponibilizadas por aqueles trabalhadores. Nela, o funcionário público afirmou que:

os contrabandistas estão adotando as mais diversas estratégias para tentar burlar a fiscalização. A mais recente é utilizar caminhões de empresas transportadoras de encomendas para colocar os produtos. Segundo ele, já foram encontradas mercadorias com notas frias em caminhões pertencentes a esse tipo de empresas.⁴⁰

Após essas observações apresentadas, é possível imaginar que o conjunto de pessoas ocupadas em serviços relacionados à compra e venda de mercadorias disponibilizadas no Paraguai não possui muitos elementos em comum, ao menos aparentemente. Elas não

³⁹ A entrevista com Paulo foi realizada no dia 01/03/2005. Solteiro, natural de Foz do Iguaçu, possui 24 anos, mora com os pais e irmãos em um bairro de classe média da cidade. Tem o ensino médio completo e trabalhava como ‘barqueiro’, transportando as mercadorias contrabandeadas pelo Rio Paraná.

⁴⁰ Gazeta do Povo, ano 87, n.º 27.715. Curitiba, 16 de Setembro de 2005, p.06.

compartilham de trajetórias de vidas semelhantes, não possuem os mesmos crédulos religiosos ou políticos e não são originárias em grande parte da mesma região do país. Desta forma, como é possível estabelecer alguma união entre os mesmos? Por que apenas algumas pessoas buscam satisfazer suas necessidades através deste tipo de ocupação? Enfim, o que existe em comum entre esses trabalhadores?

Antes de qualquer coisa, constata-se que embora o fortalecimento dessas ocupações comentadas até o presente momento esteja relacionado com a reorganização do capitalismo nas últimas décadas nem todas as pessoas que ficaram desempregadas durante o processo de reestruturação produtiva desenvolveram essa atividade. Por que, entre todas as atividades informais possíveis de serem realizadas, uma parcela dos trabalhadores se ocupa nas ocupações originadas na fronteira? Pensamos que a solução do primeiro problema proposto esteja relacionada com esta segunda questão, assim é preciso uma compreensão mínima da mesma.

Afirmar que a falta de perspectiva e de emprego no mercado formal são fatores incentivadores para o desenvolvimento de ocupações precárias é correto, mas não responde completamente a questão. Para os desempregados da região oeste do Estado do Paraná as facilidades do negócio e a lucratividade da atividade em relação a outras ocupações possíveis são determinantes. Esses fatores são fortalecidos pela maneira que os trabalhadores de forma geral analisam a atividade dos *sacoleiros* e *laranjas*. Neste sentido, ressalta-se primeiramente a fala de Mario, onde ele afirma ter mudado o tipo de mercadoria com a qual trabalhava por não concordar em transportar cigarros. Não sendo suficiente, em quatro outras falas foi visualizada uma falta de curiosidade proposital sobre a mercadoria que eles atravessam diariamente pela Ponte da Amizade e pelo Rio Paraná.



Foto 05 – Trabalhadores atravessando a Ponte da Amizade (Foto: Tânia Paola Sosa Aguilera).

De maneira geral, os *laranjas* buscam as mercadorias em determinadas lojas ou lugares previamente estabelecidos e transportam-nas para o Brasil, entregando-as para o sujeito que encomendou o serviço. O conteúdo dos pacotes que carregam muitas vezes é desconhecido e eles não se importam com isso, muito pelo contrário. Preferem não saber o tipo de produto que estão carregando “para não criar nenhum tipo de vínculo com as pessoas envolvidas na negociação”, ficando desta forma com a “consciência limpa”, como afirma Luis⁴¹. Por tanto, o problema não se encontra necessariamente no trabalho realizado, mas no tipo de mercadoria transportada, evitando desta forma um conflito interno entre a histórica moral do trabalho e o sentimento de estar realizando uma atividade ilícita.

Quando os interlocutores são questionados sobre a suposta imoralidade do trabalho realizado por eles as respostas encontram-se basicamente divididas entre duas perspectivas. A primeira delas discorda completamente da opinião apresentada, afirmando que o trabalho é moral e justo, pois na opinião dos interlocutores “eles não estão roubando ninguém” e estão querendo apenas “sustentar suas famílias”. Na segunda perspectiva os sujeitos reconhecem que o trabalho que estão fazendo não é correto, mas afirmam ser injusto os políticos condenarem as práticas de trabalho desenvolvidas por eles já que, na opinião dos *sacoleiros* e dos *laranjas*, os políticos e as pessoas que trabalham na fiscalização correspondem a “uma

⁴¹ A entrevista com Luis foi realizada no dia 06/09/2005. Solteiro, natural de Foz do Iguaçu, possui 18 anos, mora com os pais em uma favela ao lado do Rio Paraná e está concluindo o ensino médio. Trabalha como *laranja*.

cambada de corrupto”. Cláudio, dentro desta perspectiva, afirma não ter vergonha da sua ocupação, ainda mais se for levar em consideração a situação atual do Brasil.

No entanto, há também uma terceira perspectiva, que possui aspectos das duas anteriormente apresentadas, que está exposta em uma carta enviada pela Associação dos Vendedores Ambulantes Autônomos de Foz do Iguaçu ao então candidato a presidência Luis Inácio Lula da Silva em 06 de agosto de 2002.

É muito fácil meter o pau em toda esta desordem e chamar o povo de bandido como os membros da Receita Federal se dirigem aos *sacoleiros* dizendo que nós fazemos parte do crime organizado, não vejo nada de errado o pobre *sacoleiro* tentar sobreviver, pois se o cidadão com 35 anos ficar desempregado não terá ninguém por ele. E geralmente o coitado passa a se virar por conta própria, pois se o governo não lhe dá nenhuma atenção e nem ao menos cria dispositivo nenhum para sua sobrevivência, a pessoa é obrigada quer queira quer não a trabalhar com o descaminho que na verdade não passa de desvio de mercadoria, sem o pagamento de imposto.

A citação permite observar facilmente que a AVAAFI possui uma consciência clara da ilegalidade da atividade dos *sacoleiros*, mas, por um outro lado, considera moral o desempenho da mesma dentro do contexto político e econômico que estamos vivenciando. Desta forma, considera-se que os trabalhadores ocupados no transporte de mercadorias adquiridas no Paraguai observam sua atividade como algo moral e aceitável dentro da atual conjuntura. Logo, o modo que o conjunto de pessoas desempregadas ocupadas como *sacoleiros* e *laranjas* enxerga suas atividades permite uma aproximação entre elas e uma diferenciação inicial do restante dos desempregados que não buscam a mesma ocupação. Entretanto, há alguns outros aspectos que se somam a esse anterior.

Primeiramente, ressalta-se a opinião dos trabalhadores referente aos possíveis perigos da ocupação. Concretamente, as dificuldades que os *sacoleiros* e os *laranjas* encontram nos desempenhos de suas atividades não são necessariamente consideradas perigosas. Neste sentido, recordamos a fala de Paulo que considera os perigos interessantes por deixarem mais emocionante à atividade que realiza e a de Mario que ressalta a relação prazerosa que possui com todo o tumulto da Ponte da Amizade, pois a multidão e o barulho fazem parte do seu

cotidiano. Semelhantemente, Adriana⁴² e Luis declaram “adorar a bagunça da Ponte da Amizade” porque lá eles podem conhecer um monte de gente ao mesmo tempo em que, se quiserem, podem ser totalmente anônimos tendo a liberdade de fazerem o que tiverem vontade, essa postura diante da ocupação e diante do contexto da ponte é fortalecida pela alegria em que ambos falam de suas experiências pessoais. Luis afirma:

A experiência que a gente adquire trabalhando nesse negocio não tem preço, a gente conhece um monte de pessoas e aprende as malandragens deles. No dia a dia acontece cada coisa bizarra que ajuda a esquecer as dificuldades do trabalho, mas só quem tem cabeça boa e jogo de cintura consegue lidar com as paradas que rola lá. Você precisa saber bem quando pode confiar numa pessoa, quando é melhor ninguém ficar sabendo quem você é ou quem é o seu *patrão*. Se você aprende isso você está seguro e pode aproveitar as coisas que tem lá, aproveitar das situações e das pessoas que cruzam pelo seu caminho todos os dias para tirar coisas boas do serviço, para poder dar risada enquanto atravessa a ponte.

A ponte é um espaço de liberdade e o medo fica restrito a angústia de perder a mercadoria transportada. Essa liberdade é representada pelo controle por parte do próprio do trabalhador da renda que pode ser obtida, pelo número de viagens que a pessoa pode fazer em um único dia, pelo horário que ela mesma pode estipular e pelo tipo de relações sociais que ela pode estabelecer. Todos os interlocutores admitem conhecer muitas pessoas durante o período em que trabalham, mas, na mesma proporção, afirmam não possuir relações estáveis com ninguém. As relações face a face são rápidas e de interesses, não fortalecendo nenhum tipo de amizade duradoura. As relações são limitadas ao mundo do trabalho não se estendendo para o vivido, com raras exceções. Nesta perspectiva, a entrevista Adriana relata que

É legal ir ao Paraguai a pé. Como eu passo todos os dias da semana por lá acabo conhecendo muita gente. Tem dias que minhas primas resolvem ir comigo e elas ficam assustadas porque todo mundo me cumprimenta, chega a ser engraçado. Mas eu nem conheço todas aquelas pessoas, nem sei o nome delas, acho que elas agem assim por hábito, sei lá, por me verem todos os dias fazendo o mesmo caminho. Mais isso algumas vezes ajuda, tem dia que tenho

⁴² A entrevista realizada com Adriana foi realizada no dia 06/09/2005. Casada, natural de Foz do Iguaçu, possui 17 anos, mora em uma favela ao lado do Rio Paraná. Está concluindo o ensino médio. Trabalha como laranja.

mercadorias muito além da cota permitida eu consigo rapidinho achar alguma pessoa para passar comigo pela aduana para dividir a encomenda... Lógico que eles não fazem isso por favor, sempre tem que pagar uns cinco reais ou coisa do tipo... Depende do valor dos produtos que ele vai carregar.

Quando alguns dos interlocutores assumem ter amigos que desempenham a mesma função ou semelhante, a relação entre eles quase sempre foi estabelecida em um momento anterior ao início da atividade, seja por morarem nas mesmas localidades, viajarem com os mesmos ônibus ou estudarem no mesmo colégio. Isso ocorre principalmente em Foz do Iguaçu, já que uma grande parcela da população atua direta ou indiretamente no comércio paraguaio, fato que deixa os contatos entre os trabalhadores praticamente inevitáveis. Por outro lado, o único temor observado nas entrevistas coletadas está relacionado às apreensões que estão se tornando cada vez mais freqüente. Não há receio de ser fichado pela polícia e nem pelas constantes viagens. Quando questionados sobre os perigos das estradas, por exemplo, é comum ouvirmos frias afirmações como a frase “qualquer profissão tem seus riscos”.

Entretanto, além de uma concepção adequada do trabalho e de uma ausência de medo das possíveis conseqüências da atividade uma terceira característica entre os *sacoleiros* e *laranjas* que relevante é uma necessária resistência às transformações do mercado que estão inseridos, fato que envolve a capacidade e a coragem de se acostumar e até mesmo reagir às dificuldades enfrentadas diariamente. Esta terceira especificidade dos sujeitos estudados será mais bem explorada nos tópicos posteriores. Desta forma, se analisará a relação entre o meio e o indivíduo, permitida ou possibilitada pela necessidade de superação e pela concorrência. Posteriormente, se observará as conseqüências dessa relação no estabelecimento de organizações coletivas.

5.2 – A precarização do eu e o fortalecimento da individualidade e da concorrência.

As opiniões dos interlocutores sobre as possíveis maneiras de solucionar os problemas que envolvem a Tríplice Fronteira dividem-se entre uma maioria que acredita em uma possível solução para o desemprego e uma minoria que não comunga da mesma crença. Deise, embora não corra perigo de perder o emprego de vendedora, pois é filha de pai paraguaio, teme pelo futuro das pessoas que trabalham com ela. Na opinião da mesma, “o combate ao contrabando está dificultando a vida de muitas pessoas que buscam a

sobrevivência na fronteira, principalmente daquelas mais simples, que não possuem um *patrão forte*”. Ela cita como exemplo os *cigarreiros* que ganham no máximo cinco reais por mala atravessada, dinheiro que deve ser dividido com aquele que espera a mercadoria em baixo da ponte. Segundo Deise, esses são os trabalhadores mais carentes e mais do que os outros correm o risco de cair na criminalidade. Para ela, “é necessário combater o contrabando, mas, desenvolvendo simultaneamente empregos legais no Brasil”.

Mario possui opinião semelhante, acreditando que “a solução para o problema encontra-se na geração de um maior número de empregos para a população” e na criação de uma rede de assistência básica para o desempregado. Por outro lado, Roberto é um pouco mais pessimista, duvidando do desenvolvimento de um número de empregos que venha a atender toda a população de *sacoleiros* e de *laranjas*. Não suficiente, ele também não acredita que o combate às práticas desses trabalhadores irá acabar com o descaminho, pois, na opinião dele, sempre surgirão novos meios para negociar as mercadorias.

Não adiante a polícia ficar parando todo mundo na ponte, pois apenas uma parcela da mercadoria contrabandeada passa por ali. Acho que eles precisam fiscalizar melhor o rio e as transportadoras, mas acredito que mesmo assim o problema ainda vai existir. Os *sacoleiros* sempre arrumam uma nova maneira de burlar a fiscalização e continuar fazendo o seu serviço deles.

Com opinião semelhante, Cláudio afirma que:

o contrabando não vai acabar devido aos preços das mercadorias, que tem muita diferença. Porém, a fiscalização ajudou a diminuir a circulação, pois muitos tiveram prejuízo e perderam o capital que tinham, mas o ser humano sempre se adapta a situação, arrumando alternativas para entregar suas *muambas*.

Nas declarações descritas acima ocorre uma relação entre as iniciativas coletivas ou sociais com aquelas onde predominam as capacidades individuais, ainda mais quando estendemos a observação para o restante das entrevistas realizadas. Enquanto a solução para os problemas do desemprego e do descaminho está localizada em um âmbito mais social e coletivo, envolvendo políticas públicas e uma presença mais direta do Estado na economia, a sobrevivência e a adaptação ao meio de trabalho são de responsabilidades exclusivas dos indivíduos. Logo, a defesa do social entra em conflito com as práticas individualizadas

presentes na luta diária por um espaço cada vez maior, ou melhor, no mercado, espaço que corresponde a um posicionamento mais “privilegiado” dentro das relações comerciais estabelecidas, permitindo desta forma uma melhor rentabilidade.

Embora exista uma organização hierárquica do trabalho na fronteira ela não é observada com facilidade, no cotidiano predomina um conjunto de relações caóticas que em um primeiro momento não transparecem nenhum tipo de sistema organizado. São inúmeras pessoas que passam literalmente uma sobre as outras em uma velocidade descomunal, fato que obscurece muitas vezes uma compreensão mais profunda do fenômeno. Até mesmo alguns interlocutores possuem dificuldade em explicitar a hierarquia existente entre as ocupações. Cláudio, por exemplo, declara que:

como um trabalho normal existe algum tipo de hierarquia no serviço, as pessoas mais velhas ganham um pouco melhor e as vezes uma pessoa fica encarregada por um trabalho e outra por outro. No fim, um pode achar que o que ele faz é mais importante, mas não é que um queira ser mais do que outro.

Todavia, uma análise cuidadosa no conjunto das entrevistas realizadas permite uma compreensão mais nítida daquele sistema e de como os indivíduos buscam melhorar suas condições no universo de trabalho.

Um dos elementos presente nas entrevistas diz respeito à difícil tarefa dos *laranjas* em conseguir um *patrão*. Este sujeito corresponde ao topo da hierarquia no transporte de mercadorias, é ele que possui o dinheiro a ser usado nas compras e é ele que “contrata” os *sacoleiros* para transportar os produtos adquiridos. O *patrão* pode ser tanto o próprio dono de uma loja que revende os produtos em qualquer lugar no Brasil quanto um grande atravessador que abastece de mercadorias um conjunto de recintos comerciais previamente determinados. No entanto, são poucos os *patrões* que fazem as compras pessoalmente, o habitual é ele contratar um grupo de *sacoleiros* para adquirir os produtos e transporta-los pelo país, sendo que o número de contratados depende do valor dos negócios realizados pelo investidor. O escritório onde Cláudio trabalha é especializado neste tipo de serviço. Ele e mais quatro sócios são contratados pelos *patrões* para entregarem as mercadorias adquiridas em diversos lugares do país, onde os *freteiros*⁴³, como ele mesmo os rotula, ganham uma porcentagem que varia de 20 a 30% do valor do produto transportado.

⁴³ Trabalhador responsável pelo transporte de mercadorias do Paraguai para o Brasil através de “empresas” de exportação.

Segundo Cláudio,

O sacoleiro de “responso” é aquele que possui um bom patrão, que trabalha para uma pessoa qualquer administrando grandes quantidades de dinheiro e de mercadorias da mesma. Já o sacoleiro não atua sozinho, ele precisa contratar outras pessoas para ajudá-lo a passar a mercadoria pela Ponte da Amizade e pelos postos de fiscalização da Polícia e da Receita Federal. Ai entra em cena os laranjas, que são os trabalhadores que menos ganham e que concretamente correm mais riscos de serem pegos pela fiscalização. Mas nem todos os laranjas possuem um sacoleiro como patrão, muitos deles são autônomos e conseguem realizar serviços esporadicamente dependendo muito da quantidade de pedidos.

Aqueles trabalhadores que possuem seus *patrões* definidos e são fiéis a eles conseguem realizar mais viagens devido aos pedidos constantes realizados pelos “superiores”, isso vale tanto para os *sacoleiros* quanto para os próprios *laranjas*. Além disso, a rentabilidade dos contratados depende também do tipo de mercadoria transportada. Os *laranjas* que não possuem vínculo com um *patrão* transportam de modo indiferente qualquer mercadoria, já aqueles que têm relações hierárquicas definidas sabem claramente qual é os tipos de mercadorias que estão carregando consigo, privilegiando os periféricos de informática. Estes correspondem aos poucos produtos que possuem uma cota fixa em dinheiro para o transporte, por isso os *laranjas* que trabalham apenas nesse ramo são conhecidos como cotistas.

Assim, não é muito difícil compreender a concorrência entre os diferentes trabalhadores, pois todos ambicionam um lugar melhor na hierarquia do negócio, buscando transportar as melhores mercadorias para os melhores *patrões*. Mario, por exemplo, fala com frequência que “é comum um *laranja* tentar passar a perna no outro”. Neste sentido, ele exemplifica que as meninas que trabalham como *laranjas* possuem mais facilidade de obterem bons *patrões* “ainda mais se forem bonitinhas”. Ele chega até mesmo a afirmar que “é até comum algumas mulheres fazerem determinados favores sexuais para conseguirem contatos mais vantajosos”.

Por outro lado, Adriana destaca que muitas vezes com o objetivo de conquistar a confiança de um *sacoleiro* ou de um *patrão* o *laranja* desenvolve o costume de vigiar, espionar e denunciar as práticas realizadas por outros sujeitos que podem atrapalhar ou

comprometer o serviço, nem que essa outra pessoa seja um outro *laranja* subordinado ao mesmo *patrão*. Isso vem de encontro à ideologia desenvolvida durante a reestruturação produtiva onde todos ao mesmo tempo em que são concorrentes possuem a obrigação “moral” de controlar uns aos outros para que o serviço não seja prejudicado, abrindo espaço para o fortalecimento do egoísmo e conseqüentemente do indivíduo delator.

Cláudio explicita que entre as pessoas que trabalham com ele não existe concorrência, pois “todos são amigos de longas datas”, mas, por um outro lado, há uma difícil concorrência entre as empresas que fazem o mesmo serviço que a dele. Neste sentido, ele explica que “os valores do frete estão relacionados com as facilidades ou dificuldades impostas pela fiscalização da Receita Federal, quanto mais difícil é o transporte, mais caro é o frete”. Entretanto, existem algumas empresas, que mesmo com as atuais dificuldades na circulação das mercadorias “queimam os valores cobrados”, ou seja, diminuem muito o valor do serviço para conseguirem um maior número de clientes, exigindo que as outras empresas também abaixem os preços dos serviços para conseguirem manter a clientela.

Já no interior das lojas aparentemente existe uma complacência entre os trabalhadores. Roberto, de modo um tanto quanto constrangido, afirma que de tanto as pessoas tirarem vantagens umas sobre as outras naquele contexto do Paraguai todas as pessoas acabam sendo “contaminadas” por um conjunto de relações que ele considera promíscuas. Ele afirma ser comum os funcionários que trabalham nas lojas tirarem algum dinheiro extra no câmbio das moedas ou até mesmo nos próprios preços dos produtos, sendo que estas práticas muitas vezes são toleradas já que cotidianamente os empregados observam os próprios donos dos estabelecimentos comerciais “tirando vantagens de fornecedores e revendedores”. Neste sentido, ele coloca ainda que algumas vezes “aparece no caixa algum dinheiro a mais e os funcionários imediatamente colocam-no no bolso de suas próprias calças sem ao menos perguntam se alguém tinha perdido cinco dólares!”.

Pelas entrevistas realizadas é possível observar que existe uma espécie de radicalização da individualidade ou da defesa dos interesses pessoais que implicam em uma degeneração das relações sociais tradicionais e no estabelecimento de outras. Na fala de Adriana constata-se isso na falta de comprometimento do *laranja* com o conjunto de pessoas que se encontra na mesma situação que ela unicamente por interesses individuais, fortalecendo relações mais superficiais e concorrências. Do mesmo modo, encontram-se nas falas de Roberto e Mario aspectos que representam um aprofundamento do egocentrismo que

podem ser considerados como exteriorizações extremas dos valores alimentados pelo sistema capitalista.

Levando em consideração que “para Marx, a moral é a relação existente entre o indivíduo, sua circunstancia e suas possibilidades concretas” (HELLER, 2004, p.119) não há motivos para afirmar que aqueles comportamentos são imorais, pois eles são condutas normais dentro do contexto onde eles são efetivados. Neste sentido:

as exigências e normas da ética forma a intimação que a integração específica determinada (e a tradição do desenvolvimento humano) dirige ao indivíduo, a fim de que esse submetta sua particularidade ao genérico e converta essa intimação em motivação interior. A ética como motivação (o que chamamos de moral) é algo individual, mas não uma motivação particular: é individual no sentido de atitude livremente adotada (com liberdade relativa) por nós diante da vida, a sociedade e dos homens (HELLER, 2004, p.32).

Roberto narra algumas situações vivenciadas por *sacoleiros* que representam ao mesmo tempo a individualização apontada anteriormente como também uma reorganização de valores da vida cotidiana. Nos relatos que ele fornece a morte nas rodovias e o sexo fácil são espetáculos que garantem a “animação” das viagens realizadas. Histórias de acidentes automobilísticos são contadas com todos os detalhes e com toda a “empolgação”.

São incríveis as conversas que rolam quando estamos almoçando no Paraguai. Os *sacoleiros* contam histórias que parecem coisas de televisão devido à empolgação deles. Muitas vezes falam sobre os acidentes que ocorrem nas viagens e sobre a atitude deles referente aos mesmos. Normalmente todos saem dos ônibus para ficarem olhando os corpos jogados no asfalto e o sangue que mancha o seu piso sólido refletindo tanto as luzes dos faróis dos carros quanto o fogo queima os veículos acidentados.

Assuntos que envolvem a sexualidade também são comuns nas conversas entre os *sacoleiros* e *laranjas*, não sendo difícil à obtenção de falas referentes aqueles conteúdos. Luis, por exemplo, relata com muita naturalidade as suas próprias experiências sexuais durante suas viagens, experiências que ocorrem dentro dos ônibus que utiliza para transportar as mercadorias para outros municípios. Roberto também descreve situações semelhantes que

chegam ao seu conhecimento nos horários que possui para fazer suas refeições, momentos que habitualmente são divididos com *sacoleiros* e *laranjas*. Na opinião deste último interlocutor:

os *sacoleiros* não tem nada na cabeça, você nunca consegue ter uma conversa produtiva com eles, pois só falam besteiras. As únicas conversas sérias possíveis são referentes à fiscalização da receita e os horários para organizar os comboios, o restante do tempo o papo são as festas e quem ficou com quem na última viagem.

Neste contexto, as tentativas de estabelecer algum tipo de organização entre os trabalhadores ocupados com as atividades oriundas do comércio paraguaio acabam sendo limitadas. A concorrência que existe entre cada trabalhador e entre até mesmo os próprios patrões dificultam o desenvolvimento de associações de categoria, pois muitos deles não se reconhecem como tal. As mobilizações e manifestações promovidas pelos mesmos possuem um caráter essencialmente efêmero ao ficarem limitadas aos problemas imediatos. No entanto, as coisas não são muito simples, pois os trabalhadores da fronteira possuem um coletivo que teve muitos membros no começo da década de 1990 e que hoje é desconhecido pela maioria dos trabalhadores. Desta forma, a compreensão das transformações da AVAAFI e da perda de representatividade da mesma pode contribuir na resolução do problema apresentado.

5.3 – Organização coletiva e espontaneísmo.

No final da década de 1980 o município de Foz do Iguaçu/PR passava por um momento particular. A recessão econômica nacional era agravada no contexto local pelas especificidades promovidas pela aproximação do término da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, que já não mais estava contratando trabalhadores e, ao contrário, estava iniciando um processo radical de diminuição da força de trabalho utilizada até então. Esta situação promoveu o aumento do desemprego e das atividades informais efetivadas na região, contribuindo com o desenvolvimento da organização dos camelôs e ambulantes da cidade.

Partindo da iniciativa de um grupo de trabalhadores informais que estavam insatisfeitos com as condições de trabalho existentes na época, fundou-se, no dia 24 de junho de 1987, a Associação dos Vendedores Ambulantes Autônomos de Foz do Iguaçu. A princípio, o objetivo era construir uma organização composta por camelôs e ambulantes

interessados na luta por uma melhor distribuição geográfica dos vendedores informais, envolvendo de forma conjunta os esforços na legalização da atividade. A Feira do Iguaçu, que é um local composto por várias barracas que vendem permanentemente produtos artesanais, pode ser considerado um dos primeiros resultados dos enfrentamentos políticos ocorridos a partir da criação da associação.

Entretanto, as mudanças econômicas ocorridas no país durante a década de 1990 trouxeram dificuldades concretas para toda classe trabalhadora e, conseqüentemente, para as suas experiências coletivas. No caso específico da AVAAFI observasse uma releitura de suas ações e a ampliação do seu campo de influência. De forma geral, os associados começaram a observar que as atividades que realizavam estavam relacionadas com as práticas dos *sacoleiros* e *laranjas*. Com isso, era necessário que as lutas da organização beneficiassem todas as pessoas que estavam envolvidas com a circulação de mercadorias compradas nos países vizinhos. A principal conseqüência desta mudança de postura foi o aumento no número de associados, que saltou de um pouco mais de vinte filiados no final da década de 1980 para quase 1500 membros em meados da década posterior.

Acompanhando este processo, também ocorreram modificações nas intenções e no próprio discurso da executiva da associação. Os problemas locais, que eram o alvo principal no início do funcionamento daquela, começaram a ser analisados de forma articulada com a situação nacional e até mesmo global. Porém, as conclusões efetivadas sempre buscavam a coexistência das ocupações tidas pelos membros da associação com o modelo econômico vigente, promovendo algumas contradições. O estudo dos documentos produzidos pela AVAAFI revela que dentro do posicionamento político da associação as causas para o desemprego e para a pobreza estão essencialmente relacionadas com o neoliberalismo e com a globalização. Porém, esses fenômenos não são vinculados com o atual estágio do capitalismo, poupando desta forma o sistema sociometabólico do capital de suas responsabilidades.

Em correspondência enviada para o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 05 de novembro de 2002, observam-se diversos pontos que confirmam essa perspectiva. O principal objetivo era felicitar a vitória do candidato do PT nas eleições presidenciais ocorridas no mesmo ano e criar um debate referente a alguns aspectos defendidos pela AVAAFI. Entre estes estavam diversas críticas ao neoliberalismo, que é personificado nos processos de privatização das estatais de telefonia, luz e água, como também na terceirização das linhas férreas e das rodovias do Estado do Paraná. Para a executiva da Associação dos Vendedores Ambulantes Autônomos de Foz do Iguaçu, o

neoliberalismo, somado a globalização, corresponde ao principal responsável pela diminuição do poder aquisitivo da população. Porém, na carta os questionamentos conjunturais mais amplos dividem espaço com análises de problemas mais regionais, como é o caso do debate referente à abertura ou não da Estrada do Colono, que liga a região oeste e sudoeste do Paraná e que se encontra fechada por exigência do IBAMA e da UNESCO por estar localizada em uma região de preservação ambiental, o Parque Nacional do Iguaçu.

O mesmo caso pode ser observado nas explicações construídas para o desemprego na fronteira, que estão focadas na rápida expansão demográfica possibilitada pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu associada à globalização, que é entendida como a mundialização da economia e do intercâmbio comercial alicerçado pelo rápido avanço tecnológico que substitui empregos por máquinas. Em uma correspondência anterior, endereçada ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 06 de Agosto de 2002, a AVAAFI, representada pelo seu primeiro secretário, afirmou que:

o que vem acontecendo é que através do neoliberalismo o governo não impôs regras e nem ao menos indexou a economia ao poder central dos produtos básicos, com isto nossos governantes viraram as costas para o povo trabalhador, e não deu nenhuma oportunidade de trabalho para este povo que hoje ai esta.

Contudo, as propostas da associação não rompem com o modelo econômico que eles próprios criticam. Uma rápida análise dos projetos elaborados pela mesma demonstra isso. Segundo a executiva da AVAAFI, o Cartão do Micro Importador:

é uma luta que se iniciou em 1996, pois em setembro deste mesmo ano, fomos a Brasília protestar em frente ao Ministério da Fazenda no sentido de conquistarmos o apoio do Governo Federal para que pudéssemos pagar impostos sobre os produtos importados levando faixas e cartazes que diziam ‘queremos pagar imposto e o governo não quer deixar’ e ‘*sacoleiro* não é bandido *sacoleiro* é trabalhador’. Seguimos rumo a Brasília, local onde morei por vinte e dois anos, e fomos recebidos por Pedro Malan e seus assessores e apresentamos a proposta da criação do Cartão do Micro Importador, proposta esta que ainda acho interessante, pois eliminaria a evasão fiscal e arrecadaria tributos a nossa nação brasileira, dando a cada *sacoleiro* o direito de compara até US\$ 1500,00 por quinzena, e tabelando o custo unitário de cada produto a

um custo máximo de US\$ 40,00 servindo apenas ao micro e pequeno trabalhador da economia informal, garantindo com isso a proteção aos produtos de maior valor por um lado e por um outro nos dando uma taxaço diferenciada dos grandes importadores. Tudo que fosse adquirido com valor igual ou inferior a US\$ 40,00 sofreria tributação no ato da compra de 10%, ou seja, a nota já viria com o imposto acrescido de 10%, ou melhor, o que quero dizer é que ao passar o cartão do cidadão em local apropriado, o fiscal da receita teria no visor do computador todos os dados do comprista, o fiscal emitiria uma segunda nota acrescida do valor de 10% que seria o imposto diferenciado cobrado dos *sacoleiros*. Deste valor cobrado, 2% iria para a previdência deste trabalhador, pois assim ele teria garantido sua aposentadoria no fina de sua vida.⁴⁴

Um outro projeto diz respeito à formação de uma Cooperativa Nacional dos *Sacoleiros*, com esta o trabalhador:

poderá ter uma previdência privada que proverá 13º salário, férias e aposentadoria aos seus cooperados, ou se combinado entre seus associados 13º e aposentadoria. De todo o capital investido na cooperativa, ou de toda compra que o *sacoleiro* efetuar na cooperativa, incidirá em cima do custo destas mercadorias o imposto cobrado pelo governo federal, mais o custo operacional e de manutenção da empresa que será em torno de 20%, aonde 10% vai para o custo operacional e de manutenção, e 10% vai para a fundação da previdência privada! Outra coisa! Nós queremos atingir 5% em primeira mão destes 10 milhões de pessoas da economia informal, então sabemos que 5% de 10 milhões são 500 mil pessoas, que organizadas levantarão um capital inicial de 35 milhões deste capital 20% servirá para o custo operacional e de manutenção da empresa e os 80% restantes irão para a compra dos produtos oriundos dos países asiáticos, europeus, da América do Norte e dos países do Mercosul.⁴⁵

As “pelejas” deste novo momento da AVAAFI visavam obter para seus filiados um posicionamento diferenciado dentro do modelo econômico vigente e não necessariamente

⁴⁴ Correspondência enviada ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, datada no dia 05 de novembro de 2002.

⁴⁵ Carta endereçada aos trabalhadores que atravessam a Ponte da Amizade diariamente, datada no dia 17 de novembro de 1997.

transformá-lo. Neste sentido, constatam-se a intenção de manter as trocas internacionais globalizadas e de fortalecer a previdência privada, dois elementos típicos da atual conjuntura do capitalismo, podendo até mesmo ser considerados como resultados da reorganização do capital ao longo das três últimas décadas. Evidentemente, o peso das negociações e dos investimentos que seriam realizados pela cooperativa é ínfimo perto dos valores negociados pelas grandes empresas transnacionais e por muitas instituições financeiras, porém a logística ou o funcionamento das negociações e do processo de acumulação é muito semelhante. Na visão de François Chesnais (2001), é através das trocas internacionais e do fortalecimento dos fundos de pensão que os grandes capitalistas garantem a rentabilidade de suas atividades no mundo contemporâneo.

No entanto, essa associação de trabalhadores que tinha muita representatividade e atuação durante a década de 1990 tornou-se desconhecida nos primeiros anos do século XXI, fato que pode ser comprovado através de pesquisas realizadas e da observação da diminuição significativa do seu número de associados. A compreensão desse processo não é muito simples, pois envolve variáveis que atuaram de forma conjunta. Todavia, elas partem de um problema comum composto pelas incertezas derivadas do tipo de ocupação dos trabalhadores que a AVAAFI visava representar, ou seja, da instabilidade das atividades relacionadas ao comércio de mercadorias adquiridas no Paraguai.

As três principais variáveis consideradas determinantes na dificuldade de consolidação da Associação dos Vendedores Autônomos de Foz do Iguaçu são: 1) a cristalização de uma executiva que utilizou a máquina da organização para fins político partidário e pessoal; 2) as mudanças no *modus operandi* dos *sacoleiros* e *laranjas*, e; 3) a supervalorização da individualidade na contemporaneidade. No primeiro caso, constatasse a constituição de uma suposta “vanguarda” na executiva da associação, que ao longo do período de existência da mesma vem mantendo-se sucessivamente no poder, estabelecendo, inclusive, alianças com partidos políticos que interferiram na combatividade que o coletivo dos trabalhadores poderia possuir.

Observa-se que durante todo o período de existência da AVAAFI o número de pessoas que fizeram parte da executiva da associação é bem limitado, sendo freqüente a alternância dos cargos entre um mesmo grupo de trabalhadores associados gestão após gestão. Sobre isso, os membros da executiva de 2003 afirmavam que havia pouco interesse do restante dos trabalhadores em participar mais ativamente das decisões e das atividades desenvolvidas pela Associação dos Vendedores Ambulantes Autônomos de Foz do Iguaçu. Entretanto, as

ligações políticas que foram estabelecidas por aquelas pessoas indicam que associação possuía um importante papel político principalmente na gestão municipal do PMDB nos anos de 2000-2004, logo não é difícil compreender outros motivos que incentivaram a cristalização das pessoas que estavam na frente do movimento dos trabalhadores informais na executiva da AVAAFI.

Durante aquele período acima indicado o presidente e o primeiro secretário da associação possuíam funções gratificadas na Prefeitura Municipal, sendo que o serviço realizado pelos mesmos era de fiscalização e notificação dos trabalhadores ambulantes que atuavam no território de Foz do Iguaçu. Em outras palavras, as pessoas que eram representantes dos trabalhadores informais na cidade tinham a função estratégica de coibir as práticas dos mesmos. Supostamente, o objetivo dos governantes municipais com essa política era cooptar a AVAAFI para exercer um melhor controle de uma parcela da população potencialmente “explosiva”. Contudo, os resultados da mesma não foram os esperados basta observar as inúmeras manifestações promovidas pelos *laranjas* e *sacoleiros* na Ponte da Amizade e pelos camelôs nas Avenidas Brasil e JK no início do século XXI.

Neste sentido, o Jornal “Gazeta do Iguaçu” de 02 de Agosto de 2003 afirmou que:

cerca de 60 vendedores ambulantes interditaram por cerca de duas horas, na manhã de ontem, o fluxo de veículos num dos pontos mais movimentados da Avenida JK, em protesto à fiscalização e à apreensão de mercadorias realizadas na quarta, 31 de julho, pela Receita Federal e Secretária Municipal da Fazenda.

Um dos camelôs entrevistados nesta mesma reportagem denunciou que os responsáveis pelo controle deste tipo de ocupação “não liberam mais alvarás e não cedem um espaço para a gente trabalhar”. Este tipo de reportagem ficou cada vez mais constante nos periódicos regionais, pois freqüentemente os jornais locais cobrem protestos organizados pelas pessoas ocupadas em atividades ligadas ao comércio paraguaio, no entanto é muito raro surgir alguma referência a AVAAFI.

No primeiro de maio de 2004, por exemplo, a “Gazeta do Iguaçu” cobriu uma grande mobilização dos trabalhadores na cidade, que foi organizada pelas centrais sindicais (CUT e Força Sindical), mas, novamente, não é explicitada a participação da Associação dos Vendedores Ambulantes Autônomos de Foz do Iguaçu no evento. Paulatinamente, observam-se dentro desta mesma perspectiva várias outras reportagens daquele jornal local onde são

relatadas as mobilizações e manifestações dos trabalhadores na fronteira, porém em todas elas a associação dos ambulantes não está presente, como nas atividades realizadas pelos *sacoleiros* e *laranjas* em julho e agosto de 2004. Na primeira delas o jornal anuncia que:

um grupo de *sacoleiros* e *laranjas* que trabalha na aquisição e transporte de mercadorias no comércio de Ciudad del Este, está organizando para os próximos dias um grande protesto contra a Receita Federal. Eles questionam a forma como a Receita vem fazendo a fiscalização da atividade, apreendendo ônibus inteiros e instituindo o regime de cota zero (Gazeta do Iguçu, p. 03, 24 de julho de 2004).

Já na atividade posterior, o mesmo periódico local afirma que:

na tentativa de derrubar a Medida Provisória 135 – que determina a apreensão dos ônibus que transportam mercadorias contrabandeadas do Paraguai - *sacoleiros* começaram ontem a coleta de cem mil assinaturas. Eles pretendem fazer do documento uma ferramenta para legalizar o contrabando e permitir que os ônibus circulem pelas rodovias com mercadorias sem identificação do proprietário (Gazeta do Iguçu, p. 07, 26 de agosto de 2004).

As conseqüências daquele grande protesto organizado pelos *sacoleiros* e *laranjas* e anunciado na “Gazeta do Iguçu” foram dificuldades concretas no acesso aos pontos de entrada e saída da cidade.

Os mais de três mil *sacoleiros* mantiveram a BR-277 bloqueada por cerca de 12 horas. Durante o protesto contra a fiscalização da Receita Federal foram registrados vários focos de confronto. Na Ponte Internacional da Amizade, a polícia teve de usar munição para afastar os manifestantes e impedir saques aos veículos carregados de mercadorias. O bloqueio da rodovia federal começou às 5h30 e só foi liberado às 18h15. A concentração de *sacoleiros* começou na madrugada e ao amanhecer cerca de 300 ônibus estavam estacionados às margens da BR. Turistas e trabalhadores foram surpreendidos pela barreira. Para fugir do bloqueio, muitos tiveram de fazer o percurso de cerca de cinco quilômetros a pé. Na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, muitas lojas foram obrigadas a fechar. Trabalhadores foram impedidos de cruzar a fronteira (Gazeta do Iguçu, p. 07, 26 de agosto de 2004).

Todavia, estas ações realizadas pelos trabalhadores não associados a AVAAFI não obtiveram o êxito que era esperado, conseqüentemente ocorreu um princípio de radicalização no movimento que é retratado no jornal “Gazeta do Iguçu” nas edições dos dias 16 e 18 de novembro de 2004.

Vários focos de protestos tumultuaram ontem a fronteira. *Laranjas* e *mototaxistas* fecharam a BR-277 em dois pontos. Na aduana paraguaia o movimento está avançando em direção a Foz do Iguçu. Para impedir a entrada ou saída do Paraguai, um cordão de isolamento foi fixado na entrada do vizinho país. A estratégia é para impedir que pessoas ou veículos entrem ou saiam de Ciudad del Este. Após 40 horas de tumulto, o protesto ganhou duas frentes. Enquanto um grupo mantinha o fechamento da ponte, outro bloqueava a BR-277. O alvo eram os prefeitos e o governador que participavam de um encontro na cidade (Gazeta do Iguçu, p. 05, 18 de novembro de 2004).

Posteriormente, quatro dias após esses incidentes na rodovia que liga a Tríplice Fronteira ao restante do país e na aduna paraguaia, ocorre um outro confronto direto com a Receita Federal.

Os *sacoleiros* transformaram o Posto Bom Jesus, m Medianeira – distante 70 quilômetros de Foz do Iguçu -, em praça de guerra no sábado, 20. Revoltados com a fiscalização, eles incendiaram quatro ônibus e depredaram mais três. Os veículos ficaram totalmente destruídos. Encurralados, os servidores viveram momentos de terror. As ameaças do grupo aliadas às chamas, que chegaram a mais de dez metros de altura, tornaram o cenário ainda mais aterrador. O comboio começou a formar-se às 17h50. Às 19h50, mas de 250 ônibus estavam às margens da BR-277. No momento em que os fiscais da Receita iniciaram o processo de amostragem, os mais de mil *sacoleiros* começaram o tumulto. Entre o início do incêndio e a ação policial foram 30 minutos de quebra-quebra. A estratégia dos contrabandistas foi furar o processo de fiscalização e passar com as mercadorias (Gazeta do Iguçu, p.05, 22 de novembro de 2004).

Segundo as entrevistas as manifestações esporádicas dos *sacoleiros* e *laranjas* não conseguem propiciar nenhum tipo de ligação mais duradoura entre os trabalhadores e muito menos algum tipo de consciência de classe mais ampla. As classes sociais existem desde a desagregação da sociedade baseada essencialmente nas relações de parentesco, porém o desenvolvimento de uma consciência de classe é bem mais recente, estando vinculado à era moderna. Esta possui algumas características opostas às existentes em períodos anteriores, que eram marcados pela dispersão das organizações sociais e pela economia de subsistência, o que contribui para o fortalecimento de uma maior identificação entre os trabalhadores. As classes sociais, como agrupamentos que guardam elementos objetivos e subjetivos, estão presas à Revolução Industrial já que “uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias como tal” (Hobsbawm, 1987, p.36).

Dentro deste contexto, o conceito de classe pode ser utilizado para indicar ou significar grandes grupos de pessoas reunidas através de uma variável objetiva, como, por exemplo, a posse ou não dos bens de produção, e, também, para representar a coesão possibilitada por uma consciência comum. Esta pode ser alicerçada por exigências específicas e gerais. As primeiras são geradas espontaneamente e possuem um caráter limitado, pois correspondem à busca de respostas concretas e imediatas, enquanto que a segunda visa a construção de uma sociedade mais conveniente à classe que pertence. Logo, as exigências específicas são incompletas e paliativas quando estão desassociadas dos planos políticos mais gerais (Hobsbawm, 1987).

Por tanto, as dificuldades no fortalecimento da representatividade da AVAAFI não está relacionada apenas com a cristalização da sua executiva, mas também com as mudanças no *modus operandi* dos sujeitos que atuam no comércio ilegal de mercadorias e com a exacerbação da concorrência e do individualismo no atual momento do sistema sociometabólico do capital que distanciam os trabalhadores não apenas de si próprios, mas também da luta política.

Durante o período de maior movimento de *sacoleiros* da Tríplice Fronteira, ou seja, na primeira metade da década de 1990, a organização dos trabalhadores não era verticalizada como nos dias atuais, existindo desta maneira uma maior identidade entre os mesmos. Com o processo de hierarquização dos trabalhadores e o desenvolvimento de uma complexa rede de comercialização nos últimos anos, a relação entre cada membro deste negócio tornou-se mais restrita, limitando conseqüentemente o papel que a associação poderia desempenhar. Além

disso, com o estabelecimento de uma organização hierárquica entre os trabalhadores as funções de cada sujeito dentro da circulação das mercadorias disponibilizadas no Paraguai já estão previamente definidas, limitando, conseqüentemente, as próprias relações existentes entre as mesmas.

Neste sentido, José⁴⁶ ressalta que os *sacoleiros* e *laranjas* são unidos apenas quando “caem na estrada” ou quando “começam a subir a BR”, pois é neste momento que eles correm os maiores riscos. Os comboios que começam a ser organizados muitas vezes nos hotéis, mas que são efetivamente estabelecidos nas margens da rodovia ultrapassando freqüentemente a quantia de 100 ônibus, representam essa “união” momentânea. Outro aspecto apontado pelo interlocutor é a constante utilização do rádio amador para o estabelecimento de comunicação entre os veículos, essa prática tem o objetivo de alertar o restante dos *sacoleiros* “do mau tempo” que eles podem enfrentar na continuação da viagem, ou, em outros termos, avisar os outros ônibus que já estão na estrada de como está a fiscalização nos Postos da Receita Federal.

Entretanto, o rígido combate à utilização deste tipo de transporte rodoviário também vem dissolvendo a prática dos comboios ao exigir que os *sacoleiros*, visando “furar” a fiscalização, desenvolvam ou aperfeiçoem outros meios de transporte, como o aéreo, o fluvial e até mesmo o terrestre, mas utilizando carros de passeio ou caminhões de transportadoras. Somando-se a esses dois pontos discutidos anteriormente não podemos deixar de observar todas as investidas dos capitalistas em direção às organizações autônomas dos trabalhadores nos últimos anos em quase todo mundo.

Com os objetivos de garantir a manutenção da acumulação de capital ao desestimular qualquer tipo de manifestação que possa atrapalhar o ritmo de produção e de enfraquecer a classe trabalhadora ao retirar da mesma sua própria identidade, impossibilitando desta forma a construção de projetos societários alternativos, o sistema sociometabólico do capital vem promovendo tanto as reformas sindicais e trabalhistas quanto à super valorização da individualidade no cotidiano. Este último elemento é o que mais nos interessa, pois ele é fundamental na desarticulação de qualquer movimento social, ainda mais de um movimento que envolve um grupo de trabalhadores que caminha sobre uma tênue fronteira onde de um

⁴⁶ A entrevista realizada com José ocorreu no dia 24/04/2005. Casado, 46 anos, residia em Foz do Iguaçu com a esposa e duas filhas. Morava em casa emprestada em um bairro de classe média da cidade. Possui o ensino médio completo e trabalha como motorista de ônibus de *sacoleiro*.

lado está presente a moral do trabalho e da sobrevivência e de outro a clandestinidade e até mesmo a criminalidade.

A flexibilidade exigida nas relações entre os comerciantes, *laranjas*, *sacoleiros*, *patrões*, clientes, policiais federais e técnicos da receita ao mesmo tempo em que garante uma busca constante pela maior lucratividade dificulta o estabelecimento de relações mais contratuais ou engessadas, pois a garantia do bom negócio está unicamente localizada nas relações individuais de cada sujeito. Roberto espanta-se ao saber da existência da AVAAFI já que ele não tinha conhecimento do funcionamento da mesma e afirma que tal empreendimento nunca daria certo, pois “as pessoas pensam somente no próprio umbigo”.

A fala de Cláudio sobre o assunto possui direção semelhante, porém além de ressaltar a crescente individualidade no comércio paraguaio ele relaciona esta com o aumento da concorrência entre as pessoas que atuam na região. Mario também faz referência a isso ao descrever a luta dos *laranjas* para obter o melhor *patrão*, uma luta que não possui regras pré-definidas. Contudo, se o estabelecimento de uma organização dos trabalhadores é tão complicado como eles conseguem promover aquelas manifestações na aduana, nos postos de fiscalização e na rodovia que anteriormente foram relatadas?

Antes de tudo, precisamos fixar que o funcionamento do comércio paraguaio depende essencialmente de uma relação de interdependência entre as pessoas envolvidas e é unicamente através dessa relação que é possível a manutenção dos complexos laços entre as diversas categorias de trabalhadores que atuam na fronteira do Brasil com o Paraguai. Assim, quando uma das categorias, por um motivo diverso, não consegue desempenhar o seu papel adequadamente os efeitos são sentidos rapidamente em todas as outras, proporcionando ou provocando o que conhecemos como efeito dominó. Durante o mês de novembro de 2004 ocorreram inúmeras manifestações contrárias a política de *cota zero* que estava sendo aplicada pela Receita Federal, mas tais manifestações não foram promovidas apenas pelos *sacoleiros* e sim pelos diversos grupos de pessoas que estavam sendo prejudicados com aquele contexto.

Dentro desta perspectiva, podemos compreender, por exemplo, as barreiras criadas pelos trabalhadores paraguaios em Ciudad del Este para impedir a circulação de pessoas na sobre a ponte.

Comerciantes e transportadores de Ciudad del Este fecharam ontem o acesso à Ponte Internacional da Amizade – fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Eles protestaram contra a fiscalização desencadeada pela Receita Federal. O grupo

pediu intervenção dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nicanor Duarte Frutos. O bloqueio aconteceu às 9h. No momento cerca de 10 mil pessoas – entre trabalhadores, *sacoleiros* e turistas – estavam fazendo compras no comércio. A notícia causou tumulto. Muitos queriam deixar a cidade vizinha temendo represália, mas os organizadores garantiam que não havia necessidade do temor (Gazeta do Iguazu, p.09, 16 de novembro de 2004).

As dificuldades que são impostas aos trabalhadores brasileiros que atuam na compra e venda de mercadorias oriundas do comércio paraguaio inevitavelmente tem conseqüências negativas nas vendas das lojas e nos serviços prestados por taxistas, perueiros e mototaxistas do país vizinho. Logo, eles não assistem a todos os acontecimentos de forma passiva e eles possuem uma grande vantagem sobre a maioria dos trabalhadores brasileiros por estarem em grande medida sindicalizados, facilitando desta forma a organização das manifestações. Por outro lado, a organização social dos trabalhadores brasileiros ocorre basicamente como resposta às situações concretas.

Embora a Associação dos Vendedores Ambulantes Autônomos de Foz do Iguazu se considere como a representante institucional das pessoas que atuam direta e indiretamente na compra e venda de mercadorias disponibilizadas no comércio paraguaio ela não conseguiu construir sua representatividade devido aos problemas que já foram apontados. Com isso, as manifestações dos *sacoleiros* e *laranjas* desenvolvem outros pontos de referência, pontos que recebem seus contornos inevitavelmente através das pressões externas proporcionadas pelo governo federal, pois a mobilização desse conjunto de trabalhadores ocorre apenas como resposta às modificações nas políticas de fiscalização.

Mario e Luis afirmam que todas as vezes que ocorrem paralisações na Ponte Internacional da Amizade tentam burlar o movimento no objetivo de trabalharem normalmente, mas quando não conseguem realizar isso voltam para suas respectivas casas para assistirem televisão e dormir. Deise também afirma que sempre tenta chegar à loja onde trabalha dentro do horário, mesmo quando ocorrem paralisações no lado paraguaio da Ponte. Para as pessoas que atuam no comércio do país vizinho as manifestações promovidas em Ciudad del Este são sempre “as piores”, pois elas preenchem de incertezas o cotidiano dos trabalhadores pelo simples fato que esses nunca ficam sabendo o horário que poderão voltar para o Brasil para reencontrarem suas famílias.

Roberto é um pouco mais detalhista quando expõe sobre as manifestações na ponte. Ele afirma, por exemplo, que as mobilizações estrategicamente iniciam muito cedo para

tentarem “pegar” os trabalhadores quando estes ainda estão indo para o serviço. Com isso, os sujeitos que tomam as iniciativas da paralisação inevitavelmente conseguem agrupar muitas pessoas no primeiro dia da manifestação. Neste sentido, ele afirma:

sempre fico no primeiro dia das greves ou das manifestações para não perder a viagem e o passe de ônibus que utilizo para ir da minha residência até a Ponte da Amizade, mas no restante dos dias prefiro ficar em casa acompanhando pela televisão e pelos jornais como as coisas estão sendo resolvidas para eu poder voltar a trabalhar normalmente.

Ele e Cláudio atribuem papel fundamental para os *mototaxistas* durante essas paralisações, pois os mesmos são responsáveis por grande parte do transporte das *muambas* de um país para o outro. Desta forma, quando eles resolvem parar com suas atividades dificultam de forma determinante a logística do contrabando e, além disso, com suas motos, conseguem atrapalhar propositalmente o trânsito de carros e de pedestres que tentam “furar” as paralisações. Evidentemente, o ingresso desta categoria nas mobilizações está relacionado com a diminuição do volume de compras dos *sacoleiros* e *laranjas*, pois estes acabam precisando realizar o percurso Foz do Iguaçu - Ciudad del Este menos vezes que o habitual utilizando em menor proporção os serviços prestados pelos motoqueiros.

A organização formal dos *mototaxistas* iguaçuenses não está plenamente estabelecida, pois estes ainda não possuem nenhum tipo de sindicato ou associação legalizada e, embora o serviço realizado seja regulamentado e controlado pelo departamento de trânsito municipal, a maioria dos motoqueiros ocupados com essa atividade atua de forma clandestina. Contudo, eles trabalham de forma mais coletiva e organizada do que a maioria das outras categorias de trabalhadores que atuam na ponte, dividindo centrais e até mesmo “cooperativas”, fato que facilita a comunicação entre eles e produzem uma participação mais efetiva nos atos realizados na região da fronteira com o Paraguai⁴⁷.

Neste contexto, levando em consideração tudo que foi apresentado, podemos concluir que a organização dos *sacoleiros* e *laranjas* na fronteira é duramente atacada pela atual organização do capitalismo. As mutações na maneira de atuação daqueles trabalhadores acompanham as mudanças que os técnicos da Receita Federal vão impondo na fiscalização, tornando-se cada vez mais individualista, valorizando e formando progressivamente a

⁴⁷ Lembramos que este estudo foi realizado no ano de 2005 e que muitas coisas foram modificadas desde então. Neste sentido, ressaltamos a existência de leis federais promulgadas no ano de 2009 que visam de regulamentar a profissão de todos os trabalhadores que utilizam motos para o transporte de passageiros ou mercadorias.

identidade-eu ao invés da identidade-nós. As práticas sociais paulatinamente deixam de ter como referência os pequenos grupos de convivência, como, por exemplo, a família, a igreja e o sindicato, para tornarem-se dispersas e ao mesmo tempo amorfas, pois, ao invés de existir uma compreensão do eu pertencendo a um coletivo maior de pessoas, sendo conseqüentemente um eu mais humanitário e social, ocorre o fortalecimento do caráter indivisível do indivíduo (Elias, 1994).

Esse processo de individualização promovido durante a “passivação” impede que os *sacoleiros* observem a importância da organização coletiva, pois os problemas podem ser resolvidos mais facilmente nas relações face a face, fato que vem de encontro com a formação cultural personalista da população brasileira. Completando essa conjuntura, não podemos esquecer que o avanço do sistema sociometabólico do capital está intimamente vinculado com a expansão de seus valores de consumo, fato que promove a constante insatisfação dos sujeitos e a busca interminável da realização dos desejos de mercado, garantindo, através disso, o fortalecimento da concorrência e de todas as suas conseqüências.

5.4 – Considerações Finais.

Os trabalhadores informais da fronteira não atuam diretamente nas fábricas ou indústrias, muito menos em empresas prestadoras de serviço, mas indiscutivelmente relacionados com as novas ocupações surgidas com a reorganização recente do capitalismo, já que o contexto onde estão inseridos não existiria sem a globalização, o neoliberalismo e a reestruturação no setor produtivo. Embora, as atividades desenvolvidas pelos *sacoleiros* e *laranjas* não fossem regulamentadas e muito menos legais no momento de desenvolvimento da pesquisa, essa forma precária de atuação representa o único meio de vida para milhares de pessoas. Os sujeitos sociais que compram mercadorias no Paraguai e as revendem no Brasil não são exclusivamente de uma única região do país, estando espalhados por vários lugares do território nacional.

As razões que levam tais trabalhadores a realizarem as práticas que os caracterizam, embora pareçam diversas, passam por questões muito semelhantes. E, em grande medida, o discurso hegemônico entre os *sacoleiros* e *laranjas* se justifica no fato de não possuírem o perfil procurado pelo mercado de trabalho regulamentado e oficial. Através das falas, observa-se que os mesmos se consideram com idade e qualificação desapropriada para atuarem em outras atividades, individualizando deste modo toda a responsabilidade por

estarem em uma situação de muita precariedade. No entanto, existem trabalhadores dispostos a acumular capital de qualquer modo, sem observarem ou problematizarem a forma como isso é realizado. Contudo, esta perspectiva também encontra nos valores difundidos pelo capitalismo a sua própria justificativa, já que os mesmos colocam o dinheiro como o fim ou o objetivo de qualquer existência.

Além disso, existem outros elementos comungados pelos *sacoleiros* e *laranjas* que perpassam por uma noção de moral bem particular ao encontrar nas ações dos outros a defesa para as suas práticas sociais. A existência da corrupção e descaminhos nas mais diferentes esferas da sociedade, na visão dos *sacoleiros* e *laranjas*, impossibilita que as outras pessoas que não realizam tais atividades julguem a ocupação dos mesmos. Não suficiente, ficou claro na pesquisa que o trabalho realizado na fronteira tem como sua maior característica a flexibilidade, pois só com ela os trabalhadores podem constantemente adaptar suas práticas às mudanças impostas pela fiscalização da Receita Federal.

O resultado disso é um acentuado processo de individualização e uma forte desarticulação dos sujeitos, afetando as relações pessoais e profissionais estabelecidas em Ciudad Del Este, em Foz do Iguaçu e nos transportes utilizados nas viagens realizadas pelos *sacoleiros* e *laranjas*. Assim, a organização coletiva encontra sérios problemas ao formular respostas imediatas e espontâneas para o enrijecimento das políticas praticadas pela fiscalização. Não somente, os sujeitos sociais acabam tendo grandes dificuldades no estabelecimento ou na construção de projetos pessoais, já que o processo de humanização que deveria ocorrer durante as relações de trabalho é essencialmente superficial, problemático e marcado por inseguranças e incertezas.

Fontes

Documentos:

- Correspondência da Associação dos Vendedores Ambulantes Autônomos de Foz do Iguaçu endereçada aos trabalhadores que atravessam diariamente a Ponte da Amizade distribuída no dia 17 de Novembro de 1997.
- Correspondência da Associação dos Vendedores Ambulantes Autônomos de Foz do Iguaçu enviada ao então candidato à presidência da república Luis Inácio Lula da Silva, em 06 de Agosto de 2002.
- Correspondência da Associação dos Vendedores Ambulantes Autônomos de Foz do Iguaçu enviada ao Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, em 05 de Novembro de 2002.
- Relatório da Pesquisa de Opinião “Operação da Receita Federal” confeccionado pelo Departamento de Informações Institucionais do Município de Foz do Iguaçu com apoio técnico da empresa “Konsulta Tecnologia da Informação”.
- Relatório desenvolvido pela ACIFI – Associação Comercial de Foz do Iguaçu. **A conjuntura Econômica de Foz do Iguaçu: 1990 – 2004**. Foz do Iguaçu: ACIFI, 2005.

Artigos de Periódicos:

- “Ambulantes Protestam Contra a Fiscalização”. In: **Jornal Gazeta do Iguaçu**, p. 07, 02 de agosto de 2003.
- “Foz precisa sobreviver sem o contrabando”, diz o delegado. In: **Jornal Gazeta do Iguaçu**, p. 03, 30 de março de 2004.
- Trabalhadores fazem ato na ponte e na JK. In: **Jornal Gazeta do Iguaçu**, p. 07, 01 de maio de 2004.
- Receita e PIC confiscam R\$ 1 milhão em *muamba*. In: **Jornal Gazeta do Iguaçu**, 25 de maio de 2004, p. 27.
- Receita Apreende US\$ 10 Mi em Contrabando. In: **Jornal Gazeta do Iguaçu**, 07 de junho de 2004, p. 09.
- Receita Federal faz trincheira para combater contrabando. In: **Jornal Gazeta do Iguaçu**, p. 09, 23 de junho de 2004.
- *Laranjas e Sacoleiros* Organizam Protesto. In: **Jornal Gazeta do Iguaçu**, p. 03, 24 de Julho de 2004.

- *Sacoleiros* Iniciam Coleta de 100 Mil Assinaturas. In: **Jornal Gazeta do Iguçu**, p. 07, 26 de agosto de 2004.
- Ponte é Fechada por Tempo Indeterminado. In: **Jornal Gazeta do Iguçu**, p. 09, 16 de novembro de 2004.
- Cerca de 40% do contrabando passam pela ponte. In: **Jornal Gazeta do Iguçu**, p. 10, 17 de novembro de 2004.
- Protestos Tumultuam Região da Fronteira. In: **Jornal Gazeta do Iguçu**, p. 15, 18 de novembro de 2004.
- *Sacoleiros* queimam 4 ônibus e depredam 3. In: **Jornal Gazeta do Iguçu**, p. 05, 22 de novembro de 2004.
- Crime Organizado Domina os *Sacoleiros*. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28 de novembro de 2004. P. B13.
- Fronteira Peneira. In: **Revista Isto É**, p. 34-38, 08 de dezembro de 2004.
- Fim da *muamba* atinge 100 mil em Foz. In: **Jornal Gazeta do Iguçu**. Foz do Iguçu, 04 de abril de 2005. P. 03.
- Receita faz plantão em pedágio. In: **Jornal Gazeta do Povo**, ano 87, n.º 27.715. Curitiba, 16 de Setembro de 2005, p.06.

Livros:

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, Edgard Luiz Gutierrez. **Modernização Produtiva e Relações de Trabalho: Perspectivas de Políticas Públicas**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho – Ensaios sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**, 6^o edição. São Paulo: Boitempo, 2002.

AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de. Setor Informal e Formas de Participação na Produção. In: **Ensaios da Fundação de Economia e Estatística**. Ano 04 n.º 02. Secretária de Coordenação e Planejamento. Porto Alegre, 1984. Pp. 185-194.

BIANCHI, Álvaro. Crise, Política e Economia no Pensamento Gramsciano. In: **Revista Novos Rumos**, ano 17, n.º 36, 2002. Pp. 28-37.

BOSI, Antônio de Pádua. Flexibilização do Trabalho e Organização Sindical. In: **Revista Fronteiras**. Ano IV n.º 08. Centro de Educação, Comunicação e Artes: Cascavel; Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras: Marechal Cândido Rondon, Maio de 2000. Pp. 09-11.

- BREMAN, Jan. “Mith of the global safety net”. **New Left Review**, n.59, London, September-October, 2009, p.29-36 (online).
- CATTA, Luiz Eduardo. **O Cotidiano de uma Fronteira: a perversidade da modernidade**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.
- CARDIN, Eric Gustavo. O novo mundo do trabalho e o perfil dos “trabalhadores informais” de Foz do Iguaçu (2002 – 2007). In: CARDIN, Eric Gustavo; DEBALD, Blasius Silvano; SOUZA, Keila Rodrigues de. **Região & Desenvolvimento: Estudos Temáticos Sobre o Extremo Oeste Paranaense**. Foz do Iguaçu: UNIAMÉRICA, 2009 a.
- CARDIN, Eric Gustavo. Globalização e Desenvolvimento Regional na Tríplice Fronteira. In: **Revista Ciências Sociais Unisinos**, 45 (2), maio/agosto 2009b.
- CASTEL, Robert. As Armadilhas da Exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs.). **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC, 1997. Pp. 15–48.
- CHESNAIS, Fañçois. “Mundialização: o Capital Financeiro no Comando”. In: **Revista Outubro**, n. 05. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Socialistas, 2001. P. 07-28.
- COGGIOLA, Osvaldo. “América Latina no olho da tormenta mundial”. **Temas & Matizes**, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, n.14, v.7, p.40-63, 2º Semestre/2008.
- COLCLOUGH, Christopher. Estructuralismo y Neoliberalismo: Una Introducción. COLCLOUGH, Christopher; MANOR, James (orgs.). **El Neoliberalismo y el Debate sobre las Políticas de Desarrollo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- COLODEL, José Augusto. **Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960**. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.
- CORSI, Francisco Luiz. A Globalização e a Crise dos Estados Nacionais. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgard (org.). **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997. Pp. 102 – 108.
- CHOMSKY, Noam. Democracia e Mercados na Nova Ordem. In: GENTILI, Pablo (org.). **Globalização Excludente: Desigualdade, Exclusão e Democracia na Nova Ordem Mundial**, 2^o edição. Petrópolis: Vozes, 2000. Pp. 07-45.
- DA MATTA, Roberto. O Ofício do Etnólogo, ou Como Ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.
- DIAS, Edmundo Fernandes. “Reestruturação produtiva”: forma atual da luta de classes. In: **Revista Outubro**, n 01. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 1998. Pp 45 – 52.

_____. **A Liberdade (Im)Possível na Ordem do Capital – Reestruturação Produtiva e Passivização**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999.

DRUCK, Graça. Qualificação, Empregabilidade e Competência: Mitos Versus Realidade. In: GENEBRA/CH: World Trade Organization Publications, 2009.

GOMES, Álvaro (org.). **O Trabalho no Século XXI**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001. Pp. 81-90.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social – Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ENGELS, Frederico. **Dialéctica de la Naturaleza**. Madrid: Ediciones Vanguarda Obrera, 1990.

FUENTES, Maritzel Rios. Setor Informal e Reestruturação Produtiva: Uma Alternativa de Emprego nos Anos 90?. In: CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (orgs.). **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec-Abet, 1997. Pp. 357-374.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: _____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Loyola, 1996.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**, 10^o edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (orgs.). **Mapa do Trabalho Informal: Perfil Socioeconômico dos Trabalhadores Informais na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e sua História**. Foz do Iguaçu: 2001.

LUKÁCS, George. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: **Temas de Ciências Humanas**, Vol. 04. São Paulo: LECH, 1978.

_____. A Ontologia de Marx: Questões Metodológicas Preliminares. In: NETTO, José Paulo (org.). **Lukács**. São Paulo: Ática, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Difel, 1985, 1968.

_____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. São Paulo; Paz e Terra, 1997.

MENELEU NETO, José. Desemprego e Luta de Classe: As Novas Determinações do Conceito Marxista de Exército Industrial de Reserva. In: TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As Novas Determinações do Mundo do Trabalho**, 2^o edição. São Paulo: Cortez, 1998. Pp. 75-107.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues. Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. **Revista de Administração de Empresas**, FGV, São Paulo, vol. 26, n.º 04, 1986.

_____. Fordismo e Ohnoísmo: Trabalho e Tecnologia na Produção em Massa. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V. 28, n.2, Abril-Junho de 1998. Pp. 317-349.

NORONHA, Eduardo G. Informal, Ilegal, Injusto: Percepções do Mercado de Trabalho no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.º 53, ano 18, Outubro de 2003. Pp. 111-129.

OLIVEIRA, Francisco de. **Collor, a Falsificação da Ira**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

OLIVEIRA, Luciano. Os Excluídos 'Existem'? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº33, ano 12, Fevereiro de 1997. Pp. 49-61.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O Trabalho do Antropólogo**. São Paulo: UNESP, 1998.

PRADO, Fábio. **Grupos de pressão: teoria e prática, o caso Foz do Iguaçu**. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Florianópolis: Universidade Federal de Santa, 2003. P. 171.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Secretária Municipal de Governo. Departamento de Informações Institucionais. **Anuário Estatístico Perfil 1990**. Foz do Iguaçu, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Secretária Municipal de Governo. Departamento de Informações Institucionais. **Coletânea de Dados de 1993**. Foz do Iguaçu, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Secretária Municipal de Governo. Departamento de Informações Institucionais. **Anuário Estatístico Perfil 1995**. Foz do Iguaçu, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Secretária Municipal de Governo. Departamento de Informações Institucionais. **Anuário Estatístico Perfil 1996**. Foz do Iguaçu, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Secretária Municipal de Governo. Departamento de Informações Institucionais. **Anuário Estatístico Perfil 1997**. Foz do Iguaçu, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Secretária Municipal de Governo. Departamento de Informações Institucionais. **Diagnóstico Sócio-Econômico de 1999**. Foz do Iguaçu, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Secretária Municipal de Governo. Departamento de Informações Institucionais. **Anuário Estatístico Perfil 2001**. Foz do Iguaçu, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Secretária Municipal de Governo. Departamento de Informações Institucionais. **Radiografia Sócio-Econômica de 2003**. Foz do Iguaçu, 2003.

RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P. **O que é Taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do Concreto: vozes na construção de Itaipu**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

SCHREINER, Davi Félix. **Cotidiano, Trabalho e Poder – A formação da cultura do trabalho no extremo oeste do Paraná**. Toledo: Ed. Toledo, 1997.

SILVA, Luiz A.M.. “Da informalidade à empregabilidade (reorganização a dominação no mundo do trabalho)”. **Caderno CRH**. Salvador, n.37, p.81-109, jul./dez. 2002.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas**, 5^o edição. São Paulo: Contexto, 2001.

SPERANÇA, Alceu A.. **Cascavel, a história**. Curitiba: Lagarto Editores, 1992.

SPOSAT, Aldaíza. Globalização: um novo e velho processo. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgard (org.). **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997. Pp. 43 – 49.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. O Neoliberalismo em Debate. In: TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As Novas Determinações do Mundo do Trabalho**, 2^o edição. São Paulo: Cortez, 1998. Pp. 195-252.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TROTSKI, Leon. **Problemas de la Vida Cotidiana**. Buenos Aires: Ediciones Pasado y Presente, 1974.

VIANNA, Luiz Werneck. **De um plano Collor a outro: estudos de conjuntura**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

VIGEVANI, Tullo. Globalização e Política: ampliação ou crise da democracia?. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgard (org.). **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997. Pp. 285 – 296.

WACHOWICZ, Ruy Christovan. **Obrageros, Mensus e Colonos – história do oeste paranaense**. Curitiba: Ed. Vicentina, 1982.

_____. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2001.

WTO/ILO. **Globalization and Informal Jobs in Developing Countries: a joint study of the International Labour Office and the Secretariat of the World Trade Organization**.

Sítios:

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.mj.gov.br/combatepirataria/default.asp?var=news10032005>